

cadernos do


terceiro mundo

Mensal • Março 1986 • Esc. 100 • Kz 80 • Mt 80 • PG 80\$ • Cr\$ 15.000 • Ano IX • Nº 87



REAGAN: A ALIANÇA COM O TERRORISMO

MUNDIAL DE FUTEBOL:
COMPETIÇÃO OU NEGÓCIO?



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola

ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 • Luanda
telex 3148 3260

Savimbi na Casa Branca

A viagem de Jonas Savimbi aos Estados Unidos — considerada pelo governo republicano como visita oficial e rodeada de todas as honras — serviu para demonstrar que a retórica de Reagan em defesa dos ideais democráticos e da liberdade nada tem a ver, de facto, com a sua prática política. A análise das repercussões da viagem do líder da UNITA a Washington é o assunto analisado pelo nosso director Neiva Moreira no artigo de capa desta edição.

Neste número, incluímos também uma documentada matéria sobre as actuais dificuldades do processo de negociação entre o governo de Belisario Betancur e a guerrilha. No trabalho coordenado pelo nosso colaborador Guillermo Segovia Mora, damos conta dos antecedentes do processo de pacificação, a trégua acordada entre o poder executivo e os grupos armados, onde se analisa a conjuntura actual, quando os grupos guerrilheiros se dividiram, uns considerando a trégua totalmente superada pelas violações sucessivas do exército aos acordos de paz, outros tentando ainda salvar a via pacífica, integrando-se na vida legal e disputando as próximas eleições em igualdade de condições com os outros grupos políticos.

Apresentamos, também, uma importante entrevista com o embaixador Bujari Ahmed, sobre os dez anos de proclamação da República Árabe Sarauí Democrática, uma avaliação dos trabalhos da recente conferência da SADCC e uma matéria dedicada à Argélia, na qual se abordam as consequências da queda dos preços internacionais do petróleo na economia daquele país e como isso pode influenciar o cumprimento das metas do plano quinquenal actualmente em curso. Finalmente, desejamos chamar a atenção dos leitores para o nosso "Especial", com uma abordagem muito particular sobre o desporto e a forma como ele é utilizado pelos meios de comunicação social.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Director Geral:
Neiva Moreira

Director Geral Adjunto:
Pablo Piacentini

Editora:
Beatriz Bissio

Sub-Editores:
Carlos Castilho (África)
Roberto Remo Bissio (América Latina)

Conselho Editorial Internacional:

Darcy Ribeiro
Juan Somavia
Henry Pease García
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett (1911-1983)

Edição portuguesa

Director: Artur Baptista
Coordenação de Redacção:
Carlos Pinto Santos
Propriedade:
Tricontinental Editora, Lda.
Sede da Administração:
Calçada do Combro, 10-1.º
1200 LISBOA
telef.: 32 06 50/32 07 51
Redacção e Publicidade:
Rua das Salgadeiras, 36-2.º-E
1200 LISBOA
telef.: 36 38 04/37 27 15
Telex:
42720 CTM TE P
Impressão:
Gráfica Europam, Lda
2726 — Mem Martins (CODEX)

Tiragem desta edição: 21.000 exemplares
Número de registo do Serviço de Depósito Legal: 789/82.

Coordenador de Produção:

José Carlos Gondin

Redacção Permanente:
António Aragão; Baptista da Silva, Cláudia Neiva, Cristina Canoura, Guiomar Belo Marques, Horácio Castellano Moya, João Macedo dos Reis, Raul Gonçalves, Roberto Bardini, Victor Baccheta.

Departamento de Arte:

Samaral (editor), Sónia Freitas, Miguel Efe

Paginação:

Sónia Freitas, Vanda Freitas, Miguel Efe, Pedro Toste.

Centros de Documentação:

Helena Falcão, Lídia Freitas, Elizabeth Mesquita, Eunice H. Senna (Rio de Janeiro); Cristina Assis (Lisboa); Sybil- le Flaschka (Cidade do México)

Composição:

Ronaldo Fonseca, João de Abreu, Luís Correa

Revisão:

Estevam Reis (Lisboa); Sandra Castelo Branco, Cléa Soares, Ricardo Soca (Rio de Janeiro)

Serviços Comerciais:

Manuela Fernandes

Publicidade:

Cristina Campos, Conceição Alves (Lisboa)

Correspondentes:

Argentina: Horacio Verbitsky

Laval 1282 — 1er. piso Of. 12 y 14 — Telef.: 35-81-94

Buenos Aires, Capital Federal

Chile: Fernando Reyes Maita

Casilla 16637 — Correo 9 Providencia, Santiago de Chile

Ecuador: José Steinsleger

Apartado 8968, suc. 7 — Torres de Almagro, Quito

Peru: Rafael Roncagliolo

Apartado 270031, Lima-27

Colômbia: Guillermo Segovia Mora

Apartado Aéreo 10465 — Telef.: 285-66-14 — Bogotá

Nicarágua: Arquiles Morales

Apartado 576 — Managua

Estados Unidos: Gino Lofredo

1648 Newton St. N. Y. Washington D. C. 20010

Moçambique: Etevaldo Hipólito

Rua de Pina 109 Sommerchild, Maputo

BRASIL

Director e Editor:

Neiva Moreira

Editora Terceiro Mundo, Lda.

Rua da Glória, 122/105-106 — CEP 20241 Rio de Janeiro,

RJ — Telef.: 242-19-57 — Telex: 21-33054 CTMB-BR

*** Edições em espanhol**

MÉXICO, CARAÍBAS, AMÉRICA CENTRAL

Editor:

Rubén Aguilar

Gerente Geral:

Roberto Castellanos F.

Editores do Suplemento Centroamericano:

Roberto Bardini, Horacio Castellanos Moya

Editorial Periodistas del Tercer Mundo

California 98 A — Colonia Parque San Andrés, Coyoacán

Telef.: 689-17-40 — 04040 México, D. F.

RIO DA PRATA

Directores:

Gerónimo Cardoso, Roberto Remo Bissio

A. C. U. S./A.

Avenida 18 de Julio 1263, 3er piso — Montevideo, Uruguay

Colaboradores: Abdul Nafey, Agostinho Jardim Gonçalves,

Alan Nairn, Alberto B. Marantoni, Alex Mashini,

Alice Nicolau, Ana Maria Urbina, António Silva,

Prado, Ash Narain Roy, A. W. Singham, Carlos

Cardoso, Carlos Nuñez, Carolina Quina, Cedric Belfrage,

César Arias Quintoc, Claude Alvares, David Fig.

Deborah Huttington, Eduardo Molina y Vedia, Eugénio

Alves, Ezequiel Dias, Fernando Molina, Francesca Gar-

gallo, Gregório Selsor, Gregoria Kuncar, Herbert de Souza,

Hugo Neves, Jim Cason, João Melo, Jorge A. Ri-

chards, José Monserrat Filho, Ladislau Dowbor, Laurine

Platsky, Luis Malra, M. Venugopala Rao, Maluza Stein,

Manuel Freire, Marcos Arruda, Mark Fried, Mário de

Cautin, Moacir Werneck de Castro, Mia Couto, Narinder

Koshla, Nils Castro, Nilton Santos, Octavio Toste, Orniel

Martinez, Pablo Mariñez, Peter Law, Phill Harris,

Orlando Senna, Orlando Neves, Ricardo Bueno, Ravin-

dran Casinader, Rodolfo de Bonis, Rodrigo Jauberth,

Roger Rumrill, Sam Ramsamy, Theotônio dos Santos.

Capa: Abaeté Propaganda

Desenho de capa: Milton Sobreira

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora

Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111,

Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center,

Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S. R. L,

Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL:

Fernando Chinaglia S. A., rua Teodoro da

Silva, 907 — Rio de Janeiro. CABO VERDE:

Instituto Caboverdeano do Livro, rua 5 de

Julho, Praia. CANADÁ: Third World Books

and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto —

The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St.

West, Toronto. COLOMBIA: Ediciones Su-

ramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogo-

tá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo,

Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José.

CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306,

Santiago. EQUADOR: Edicionesociales, Cor-

dova 601 y Menduburo, Guayaquil — RAYD

de Publicaciones, Av. Colombia 248, of.

205, Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-

590, Reg. Sendip Pex. 1258. EL SALVA-

DOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle

Poniente 1030, San Salvador — El Quijote,

Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS

UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Ar-

mitage Ave., Chicago, Illinois — New World

Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chica-

go, Illinois — Librería Las Américas, 152

East 23rd. Street, New York, N. Y. 10010 —

Third World Books, 100 Worcester St., Bos-

ton, Mass 02118 — Librería del Pueblo,

2121 St. New Orleans, LA 70130 — Papyrus

Booksellers, 2915 Broadway at 114th St.,

New York, N. Y. 10025 — Tom Mooney

Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francis-

co, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia

St., San Francisco, CA — Red and Black,

4736 University Way, Seattle — Groundwork

Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023,

La Jolla, CA. FRANCIA: Centre des Pays de

Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des

Ecoles, 75005 Paris. GRÁ-BRETANHA: La-

tin American Book Shop, 29 Islington Park

Street, London. GUINÉ-BISSAU: Depar-

tamento de Edição-Difusão do Livro e Disco,

Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA:

Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amster-

dam. HONDURAS: Librería Universitaria

"José Trinidad Reyes", Universidad Autó-

noma de Honduras, Tegucigalpa. ITÁLIA:

Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60,

Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Ro-

ma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A Ro-

ma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma

— Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MEXI-

CO: Unión de Expendedores y Vocadores de

Periodico, Humbolt No. 47, México 1, D. F.

— Distribuidora Savrols de Publicaciones,

S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12,

D. F. — Librerías México Cultural, Mier y Pe-

sado No. 128, México 12, D. F. — Metropolita-

na de Publicaciones, Librería de Cristal e

100 livrarias em todo o país. MOÇAMBI-

QUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave,

Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA:

IMELSA, A. P., nº 2705, Managua, Nicará-

gua. PANAMÁ: Librería Cultural Páramela,

S. A., Ave España 16, Panamá. PERU: Dis-

tribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1.

PORTO RICO: Librerías La Terullia, Amalia

Marín Esq. Ave González, Río Piedras — Pen-

samiento Crítico, P. O. Box 29918, 65th in-

Station, Río Piedras, P. R. 00929. REPÚ-

BICA DOMINICANA: Centro de Estudios de

la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41,

Santo Domingo — DESVIGNE, S. A., Ave

Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA

FEDERAL DA ALEMANHA: Con. Medien

und Vertriebs GMBH, Osterstr. 36, 2800 Bre-

men. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de

Informação e Cultura Popular. SUÉCIA:

Wenngren-Williams AB, S-10425, Stock-

holm. VENEZUELA: Publicaciones España-

las, S. A., Ave. México Lechoa a Pte. Brion,

Caracas.

PORTUGAL: CDL, Central Distribuidora Li-

vreira, Av. Santos Dumont, 57, 1000-Lisboa.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola). AIM (Moçambique), INA (Irake), IPS (Inter Press Service), PRESSUR (Uruguai), SALPRESS (El Salvador), SHI-HATA (Tanzania), WAF (Palestina) e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Ecuador), Noviembre (Angola), Tempo (Moçambique), ALTERCOM (Ilet-México-Chile) e Third World Network (Malásia).

Circulação em 70 países



- 4 *Cartas*
- 6 *Panorama Tricontinental*
- 14 *Editorial — A armadilha do petróleo barato*
- 17 *Opinião — Reagan: a aliança com o terrorismo, Neiva Moreira*
- 21 *Exclusivo/Colômbia — A paz em questão*
- 24 A face amarga da paz
- 26 As FARC: das montanhas às urnas
- 28 A campanha eleitoral

África

- 31 Argélia: Petróleo e gás, as condicionantes do regime, *Baptista da Silva*
- 37 Sara Ocidental: Um balanço de dez anos de luta, entrevista com o embaixador Buhari Ahmed, *Beatriz Bissio*
- 43 Uganda: Museveni no poder, *Carlos Castilho*
- 46 SADCC: Enfim o apoio dos "grandes"

América Latina

- 49 Cuba: O socialismo em tempo de crise, *Roberto Remo*
- 58 Haiti: A queda de Duvalier, *Víctor Bacchetta*
- 61 Uruguai: Sanguinetti deseja alargar a sua base de apoio, *Carlos Núñez*

Ciência e Tecnologia

- 66 Medicina indígena trata cientista condenado à morte, *Antonio Aragão*
- 70 Nascer como os índios, *Oscar Valenzuela*
- 73 Notas

Cultura

- 74 Nicarágua: O renascimento da criatividade, *Kent Johnson*
- 78 Bispo denuncia acção dos EUA na Nicarágua
- 79 A mulher e a literatura argelina, *Elsa Rodrigues dos Santos*
- 82 Notas
- 85 *Especial: Desporto — Quando lucrar é mais importante do que competir, Garry Whannel*

- 95 África: o desafio do desporto ao alcance de todos, *Quintino Costa*
- 96 *Humor, António*



Colômbia: a violência compromete o processo de pacificação



Argélia: o resgate do islamismo, sem fanatismo



O desporto também pode ser um negócio



Carta do Mês

A Informática e o Terceiro Mundo

Desde o primeiro número que descobri nos *cadernos* um instrumento de "guerra" contra a (des)informação propalada pelos vários órgãos da comunicação social, os *mass media* cá do burgo que se limitam a transmitir todo o "lixo" veiculado pelas agências internacionais de (des)informação. Em concomitância com as concepções retrógradas e reaccionárias, é frequente o estudo dos povos confrontar-se com teorias etnocéntricas como se as realidades intrínsecas, as suas paixões e solicitações de desenvolvimento não se manifestem diferentemente e fora de uma qualquer padronização "civilizacionista" ocidental.

Assim, os *cadernos do terceiro mundo* têm constituído um importante trabalho de informação alternativa à desinformação produzida pelas agências transnacionais de comunicação e também objecto de concitação e estudo para todos quantos se interessam pelos usos e costumes de outros povos. Desejaria, no entanto, manifestar-lhes a minha preocupação por situações que pertencendo à informação e estudo dos *cadernos* possam ser reflectidos e constituir objecto de informação em próximos números.

A primeira questão é referente às tecnologias de informação e às suas possibilidades de ajuda ao Terceiro Mundo. É evidente que esta ajuda só poderá ser proffuca se satisfizer os interesses e necessidades dos cidadãos. Apesar de ter lido atentamente o nº 68 (A Nova Ordem da Informática) continuo céptico quanto às suas potencialidades e desgnios no Terceiro Mundo. Considerada com muita oportunidade pelo "Novo Jogo do Poder", a inserção da informática nalguns países do Terceiro Mundo poderá transformar-se num instrumento de estrangulamento dos verdadeiros interesses e necessidades dos povos autóctones e obstar a uma verdadeira pedagogia da libertação. Será que não se irá repetir (ou reformular) uma nova

constituição histórica a que o pedagogo Paulo Freire chama de "consciência dominada" quando se refere aos povos da América Latina?

Esta solicitação da informática como "necessidade preponderante" faz-me recordar, com enorme consternação, a introdução da televisão em Timor Leste pelo regime fascista e déspota de Suharto! Ou não saiu reforçado o arbítrio do domínio com a inclusão do poder da televisão (autêntico míssil apontado à mente humana) na existência quotidiana dos timorenses? Portanto, aqui fica a primeira sugestão.

A outra questão é suscitada pelas divergências entre países Não-Alinhados e, consequentemente, aparecerem propostas e actos que em nada diferem das campanhas coloniais outorgadas pela Conferência de Berlim, ou pela invasão dos britânicos e americanos nas Malvinas e Granada respectivamente. Refiro-me concretamente à invasão indonésia em Timor Leste. É óbvio que actos destes não dignificam os princípios de equidade e justiça defendidos pelo Movimento. É evidente que também a ausência de exigências e denúncias no seio deste Movimento para os prevaricadores, de soluções inequívocas e transparentes, sem receios, "doa a quem doer" não lhe confere quaisquer direitos de denunciar situações provocadas pelos habituais inimigos dos povos do Terceiro Mundo. Aproximando-se a data da invasão de Timor Leste, sugestionava que os *cadernos*, dentro do possível pudessem apresentar um trabalho informativo sobre a problemática timorense, os interesses em jogo, o papel desempenhado pela Indonésia na situação existente e as próprias contradições, ambiguidades e indecisões no seio do Movimento.

Convicto de não ter exorbitado, guiado exclusivamente pelas paixões e motivações suscitadas pela informação dos *cadernos* na defesa do direito à liberdade, igualdade e justiça de todos os homens e mulheres, desejo-vos muitas felicitações pela prossecução deste indelével trabalho.

Abílio José Basílio, Massamá, Portugal.

Algumas críticas construtivas

Aproveito esta oportunidade para louvar a vossa intervenção na qualidade da informação e formação sobre o que se passa nos países e regiões mais desprotegidas do globo e sujeitas ainda ao saque do sistema dito da "Civilização Ocidental". Porque penso que algumas críticas se podem fazer à revista de modo a que o seu objectivo seja melhor atingido, permitam-me que indique alguns pontos de vista pessoais e, portanto, subjectivos.

1. Ocupam uma grande percentagem do espaço da revista as informações sobre a América Latina e África. Apesar de se tratarem, sem dúvida, das zonas mais em "ebulição" nos tempos que correm, parece-me que seria conveniente dar alguma cobertura mais a outras áreas do globo como a Ásia e a Oceania. Se considerarmos que também dentro dos países da América Latina e África, alguns deles também pouco espaço têm ocupado, poderemos concluir que mesmo nos meios de comunicação social vocacionados para os assuntos terceiro mundistas, existe um outro Terceiro Mundo que continua a não se fazer ouvir ao grande público. Entendo que uma cobertura directa de estas vastas regiões não é possível, quer pelos aspectos organizativos, quer pelos custos que isso acarretaria, contudo o intercâmbio entre publicações do género poderá, com relativa facilidade, cobrir esta deficiência. Para ilustrar o que atrás referi, lembro uma notícia vinda há meses nos jornais, segundo a qual, em meia dúzia de linhas se dizia que tinha sido assassinado o rei de Palau. Por desconhecer o que se passava nesta zona do Pacífico, tentei recorrer ao *Guia do Terceiro Mundo* mas pouco ou nada adiantei à minha curiosidade.

2. *cadernos* tem incluído alguns artigos sobre povos e movimentos de libertação não terceiro mundistas, como foi o caso de assuntos sobre a Córsega e a Arménia e sobre os quais penso caberem perfeitamente no âmbito da revista. Sou, portanto, apologeta de que se dê mais espaço a estas áreas do globo, citando como exemplos a Irlanda do Norte, a Gronelândia, o Quebec, etc..

3. A questão das minorias é um outro tema de grande interesse na actualidade e sobre o qual *cadernos* já se tem vindo a debruçar. Porque se trata de um assunto sobre o qual outros meios de comunicação pouco escrevem, informo de uma publicação periódica que há dias tive a oportunidade de encontrar, mas escrita em inglês e que, portanto, a meu ver poderia incluir-se, se fosse possível, no intercâmbio de que atrás falei: 'Minority Rights Group', 35 Claremont Avenue, 45 New York, N.Y. 10027, USA.

4. A edição de livros sobre temas do Terceiro Mundo e de escritores de algumas destas regiões continua a ser muito limitado em Portugal. A vossa intervenção nesta área parece-me que deveria ser incrementada e, porque não, com a emissão de uma colecção com carácter periódico.

5. Gostava mais da apresentação da revista antes das alterações. Acha-

va mais funcional o formato, e a apresentação interior convidava mais à leitura."

Eliseu Gomes, Lisboa, Portugal

Opiniões de um leitor

Venho através destas linhas apresentar as minhas opiniões acerca de três assuntos distintos, (...). O primeiro: A televisão e a alienação. É incrível a quantidade de enlatados norte-americanos que somos obrigados a ver todos os dias no nosso aparelho de televisão. Filmes como "Missão Secreta", "Trovão Azul", "Moto Laser" e centenas de outras imundícies norte-americanas tentam apenas demonstrar-nos uma coisa: a "superioridade" da "raça" norte-americana.

O segundo tema é a Democracia da Nova República e o Nordeste. (...) Não nos iludamos, não há coe-

rência alguma em falarmos de Democracia Plena enquanto existir este desprezo político em relação ao Nordeste. Todos sabemos que a região é viável e merecedora — até por questões de soberania nacional — de um tratamento condizente com as suas reais necessidades e aspirações.

(...) O terceiro assunto: a política norte-americana diante do *apartheid*. (...) Quem conhece um pouco da política de Reagan sabe muito bem que se trata apenas de um acto de "coerência ideológica" da sua política imperialista, neocolonialista e antiterceiro-mundista. A qualquer momento "eles" poderão enviar as suas tropas para apoiar o regime do infame Peter Botha, mantendo assim, não apenas a coerência político-ideológica, mas também os lucros existentes nas relações com tão fiel e "disciplinado" aliado político.

Expedito N. Filho — Mossoró — RN — Brasil

Intercâmbio

- **Isaac Alfredo**
C. P. 561 — Benguela — Angola
- **Alunos do 8º Ano, Turma G da Escola Secundária de Santa Maria**
Rua Pedro de Cintra-Portela, 2710 — Sintra — Portugal
- **Domingos G. Gaspar Estima**
Esbec Nº 41 Sayde Vieira Dias Mingas — Ilha da Juventude — Cuba
- **Lucrécio Neto**
Tribunal da 1ª Instância — C. P. 4 — São Tomé — São Tomé e Príncipe
- **Helder Mário Chambal**
a/c Luísa Francisco Nhambo Chambal — Banco de Moçambique — C. P. 25 — Quelimane — Moçambique
- **Luciano António Segunda**
C. P. 1788 — Luanda — Angola
- **Edna Regina da Silva Queiroz**
Rua Sodré, nº 10 — Alto da Boa Vista — Rio de Janeiro — RJ — CEP: 20531 — Brasil
- **Ambrósio Fortunato (Natinho)**
I.P.U.E.C. Nº 41, Saidi Vieira Dias Mingas — Ilha da Juventude — Cuba
- **Tomás Alfredo Cudacala**
Rua Aniceto do Rosário, 48/46 — Maputo — Moçambique

- **Manuel Miguel Adão Paulo (Manay)**
a/c C. P. 18186 — Luanda — Angola
- **Marco André Saint'Clair Silva**
Rua Senador Vergueiro, 157 — ap. 1102 — Flamengo — Rio de Janeiro — RJ — CEP: 22230 — Brasil
- **Santos Cristóvão Bento (Tigre)**
a/c C. P. 18186 — Luanda — Angola
- **Elisa Astorga Sepúlveda**
Casilla 356, Correo Central — Valparaíso — 5ª Región — Chile
- **António Pedro (Tony)**
CTT Vila Alice — Luanda — Angola
- **António Alfredo Maia**
Rincão dos Maias — 1º Sub-distrito — Canguçu — RS — CEP: 96600 — Brasil
- **João Paulo e Paulo Sandegi**
C. P. 11 — Diamang — Dundo — Angola
- **João de Assis Cavalcanti**
Escola Caio Pereira — Rua Alto José Bonifácio, s/nº — Bairro da Casa Amarela — Recife — Pernambuco — CEP: 50000 — Brasil
- **Frederico Carlos da Silva**
Praça do Ambiente, Rua Martin Luther King — C. P. 487 — Luanda — Angola
- **Humberto Geremias de Souza**
Rua Potiguaçu Nº 213 — Itanhaém — SP — CEP: 11740 — Brasil

- **Pedro dos Santos Sebastião**
C. P. 6363 — Luanda — Angola
- **Carmen Victoria Pérez González**
San Rafael 189 e/ Rito Arencibia y Ramón Pintó — Camagüey — Cuba
- **António Helder J. Lemos**
C. P. 6043 — Rua N'gola Kilnange — KM 11 — Luanda — Angola
- **Carlos Alberto Freitas**
C. P. 76 — Manhumirim — MG — CEP: 36970 — Brasil
- **Paulino José Salvador**
C. P. 509 — Luanda — Angola
- **Amadeu Tomás**
a/c Amândio Tomás — C. P. 1684 — Benguela — Angola
- **Domingos Manuel**
C. P. 528 — Namibe — Angola
- **Samuel Paka "Samy"**
C. P. 633 — Lubango — Huíla — Angola
- **António José Cândido**
C. P. 783 — Benguela — Angola
- **Graça Cardoso Luís**
C. P. 783 — Benguela — Angola
- **José Manuel dos Santos**
C. P. 380 — Benguela — Angola
- **João André Sambo**
C. P. 790 — Benguela — Angola
- **Artur Isidro da Costa**
C. P. 783 — Benguela — Angola

Filipinas: cai outro peão de Reagan

□ Poucas horas depois de ter assumido formalmente a Presidência e de ter declarado que se defenderia "até à última gota de sangue", Ferdinand Marcos abandonou as Filipinas, a 21 de Fevereiro, a bordo de um avião cargueiro da *US Air Force*, que levantou vôo da base norte-americana de Clark com destino à Ilha de Guam. Ao mesmo tempo, Corazón Aquino, apoiada por uma rebelião militar e pelo levantamento geral do povo filipino,

Corazón Aquino apelou para a resistência civil contra o regime de Marcos. Cresceram em massa os protestos da população, fortalecidos pelo aval da hierarquia da igreja católica, ao mesmo tempo que recebia o apoio dos observadores estrangeiros e diplomatas presentes no país. O fim tornou-se iminente, após a visita do enviado norte-americano Philip Habib, quando eclodiu a rebelião militar no seio das forças armadas.



Corazón Aquino:
"o poder popular
destruiu a
ditadura e
restituiu os
direitos e
liberdades do
povo"

com o reconhecimento diplomático dos Estados Unidos e de toda a comunidade internacional, assumiu a Presidência da República.

Resultaram inúteis todos os esforços do ditador para fazer reconhecer o fraudulento resultado eleitoral de 7 de Fevereiro. Com 70% dos votos, segundo dados do Departamento de Estado,

À frente do movimento militar, os generais Juan Ponce Enrile, ministro da Defesa, e Fidel Ramos, subcomandante das forças armadas, denunciaram a fraude eleitoral e a corrupção do regime, incitando ao não reconhecimento da autoridade de Marcos e à entrega do poder aos seus legítimos representantes. A rebelião militar consolidou-se rapidamente, não tendo chegado a en-

contrar grande resistência, já que a greve geral decretada e o povo nas ruas impediram o ditador de lançar mão das forças que ainda lhe eram leais. Nessa altura, o presidente Reagan e os cinco países da ASEAN pediram a Marcos que renunciasse para evitar a guerra civil.

Segundo alguns observadores, a administração Reagan estaria a aplicar uma "estratégia de transição" no plano internacional, a qual consistiria na passagem de ditaduras amigas para regimes moderados igualmente amigos, como forma de impedir o triunfo de alternativas radicais. Este parece ser, sem dúvida, o critério com que agem os "comitês de crise" montados pela Casa Branca nestas circunstâncias; porém há que reconhecer que as quedas de Duvalier e de Marcos não foram promovidas pela diplomacia norte-americana, antes foram precipitadas de forma inapelável pela mobilização popular.

No caso das Filipinas, a situação é bastante mais complexa do que no Haiti: existe um forte movimento popular, com expressões políticas estáveis e caracterizadas ideologicamente, tendo o apego do ditador ao poder levado a uma importante divisão nas forças armadas. Ainda que o governo de Corazón Aquino e de Salvador Laurel esteja comprometido com a introdução de modificações políticas e institucionais, não representa uma ameaça para o sistema económico-social vigente no país ou para os interesses norte-americanos na região.

As palavras de Corazón Aquino, no juramento de posse do novo governo, reflectem de uma maneira bem clara os condicionais da actual conjuntura "este poder popular destruiu a ditadura, protegeu os honrados militares que escolheram a liberdade e, hoje, implantaram um governo dedicado à protecção e à restituição dos direitos e das liberdades do povo".

Chade: um quebra-cabeças político-militar

Quando tudo parecia indicar que a guerra civil de 20 anos no Chade caminhava para uma trégua, devido às várias tentativas de mediação, os dois lados em conflito voltaram a travar combates, em meados de Fevereiro, ao longo da chamada linha vermelha. Esta nova crise deixou evidente um claro cansaço da maior parte dos grupos armados que lutam entre si desde a independência, numa guerra civil começada em 1966. E mostrou também que os cinco milhões de habitantes do Chade, um país sem acesso ao mar e localizado no coração de África, só terão paz quando houver alterações nos interesses geopolíticos de outros países.

Desde Outubro do ano passado que os governos do Marrocos, Togo e Congo tentavam promover um encontro entre o chefe da administração de N'Djamena, capital do Chade, e o coronel líbio Muammar Kadhafi. O encontro não chegou a acontecer por desacordo sobre o local. Os preparativos para a reunião aceleraram-se em consequência das crescentes divergências entre os grupos políticos ligados ao ex-presidente Gukuni Uedei, que instalou um governo provisório na cidade de Bardai, no norte do país, com apoio militar e económico da Líbia. O Governo Provisório de União Nacional (GUNT) foi formado em 1982 quando Uedei foi derrubado pelo seu ministro da Defesa, Hissène Habré, apoiado pela França.

Pelo menos dois dos 11 movimentos políticos que formaram o GUNT fizeram recentemente acordos com Habré, que, para garantir estas adesões, começou a pagar salários a cerca de

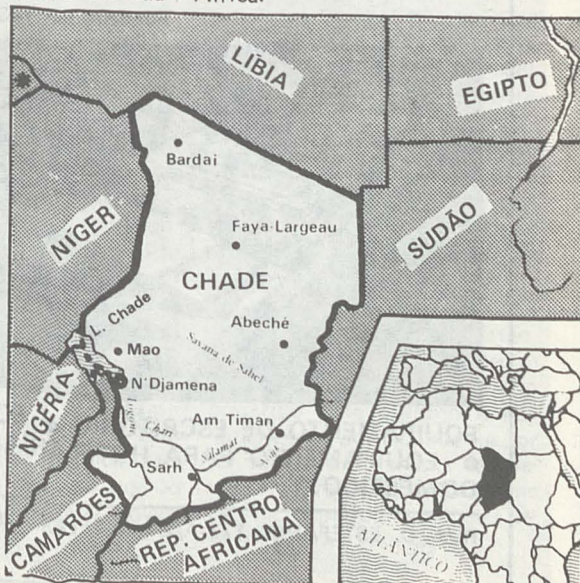
30 mil ex-guerrilheiros. Daí resultou que a quase totalidade da ajuda fornecida pela França, que atinge anualmente 50 milhões de dólares, vai agora para salários. Os dissidentes queixam-se que Uedei perdeu prestígio político em consequência de numerosos erros cometidos nos últimos dois anos e criticam ainda o que classificam de ingerência líbia. Perante a crise no GUNT, começaram a surgir possíveis substitutos de Uedei, entre eles Rakhis Manani, actual ministro da Defesa do norte, fortemente ligado a Kadhafi.

Os últimos combates, com bombardeamentos de aeroportos de um e de outro lado, parecem estar directamente ligados às dificuldades sentidas tanto no GUNT como na administração de N'Djamena. A França, usando como pretexto uma suposta concentração de tropas da Líbia ao longo da linha vermelha que separa o norte do sul do país, atacou primeiro, bombardeando o aeroporto de Quadam, controlado por Uedei. Como represália, as forças do norte bombardearam o aeroporto de N'Djamena. Foi o suficiente para que o contingente militar francês estacionado no Chade fosse reforçado, num momento em que o presidente François Mitterrand, em vésperas de eleições legislativas no seu país, quer mostrar força. A estratégia francesa,

classificada como neocolonial pela Líbia, visa aparentemente intensificar de novo a guerra para tentar agravar as divergências no interior do GUNT e enfraquecer politicamente o coronel Kadhafi.

Mas para que Mitterrand alcance os seus objectivos, a nova ofensiva tem que durar pouco tempo, caso contrário o eleitorado francês voltará a criticar o envolvimento do seu país numa guerra que muitos na Europa acham "inútil". A actual indefinição política do Chade resulta basicamente do facto de Habré ser considerado no resto da África como um "testa de ferro" da França e Uedei um político inábil, que tem vindo gradualmente a perder a sua liderança, que já foi nacionalista e popular.

Observadores independentes acreditam que enquanto não surgir uma nova liderança não identificada com os interesses geopolíticos externos nem com os grupos regionalistas (há quase 40 grupos étnicos diferentes no país, os quais sempre foram manipulados pelo colonialismo) são escassas as hipóteses de pacificação e reunificação do Chade, tido como uma das nações mais pobres da África.



Tunísia: governo viola direitos humanos

□ A situação dos direitos humanos na Tunísia tem vindo a sofrer uma "séria deterioração". Entre as violações constatadas, figura a acção do governo contra a União Geral dos Trabalhadores Tunisinos (UGTT), principal organização sindical do país. A denúncia foi feita pela Liga Tunisina dos Direitos Humanos, em documento onde revela a prisão, entre Junho e Dezembro do ano passado, de cerca de 400 sindicalistas, a maioria deles já em liberdade, após acordos entre o governo e a UGTT.

Segundo informações da Liga, as instalações da UGTT foram atacadas e invadidas "pelas milícias do situacionista Partido Socialista Destur (PSD), que agiram sob a protecção da polícia,



Primeiro-ministro Mohammed Mzali

violando a autonomia sindical". O documento afirma que "todas as detenções e julgamentos estão estreitamente relacionados com a crise entre o governo e a UGTT, tendo como objectivo impedir os sindicalistas do exercício das suas actividades sindicais e para-

lisar a acção de todos os organismos a ela filiados".

O clima de tensão entre o governo do primeiro-ministro Mohammed Mzali e a UGTT teve início há dois anos, quando a organização em luta pressionou o governo por aumentos salariais para os trabalhadores. As dificuldades económicas e os problemas com a vizinha Líbia aumentaram a crise e, no final do ano passado, sindicalistas "amarelos" apoderaram-se das sedes da UGTT, sem tomarem conhecimento dos dirigentes eleitos e convocaram a realização de um congresso extraordinário, para Abril próximo, no qual pretendem colocar a entidade sob o controlo do governo.

Ainda de acordo com a denúncia da Liga, aumentam diariamente as prisões de estudantes, escolas têm sido encerradas e tunisinos são alvo de julgamentos por "crimes de opinião" ou por pertencerem a grupos políticos de oposição.



Fundada em 1930



A FOC ESTÁ PRESENTE NA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

- COOPERANDO NA PRODUÇÃO DA EMPRESA ANGOLANA DE INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO METÁLICO **LELLO-FOC** — SOCIEDADE FABRIL DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO DE ANGOLA, S. A. R. L.
- E COMO FORNECEDORA EM IMPORTANTES EMPREENDIMENTOS NAS ÁREAS:

EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO • EQUIPAMENTO ESCOLAR E DIDÁCTICO
• EQUIPAMENTO PARA HOTELARIA E COLECTIVIDADES • MOBILIÁRIO DOMÉSTICO.

RUA D. ESTEFÂNIA, 177-A/C — TELEX 12892 — 1012 LISBOA CODEX — PORTUGAL

Sudão: a crise da Constituinte

□ O governo do Sudão anunciou a data da primeira reunião da nova Assembleia Constituinte, antes mesmo de revelar o dia em que os 272 deputados seriam eleitos. Este estranho procedimento alimentou uma verdadeira avalanche de dúvidas e suspeitas, que mais tarde se transformaram em protestos generalizados quando foram divulgadas as normas propostas pelo Conselho Militar Transitório (CMT) para as primeiras eleições a terem lugar no Sudão nos últimos 17 anos.

Segundo os planos do CMT, aprovados pelo Conselho de Ministros, 247 deputados serão eleitos com base em critérios geográficos e os demais 25 serão escolhidos a partir de universidades e estabelecimentos de ensino. Como o país está em guerra civil, a votação será realizada apenas na parte norte, controlada pelo governo, o que representa a manutenção da divisão geopolítica do Sudão.

As resoluções do governo geraram uma profunda crise, já que os partidos tradicionais, na sua maioria de tendência islâmica, aprovaram as normas decretadas pelo CMT, uma vez que elas garantem um provável controlo da Assembleia Constituinte por organizações como o partido UMMA, o Partido Unionista Democrático e a Frente Nacional Islâmica. Já os partidos menores, na sua maioria de tendência socialista, bem como os sindicatos foram radicalmente contra, porque terão uma representação mínima devida à distribuição territorial dos eleitores. Estes partidos e sindicatos estão agrupados numa frente conhecida como Forças Modernas (FM) que teve um importante papel no derrube do go-

verno do general Gaafar Numeiry e na ascensão ao poder do CMT.

A esquerda sudanesa afirma que se a Constituinte for organizada como quer o actual governo, ela repetirá a situação criada em 1969, quando a renovação do parlamento foi controlada pelo regime, facto que serviu meses mais tarde para que Numeiry desse um golpe de



Ex-presidente Gaafar Numeiry

Costa Rica: Arias Sánchez garante neutralidade do seu país

O presidente eleito da Costa Rica, Oscar Arias Sánchez, do Partido da Libertação Nacional (governamental), afirmou que o país continuará neutro no conflito da América Central e que o seu governo alargará as reformas sociais, além de procurar controlar o crescimento da dívida externa. Com 44 anos de idade, Arias é o 60º presidente costa-riquenho. Tem 15 anos de vida pública, seis dos quais como ministro do Planeamento em dois governos.

Estado. Para os partidos do sul, especialmente para a Frente de Libertação do Sudão, que controla dois terços da parte meridional, as eleições serão "uma farsa".

A exclusão dos partidos sultistas da nova Constituinte manterá certamente inalteradas as causas da guerra civil, já que a Frente de Libertação exige o fim da dominação política e militar do norte. As divergências entre o norte e o sul deixaram há muito de ser apenas geográficas ou culturais (o norte é islâmico e o sul professa religiões africanas) para serem políticas e ideológicas (o norte é conservador e o sul tende para o socialismo).

A polémica pré-eleitoral tornou-se ainda mais acesa quando a igreja católica do Sudão denunciou que o governo de Cartum estava a recorrer ao racismo e à guerra santa para tentar eliminar a rebelião no sul. Uma carta pastoral assinada pelo arcebispo da capital sudanesa, Gabriel Wacko, acusou o CMT de estar a favorecer a divisão do país segundo raças, credos e classes sociais em vez de procurar a unidade nacional.

Na primeira entrevista dada após a vitória, Arias declarou que a Costa Rica continuará sem exército e pediu a colaboração de todos ao seu governo, garantindo a construção de 80 mil habitações nos próximos quatro anos para as camadas mais pobres da população.

O candidato social-cristão, Rafael Ángel Calderón, derrotado pela segunda vez, era o preferido pelo governo norte-americano, principalmente por ter realçado durante a campanha eleitoral, o que ele chama de "incompatibilidade" da Costa Rica com a Nicarágua.

Amnistia Internacional pede fim da tortura na Guatemala

A Amnistia Internacional encaminhou um pedido ao novo governo da Guatemala no sentido de pôr fim ao assassinio e à tortura de opositores políticos, crimes que, segundo a organização, têm sido prática corrente nos últimos 15 anos. A AI exortou o presidente Vinicio Cerezo, empossado a 14 de Janeiro passado, a iniciar uma ampla investigação sobre os abusos cometidos contra os cidadãos e a adoptar medidas para impedir a sua continuação.

A AI informou ter enviado também um memorando com numerosos depoimentos sobre atrocidades levadas a cabo nos últimos anos pelas forças de segurança guatemaltecas. A organização assinala, em particular, os casos de execução sumária

de sacerdotes e de trabalhadores leigos da igreja católica, que foram asfixiados, espancados, esfaqueados ou queimados vivos nos seus templos por serem suspeitos de simpatizar com as forças de oposição.

Segundo a Amnistia Internacional, pelo menos 70 estudantes e professores da Universidade de San Carlos, na capital, desapareceram durante os primeiros dez meses do ano passado. Milhares de civis teriam morrido nas mãos das forças governamentais durante os diferentes governos militares.

**"Cinco":
reunidos ministros
da Saúde**

Angola ficou encarregue de dinamizar o subgrupo para os recursos humanos, segundo decisão da terceira reunião dos ministros da Saúde dos cinco

países africanos de expressão oficial portuguesa, realizada no passado mês de Janeiro, em Luanda.

Para o efeito, Angola deverá estudar e propor as acções que considere necessárias, com vista a uma avaliação permanente dos trabalhadores da saúde a todos os níveis, bem como procurar critérios e decisões comuns aos "Cinco".

Um outro subgrupo, encarregue de uniformizar os formulários nacionais, aquisição agrupada dos medicamentos e controlo da qualidade, ficou à responsabilidade de Moçambique.

A referida reunião, que aprovou o relatório das actividades desenvolvidas até ao ano transacto, decidiu ainda o aumento da participação comum nas jornadas médicas nacionais e o incentivo e participação individual com distinções para os trabalhos de melhor qualidade.



NOEI CONSULTORES PARA O DESENVOLVIMENTO SARL

Uma empresa de novo tipo ao encontro da Nova Ordem Económica Internacional

Sociedade constituída em 1983 com capitais angolanos, caboverdeanos, moçambicanos, portugueses e saotomenses, tem como objecto promover acções conducentes à cooperação para o desenvolvimento dos países em vias de desenvolvimento, em especial de ANGOLA, CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE e SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, de harmonia com os propósitos de instauração de uma Nova Ordem Económica Internacional.

SÓCIOS AFRICANOS: SACILDA (Luanda), I.S.P.S. (Praia), SOCIMO (Maputo)
BANCO NACIONAL DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

SEDE SOCIAL: Rua da Rosa, 277 - 1.º - 1200 LISBOA - PORTUGAL

Telefones: 36 58 20 e 36 86 15 Telex: 42 545 NOEI P

Nicarágua e Costa Rica podem ter comissão para vigiar fronteira

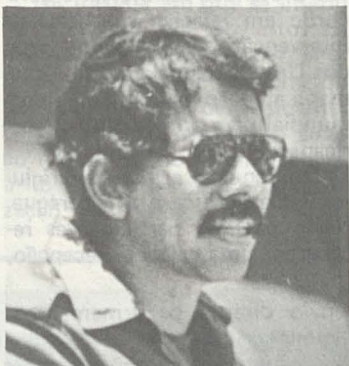
Os governos da Nicarágua e da Costa Rica concordaram na realização de uma reunião, em Manágua, para discutir uma proposta do presidente costarriquenho, Luis Alberto Monge, para a instalação de uma comissão conjunta de inspecção e controlo na fronteira comum. Num documento divulgado no Panamá em meados de Fevereiro, os representantes das duas nações convidaram os quatro vice-ministros do Grupo de Contadora para participar no encontro.

O vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da Nicarágua, Victor Hugo Tinoco, que participou num encontro de plenipotenciários dos cinco países da área convocados pelo Grupo de Contadora, disse que a próxima reunião e a recente normalização das relações diplomáticas entre o seu país e a Costa Rica representam "factos positivos". Por sua vez, Gerardo Trejos, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da Costa Rica, que manteve reuniões em separado com Hugo Tinoco, mostrou-se confiante com o resultado dos esforços bilaterais e classificou de "positiva" a normalização das relações entre os dois países.

As relações diplomáticas entre a Nicarágua e a Costa Rica

foram normalizadas em 13 de Fevereiro passado, após uma troca de correspondência entre os presidentes Daniel Ortega e Luis Alberto Monge. As relações estavam abaladas desde Maio do ano passado, devido a um incidente fronteiriço no qual morreram dois agentes da polícia costarriquenha.

No dia 12 de Fevereiro, Daniel Ortega enviou uma carta ao presidente da Costa Rica, Alberto Monge, onde afirmava que o seu governo "deplora que as



Presidente Daniel Ortega

acções que se vê obrigado a adoptar para defender o seu território e a sua soberania nacional das incursões das forças mercenárias provenientes de outros países tenham resultado na

morte de dois agentes da polícia da Costa Rica".

Alberto Monge respondeu, também em carta, que "as explicações do governo da Nicarágua são passos efectivos para uma convivência permanente, respeitosa e pacífica entre as duas nações".

O presidente eleito da Costa Rica, Oscar Arias, classificou como muito importante para a paz na América Central a normalização das relações entre o seu país e a Nicarágua. Arias, que assumirá a presidência a 8 de Maio, disse que manterá a política de neutralidade em relação aos conflitos na região, adoptada por Alberto Monge em Novembro de 1983.

Também o presidente da Conferência Episcopal da Costa Rica, monsenhor Roman Arrieta, manifestou a sua satisfação pela superação do problema com a Nicarágua. Idêntica reacção teve o ex-candidato à presidência pela Aliança Popular, Rodrigo Gutierrez.

O presidente Raul Alfonsín, da Argentina, desempenhou um importante papel de conciliação na normalização das relações entre a Nicarágua e a Costa Rica. A revelação foi feita pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da Costa Rica, Carlos Gutierrez, que afirmou ter Alfonsín aceite o papel após receber uma solicitação nesse sentido do vice-presidente da Nicarágua, Sergio Ramírez.

Equador: começou a campanha para as eleições legislativas

Com o anúncio do nome do derrotado candidato à presidência, Angel Duarte Valverde, à frente da lista de candidatos a deputado, o partido Concentração das Forças Populares (CFP) deu início, em Guayaquil, à campanha para as eleições legislativas, a serem reali-

zadas no próximo dia 1 de Junho. Duarte foi candidato à presidência pelo CFP nas eleições de 1984 e a sua participação, agora, é considerada como uma clara indicação das suas aspirações presidenciais em 1988.

A 1 de Junho, dois milhões de equatorianos elegerão 59 deputados provinciais que renovarão uma grande parte do Congresso, o qual é composto

por 71 deputados; 12 nacionais e os restantes, provinciais.

Juntamente com a escolha dos deputados, os eleitores deverão pronunciar-se, através de um plebiscito, em relação à possibilidade de, a partir de agora, cidadãos poderem apresentar-se como candidatos independentes, direito até ao momento restrito aos nomes indicados pelos partidos políticos.

Marcha pela paz percorreu América Central

□ "É terrorismo ter helicópteros em El Salvador a matar gente, apoiar e financiar um exército mercenário que mata mulheres e crianças num país independente como a Nicarágua, ocupar militarmente uma nação como as Honduras e instalar bases militares", afirmou Blase Bompene, porta-voz oficial da Marcha pela Paz que, durante mês e meio, percorreu a América Central. Bompene denunciou igualmente o facto de os Estados Unidos estarem a praticar abertamente o terrorismo de Estado, sendo que a imprensa norte-americana nada diz "por estar submetida a uma sofisticada censura". Bompene acusou ainda o governo de Ronald Reagan de estar a sabotar o Grupo de Contadora, quando "a América Latina pode resolver os seus pro-

blemas sem a intervenção de outros países".

Com início a 10 de Dezembro, no Panamá, a marcha percorreu milhares de quilómetros através da Costa Rica, Nicarágua e Guatemala tendo terminado na Cidade do México. Integrada por mais de trezentos representantes de organizações políticas, sindicais e sociais de mais de 25 países da América, Ásia e Europa Ocidental, a marcha pretendeu manifestar o desacordo em relação à política de intervenção seguida pelos Estados Unidos naquela região e chamar a atenção da opinião pública mundial para a crise centro-americana.

Do Panamá, a marcha dirigiu-se à Costa Rica e à Nicarágua. Nesse país os participantes receberam uma calorosa recepção,

realizaram encontros, comícios e concertos de canção política com populações locais. Entretanto, nas Honduras, veículos blindados e soldados com máscaras de gás e fortemente armados barraram na fronteira a passagem aos participantes da marcha, apesar de cada um dos 300 manifestantes ter toda a documentação necessária para entrar no país. Em resposta, uma enorme bandeira branca com o desenho da pomba da paz esteve içada durante algumas horas sobre o posto fronteiriço.

Idêntica posição assumiu o governo de Napoleón Duarte que impediu a entrada dos manifestantes em território de El Salvador. Assim, os organizadores da marcha optaram por fazer entrar em ambos os países apenas vinte dos manifestantes, que organizaram actos pacifistas.

A marcha, que culminou a sua trajectória na Cidade do México, reiterou o seu apoio ao Grupo de Contadora e repudiou a política intervencionista norte-americana.

EUA aumentam ajuda aos "contras" do Afeganistão

O governo dos Estados Unidos dará, este ano, aos contra-revolucionários do Afeganistão uma ajuda de cerca de 470 milhões de dólares, segundo anunciou, em Washington, Andrew Eiva, chefe da chamada Federação pelas Acções Norte-Americanas no Afeganistão, uma organização ligada à CIA.

Até há pouco tempo oficial das tropas especiais dos Estados Unidos, Andrew Eiva considera essa ajuda "insuficiente" para o treino e armamento dos grupos armados afegãos, cujos santuários estão no Paquistão. Para Eiva, é necessária a criação de uma ponte aérea, controlada pelo Pentágono, para o

envio directo de armamentos àqueles grupos.

Segundo publicações norte-americanas, a CIA entregou, no ano passado, 280 milhões de dólares para a manutenção dos contra-revolucionários afegãos, estando previstos outros 600 milhões para o corrente ano. Na guerra não declarada no Afeganistão, o governo dos Estados Unidos, apoiado pela China, Israel e Paquistão, já empregou, desde 1979, mais de 1,2 mil milhões de dólares.

Costa do Marfim altera constituição

O cargo de primeiro vice-presidente da Assembleia Nacional da Costa do Marfim foi extinto em virtude da lei aprovada pelos deputados, modificando a Constituição do

país. A alteração efectuada estabelece que o presidente da Assembleia é o único a poder assumir interinamente a Presidência da República por um prazo máximo de 60 dias, ao fim do qual será obrigatória a realização de eleições.

Segundo o jornal independente *Fraternité Matin*, a modificação foi adoptada com o objectivo de evitar rivalidades entre os deputados no processo de designação do primeiro vice-presidente. A Constituição da Costa do Marfim previa que a presidência interina da República seria assumida pelo presidente da Assembleia Nacional e, em caso de impedimento deste, pelo primeiro vice-presidente. A Assembleia Nacional da Costa do Marfim, constituída por 175 deputados, tem oito vice-presidentes.

África do Sul: greve de 420 dias

☐ O boicote às aulas que tem lugar nas escolas situadas em quase todos os bairros negros da África do Sul já é, de longe, a mais longa greve de toda a história do país, e tem todas as hipóteses de se prolongar pelo menos até Julho deste ano, quando será comemorado o décimo aniversário da rebelião estudantil de Soweto. O movimento, que engloba desde crianças de cinco anos até adolescentes de 15, tem provocado um total colapso no sistema educacional criado pelo *apartheid* nas áreas negras, e constitui-se na mais bem organizada forma de resistência ao regime racista desde o início da insurreição popular, em Setembro de 1984.

Mais de mil alunos, alguns com menos de sete anos de ida-

de, já foram presos pela polícia. Originalmente, o boicote às aulas surgiu como um protesto contra as péssimas condições de ensino nas escolas negras mantidas pelo governo, que gasta anualmente 560 dólares por aluno branco, enquanto dedica apenas 60 dólares a cada estudante negro. Nos chamados bantustões, os gastos governamentais com a educação são ainda menores e chegam a apenas 45 dólares por criança, por ano.

Na medida em que se inseriu no contexto dos protestos da maioria negra contra o *apartheid*, a greve tornou-se um movimento político, e hoje os estudantes condicionam o regresso às aulas ao fim do estado de emergência, à libertação dos presos, à legalização do proscrito Congres-

so Sul-Africano de Estudantes (COSAS), à retirada da polícia dos bairros negros e à criação de conselhos escolares democráticos. Em vez de frequentarem as aulas, as crianças dos bairros como os de Soweto, Crossroads, Alexandra e Uithagen passam agora o dia voltados inteiramente para a luta contra a polícia, vigilância contra agentes do governo e servindo como "pombos correio" das organizações populares que desde Setembro de 1984 se transformaram num verdadeiro poder autónomo nas "townships" da África do Sul.

A polícia tentou forçar os alunos a voltar às aulas, chegando ao ponto de considerar criminosas todas as crianças com menos de dez anos que fossem apanhadas na rua durante o horário escolar. A repressão fracassou e os organizadores do boicote saíram fortalecidos, adoptando uma atitude ainda mais de desafio em relação às polícias brancas.

F PAPELARIA FERNANDES, SARL

SEDE: Largo do Rato, 13 - Tel. 68 21 31 / 69 30 48 (20 linhas) • ARMAZÉM: Calçada Bento da Rocha Cabral, 16-A - Tel. 65 81 41 / 69 10 46 (18 linhas)

1296 LISBOA CODEX - TELEX 18544 PAPFER P

ARMAZENISTA DE PAPEL • FABRICANTE DE ARTIGOS DE PAPEL
DISTRIBUIDOR DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E DE DESENHO

LISBOA • PORTO • COIMBRA • SETÚBAL • SANTARÉM

PAPELARIA - LIVRARIA

TIPOGRAFIA - LITOGRAFIA

ENCADERNAÇÃO - CARTONAGEM

PAUTAÇÃO - SOBRESCRITOS

GRAVURA - HELIOGRAFIA



A armadilha do petróleo barato

A acentuada queda dos preços do petróleo registada no final de 1985 e no começo deste ano significa um retrocesso importante na tentativa dos países do Terceiro Mundo em unir forças para controlar a oferta e, consequentemente, também, os preços de uma matéria-prima fundamental para os países ricos. Quando em 1973, 13 países exportadores de petróleo se juntaram para formar a OPEP, contrariavam, pela primeira vez, o estatuto de dominação económica mundial dos países capitalistas industrializados sobre as nações subdesenvolvidas, dominação feita através da determinação dos níveis de produção e dos preços das matérias-primas.

Esta relação entre o centro e a chamada periferia é estruturalmente desigual, já que os termos de intercâmbio mostram, a longo prazo, uma contínua deterioração dos preços das matérias-primas em comparação com os dos produtos industrializados. É uma repartição desigual da actividade económica, que provoca a perpetuação da dualidade desenvolvimento/subdesenvolvimento.

A OPEP desafiou este esquema e abriu um precedente para que a mesma união de forças e interesses fosse adoptada com outras matérias-primas. Mas essa atitude serviu também para que os países ricos adoptassem estratégias energéticas coordenadas, com o objectivo de acabar com o espaço político e económico conquistado pelos exportadores de petróleo. A OPEP já perdeu algumas batalhas, mas é prematuro dizer que perdeu a guerra. É um facto público que os membros da organização, ao longo dos últimos quatro anos, deixaram de ter o controlo da oferta de petróleo e, consequentemente, dos preços. Mas, apesar disso, os adversários da OPEP não conseguiram eliminá-la nem substituí-la.

Independentemente do que venha a acontecer no futuro na guerra entre exportadores e consumidores de petróleo, o certo é que a queda dos preços dos combustíveis tem provocado grandes transformações, tanto no campo da energia como no da economia mundial. Os preços do petróleo caíram em mais de 30% desde

meados de 1985 até ao começo de 1986, enquanto que os preços das demais matérias-primas caíram em 11%.

À soma destes dois factores há que acrescentar a redução da procura mundial de matérias-primas, o que debilitou ainda mais as economias dos países subdesenvolvidos.

Este processo contribuiu para que as dívidas externas alcançassem cifras alarmantes, tendo o Terceiro Mundo assistido impotente ao surgimento de enormes pressões contra as suas aspirações de desenvolvimento e menor dependência em relação aos grandes centros capitalistas.

A recessão mundial provocou prejuízos consideráveis às grandes potências ocidentais. Mas, lentamente, acabaram por se recuperar, ainda que de maneira desigual. As nações do sul, não apenas sofreram perdas muito maiores, como agora, na fase de reorganização da economia capitalista, verificam que a dependência tem aumentado e que a sua relação com o norte industrializado é-lhes cada vez mais desfavorável. Isto está expresso em factos como a nova Lei de Comércio dos Estados Unidos e o Plano Baker. Ambos procuram implantar, através de represálias comerciais e de empréstimos do FMI ou do Banco Mundial, um sistema mundial ainda mais aberto à penetração das empresas transnacionais sob a hegemonia norte-americana.

Em síntese, os países subdesenvolvidos necessitam, de forma vital, de um aumento das suas exportações, bem como de novos créditos, para evitar o colapso dos seus programas de desenvolvimento e a bancarrota financeira com o pagamento da dívida externa. É neste quadro que os Estados Unidos condicionam a importação de produtos do Terceiro Mundo e a concessão de novos empréstimos, à abertura total destes países, que devem deixar de lado todas as medidas de protecção aos interesses nacionais, facilitando a entrada de capitais e de produtos manufacturados estrangeiros. Como os países subdesenvolvidos têm uma industrialização incipiente e incapaz de competir com as nações avançadas, surgem daí as

condições para a implantação do sistema que os técnicos chamam de "nova racionalidade", e que no fundo não passa de um intercâmbio ainda mais desigual entre ricos e pobres.

O que está em jogo é o projecto norte-americano de sair da crise recessiva apoiando-se nas crescentes necessidades de crédito e de aumento das exportações surgidas no Terceiro Mundo, em consequência da recessão, a mais profunda e duradoura desde o pós-guerra.

Na actual conjuntura, um petróleo barato favorece o crescimento económico das potências capitalistas sem que esta expansão se traduza num melhoramento sensível dos preços das outras matérias-primas, salvo algumas, poucas, excepções. A queda da cotação dos combustíveis significará também uma enorme transferência de recursos financeiros para o norte. A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), que reúne os países ricos, calculou que uma baixa de 30% no preço do petróleo irá significar uma economia de 50 mil milhões de dólares para as nações capitalistas industrializadas. Comentando este facto, o jornal *Financial Times* lembrou que os três países exportadores de petróleo mais endividados (México, Nigéria e Venezuela) pagam por ano, só de juros com as respectivas dívidas externas, a soma de 15 mil milhões de dólares.

A desvalorização do petróleo coloca assim os exportadores endividados numa situação dramática, pois torna quase impossível o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos com os bancos internacionais e o FMI. Isto dá aos credores melhores condições para montar operações de "socorro" concedendo-lhes novos empréstimos que contribuem para aumentar a dependência económica. Este mesmo mecanismo poderá ser usado no caso de alguns devedores se declararem simplesmente falidos, facto que poderia repercutir nos Estados Unidos, provocando um desastre em cadeia nos pequenos e médios bancos que emprestaram dinheiro a países do Terceiro Mundo. O petróleo barato é uma faca de dois gumes para os consumidores. Para países como a Arábia Saudita e seus aliados do Golfo, responsáveis pelo aumento da produção com a consequente superoferta e queda dos preços, a medida visa forçar os exportadores não-membros da OPEP como a Grã-Bretanha e a Noruega a reduzir,

de comum acordo com os outros produtores, a produção. Esta estratégia tem efeitos duvidosos, pois a guerra de preços poderá continuar por muito tempo, fazendo com que os países ricos economizem quantidades crescentes de dinheiro que seria gasto com a importação de combustíveis. Com isto as nações da OCDE aumentariam o consumo, tornando anti-económicas transformações profundas na economia de energia ou de fontes alternativas de combustíveis, assim como a exploração das jazidas com custos mais elevados, na região da própria OCDE.

Estimativas desta organização dizem que uma queda de 30% nos preços, aumentaria o consumo mundial a longo prazo entre 15 e 25%, o que se traduziria numa duplicação das exportações dos países da OPEP. Um aumento de 15% no consumo, segundo a OCDE, significaria um aumento de 33% na procura do petróleo exportado pela OPEP.

Este cenário, possível de se vir a concretizar a longo prazo acabaria por beneficiar apenas a Arábia Saudita e os Emiratos do Golfo que, devido à sua pouca população, elevadas reservas financeiras e baixos custos de extração e às enormes reservas de que dispõem, teriam condições de sobreviver ao período de acentuada baixa nos seus rendimentos. Os outros exportadores de petróleo, especialmente os da América Latina, Ásia e África teriam que escolher entre a moratória e a "nova racionalidade". Por tudo isto, fica fácil perceber que a queda dos preços do petróleo faz parte duma estratégia coerente e global dos países ricos de tirar o melhor proveito possível da crise. Este projecto afecta todo o Terceiro Mundo e mostra que os recursos auferidos com a economia nos gastos de importação de combustíveis permitirá aos países ricos cooptar as nações subdesenvolvidas que aceitarem a "nova racionalidade" ou punir aquelas que resistirem à entrega da sua autonomia económica.

Neste contexto, os países do Terceiro Mundo têm ainda nas suas mãos uma grande arma: o não pagamento coordenado da dívida externa ou a renegociação conjunta dos termos dessa mesma dívida. Esta parece ser a única maneira de fugir à asfixia económica e política, pois cada país que tentar negociar sozinho, será envolvido numa teia que o envolverá progressivamente.

• **BENGUELA**
Livraria 10 de Fevereiro

• **BIÉ**
Livraria 11 de Fevereiro

• **CABINDA**
Livraria Lunda
Quiosque Maiombé

• **CALULO**
Livraria 17 de Setembro

• **DONDO**
Livraria 2 de Março

• **GANDA**
Livraria 1.º de Maio

• **HUAMBO**
Livraria 8 de Fevereiro
Quiosque Albano Machado

• **HUILA**
Livraria 27 de Março

• **K. KUBANGO**
Livraria Kilamba

• **KUANZA-NORTE**
Livraria 10 de Dezembro

• **KUANZA-SUL**
Livraria Anibal de Melo

• **LOBITO**
Livraria 11 de Novembro

• **LUANDA**
Casa da Venda
Armazém Venda Grosso
Quiosque 4 de Fevereiro
Livraria Centro do Livro
Livraria Augusto N'Gangula
Livraria 4 de Fevereiro

• **LUNDA-NORTE**
Posto de Venda

• **LUNDA-SUL**
Livraria Deolinda Rodrigues

• **MALANGE**
Livraria 1.º de Agosto
Quiosque N'Dongo

• **MOXICO**
Livraria 14 de Fevereiro

• **NAMIBE**
Livraria Lutuíma

• **NEGAGE**
Livraria Saily Mingas

• **SOYO**
Livraria Lundogi

• **UIGE**
Livraria 10 de Dezembro

• **ZAIRE**
Livraria Sagrada Esperança

LEVAR: INFORMAÇÃO CULTURA CIÊNCIA FORMAÇÃO



são as tarefas da EDIL



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didático e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva de cadernos do terceiro mundo para todo o território angolano.

EDIL Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245 — Rua da Missão, n.º 107/111
Luanda - República Popular de Angola

Reagan: a aliança com o terrorismo

Neiva Moreira



A retórica de Reagan para justificar a sua política intervencionista baseia-se em dois pontos prioritários: a defesa da liberdade e a luta contra o terrorismo.

Sustentando Pinochet, Stroessner, "Baby Doc", Ferdinand Marcos, Suharto e os esquadrões da morte de El Salvador, estimulando e financiando os "contras" da Nicarágua, invadindo Granada para destruir uma interessante experiência de regime popular o governo norte-americano desgastou a sua credibilidade de que se empenhava sinceramente na "defesa da liberdade".

O apoio público e ostensivo dado à UNITA na recente visita de Savimbi aos Estados Unidos sequestrou a demagogia da Casa Branca em relação ao terrorismo. Sobre Savimbi há realidades indelévelmente. Primeiro de que há quase um quarto de século trabalha para a CIA e para os serviços secretos da África do Sul; segundo, de que é totalmente dependente da Casa Branca e dos sul-africanos; e terceiro de que a UNITA não é um movimento guerrilheiro mas um grupo que actua em função dos interesses sul-africanos.

Todos estes itens estão amplamente provados. Ninguém, na administração republicana, desconhece que se os sul-africanos retirassem o seu apoio à UNITA, esta desapareceria rapidamente do mapa. Savimbi é o que os sul-africanos e os governantes norte-americanos querem que ele seja.

Como tal, era natural que o acolhimento a Savimbi pelas autoridades norte-americanas — Reagan inclusive — não causasse surpresa; mas a forma como ele se deu faz crer que essa visita terá profundas e perigosas implicações diplomáticas. Um norte-americano que não pode ser acusado de marxista nem de simpático ao regime angolano, o banqueiro David Rockefeller, enviou uma carta ao deputado Walpe, chamando a atenção do Congresso para o facto de que o novo apoio financeiro a Savimbi criaria aos Estados Unidos "riscos enormes".

O presidente da Câmara dos Deputados, Thomas O'Neil, advertiu, por sua vez, o governo de que o Congresso pode interpretar a posição de Reagan como um apoio ao *apartheid*. Os negros norte-americanos não têm qualquer ilusão a este respeito. Nenhum dos seus líderes quis, sequer, receber Savimbi, e muito menos ouvi-lo.

Repercussões políticas e económicas

O presidente José Eduardo dos Santos, no seu discurso de 4 de Fevereiro, comemorativo do 25º aniversário da luta armada, já havia deixado claro este ponto. "Ao ajudar a UNITA e Savimbi, — disse o presidente angolano — os Estados Unidos mostram claramente que estão do lado da África do Sul e do *apartheid*, que não são mediadores mas sim, uma parte envolvida no conflito e que não estão preocupados com a aplicação da Resolução 435/78 sobre a independência da Namíbia, mas com os seus interesses estratégicos e dos seus aliados".

O presidente acrescentou uma observação realista: "todos estes factores levam a pensar que as expectativas de paz que se vislumbravam para a África Austral estão gravemente ameaçadas".

O presidente Kenneth Kaunda, da Zâmbia, deu a sua opinião no mesmo sentido, em nome dos países da Linha da Frente. De um modo geral, não só os governos como os meios de comunicação da África e do Mundo Árabe denunciaram a política de Reagan como um atentado à paz. Em Argel, o jornal *El Moudjahid*, habitual porta-voz do governo, considerou o apoio à UNITA como um novo passo na "linha agressiva de Reagan contra Angola".

Os protestos não se limitaram à África ou ao Movimento dos Países Não-Alinhados. Também se fizeram ouvir nos Estados Unidos e no Mercado Comum Europeu, cujas preocupações foram expostas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros ho-

landês, Hans van den Broek.

A repercussão nos meios económicos não foi menor. Angola é, hoje, um parceiro comercial respeitado internacionalmente. O seu mercado de consumo desenvolve-se, o comércio externo avança e o governo de Luanda destaca-se como um rigoroso cumpridor das suas obrigações. O intercâmbio comercial com os Estados Unidos aproxima-se dos 150 milhões de dólares com tendência para crescer.

Estas mútuas vantagens têm sido destacadas nos Estados Unidos e na Europa, inclusive por empresas de petróleo norte-americanas que operam normalmente em Angola.

A pergunta mais frequente que se formula em Washington é porque razão Reagan decidiu receber Savimbi na Casa Branca e dar carácter oficial à sua visita aos Estados Unidos. A UNITA não dá um único tiro que não seja com uma bala norte-americana ou sul-africana, de onde recebe todo o dinheiro que esbanja na compra de dinamite, para os atentados terroristas, ou na preparação dos sabotadores que os aviões da África do Sul despejam em solo angolano. E, se assim é, porquê tanto barulho por uma "ajuda" de 15 milhões de dólares, se isso é uma gota de água em face dos gastos milionários dos Estados Unidos e da África do Sul com a UNITA?

A interpretação mais corrente em Washington e nos meios diplomáticos em geral é que Reagan necessitava de uma cobertura política para justificar a sua responsabilidade na agressão a Angola. Era

necessário melhorar a imagem de Savimbi, a sua reputação de agente da CIA e encobrir os actos de terrorismo que caracterizam a sua acção "guerrilha", como bombas em cinemas ou sequestros de cooperantes estrangeiros e freiras.

Mas o propósito de Reagan fracassou. Savimbi deixa os Estados Unidos, não como um dirigente respeitável, mas com as marcas da sua dependência e subordinação ainda mais acentuadas.

Do ponto de vista do governo angolano os resultados não foram os esperados por Reagan. Angola saiu fortalecida. O correspondente do jornal brasileiro *Folha de São Paulo* nos Estados Unidos, Paulo Francis, escreveu a este respeito: "Reagan, ao receber Savimbi como se fosse um estadista, fortaleceu, consideravelmente, o governo que ele gostaria de ver substituído".

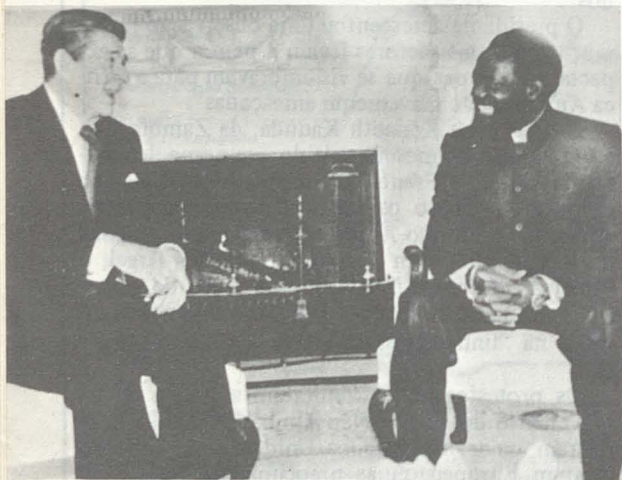
Há outros aspectos a considerar. Oficializando a internacionalização da agressão a Angola, o presidente norte-americano justificou o apoio externo com que conta o governo de Luanda e, também, o que possa buscar futuramente.

No seu discurso de 4 de Fevereiro, o presidente José Eduardo dos Santos frizou que Angola não hesitará em recorrer à ajuda internacional dos países amigos, em particular à União Soviética e a Cuba, bem como a todas as forças amantes da paz e da liberdade, para defender a sua soberania.

Reagan, com o seu gesto, revelou a falsidade da sua pregação antiterrorista, assumiu uma posição que, no fundo, é a defesa do *apartheid* e, sobretudo, tornou pública a aliança com os métodos que ele declara combater.

Em nome de que princípios poderá agora a Casa Branca condenar os atentados pessoais, os sequestros, as bombas indiscriminadas se um notório recordista de todas essas práticas é acolhido pelo governo norte-americano como um sócio privilegiado?

Sabe-se que no Ministério dos Negócios Estrangeiros brasileiro, para citar um exemplo, o facto provocou perplexidade. O importante, no entanto, é que não se fique nas desaprovações formais mas que se considere a situação na África Austral de outro ângulo. Se não é possível deter a onda intervencionista norte-americana, então, resta a outra alternativa: fortalecer política e militarmente Angola e os países da Linha da Frente na sua resistência à agressão sul-africana, da qual Reagan é o cérebro, os sul-africanos o braço operacional e Savimbi apenas um peão a soldo.



**Estamos cá
como se estivéssemos lá.
Somos uma ponte segura
na cooperação recíproca.**



uma Empresa privilegiada
na auscultação directa e
no diálogo negociador,
preparada e experimentada
como via das melhores condições
de parceria, que decorrem do
planeamento de
um grande mercado.

ANGOLA

O seu estatuto preferencial
é um espelho que reflecte
as necessidades orientadas e
as potencialidades do
comércio externo angolano.



**uma experiência
adquirida
uma confiança
reforçada**

**no domínio de
acordos e
operações
comerciais e
no fomento de
cooperação
técnica com a RPA.**

Consulte:

VESPER • Importação e Exportação, Lda.
Av. João Crisóstomo, 16, 3.º
1000 LISBOA • Portugal
telef. 54 60 00 (8 linhas)
43688 VESPER P
telex 43446 VESPER P

Empresa de Capitais mistos
Luso-Angolana, associada das
seguintes Unidades Económicas Estatais:

IMPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Importação

EXPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.
Empresa de Despachos Alfandegários
de Luanda

e da
**COTECO, Sociedade de Cooperação
Técnica e Comercial, Limitada**

intexang

PLANEAMENTO E REALIZAÇÃO DE OBRA
ENGENHARIA CIVIL - TOPOGRAFIA - ARQUITECTURA
PRÉ-FABRICADOS CONDAÇO

Av. 4 de Fevereiro, 52-B — Luanda - R.P.A. Tels: 70538 70548 - Telex: 3117-INTEXE AN
Av. Júlio Dinis, 10-3.º G-F Tels: 768439 763224 - Telex: 18300-INTEXE — 1000 Lisboa

Habitação
Escolas
Postos médicos
Edifícios metálicos

Mobiliário
Cozinhas industriais
Lavandarias
Frio industrial



Conferência Ministerial
Países Não-Alinhados
Luanda, Setembro 85

Ao serviço dos conferencistas



II Congresso do MPLA-PT
Luanda, Dezembro 85

Ao serviço dos congressistas



Complexo da Samba

Fornecido à Empresa Nacional de Pré-fabricação, Pré-fabricados, U.E.E.

Propriedade da Logitécnica, U.E.E. — Secretaria de Estado da Cooperação



John Jairo Alzate



A paz em questão

O mais audacioso processo de negociação entre um governo e a guerrilha que o combateu está ameaçado

“Estamos em guerra e, às vezes, o povo colombiano parece que vive no ar e não compreende a realidade”. Esta afirmação do ministro da Defesa, general Miguel Vega Uribe, reflete de forma nítida o pensamento das forças armadas em relação à situação do país, enquanto a iniciativa de paz do presidente Belisário Betancur sofreu uma deterioração difícil, senão mesmo impossível, de se alterar.

Durante 1985, o processo de pacificação vivido na Colômbia — caso único na América Latina onde o governo optou pelo diálogo e negociação como solução para os 30 anos de actividade guerrilheira — sofreu um nítido desgaste. As constantes críticas da direita a esse processo, a insistência quanto à aplicação de medidas repressivas “para evitar que o comunismo se apodere do país”, e a firme oposição dos militares aos acordos com a guerrilha enfraqueceram a posição do presidente e tornaram difícil a pacificação do país.

Ao mesmo tempo, a resistência dos partidos políticos e dos seus representantes no parlamento às iniciativas governamentais, desvirtuando o seu propósito original, juntamente com as campanhas de desinformação e os insidiosos editoriais da imprensa

sa tradicional, acabaram por criar as condições necessárias para que prevalecessem as fórmulas de “boa pontaria e de terra arrasada”, que o presidente tão duramente criticara.

Como pano de fundo desta situação estão, sem dúvida, as condições económicas do país, manifestadas pelos altos índices de inflação, o baixo poder aquisitivo dos salários, um elevado défice fiscal e a recusa dos banqueiros internacionais em conceder novos créditos sem o aval do FMI, que levaram o governo a adoptar um “plano de estabilização” com graves consequências para os sectores populares. As tensões geradas no campo social servem de justificação para o não cumprimento das medidas acertadas nos pactos de paz, como ficou evidente em declarações de um ministro do governo: “é difícil fazer a paz sem dinheiro”.

O militarismo impõe-se

Com o surgimento dos primeiros atritos, o primeiro combate entre a Presidência e os militares foi vencido por Betancur, quando destituiu o ministro da Defesa, Fernando Landazábal, por causa

terceiro mundo - 21



Betancur e os comandos militares: quem é que manda, na verdade? O Palácio de Justiça incendiado pelo exército

das suas constantes e agressivas críticas ao processo de paz. Naquela ocasião, o presidente foi bem claro com o ministro Arturo Matamoros, sucessor de Landazábal, ao dizer-lhe que a exigência de que a guerrilha entregasse as armas não fazia parte dos acordos.

No entanto, Betancur foi progressivamente perdendo terreno diante das pressões dos sectores económicos e políticos que pediam, unanimemente, "pulso forte" com a "subversão". A primeira grande derrota do presidente foi a nomeação, em Janeiro de 1985, do general Miguel Vega Uribe para o Ministério da Defesa, em substituição do falecido Matamoros. Ainda que Betancur lhe tenha chamado "ministro da Paz", Vega Uribe tinha antecedentes como violador dos direitos humanos e uma nítida posição contrária aos acordos com a guerrilha. Com a tese de que "não há territórios proibidos às forças armadas", o novo ministro criou uma sucessão de provocações e confrontações que deitaram por terra os acordos assinados entre o governo e o M-19.

Segundo um comunicado confidencial da revista mexicana *Proceso*, baseado em altas fontes militares colombianas, "Vega Uribe e o ex-presidente Turbay Ayala tramaram uma estratégia para intimidar o presidente antes que ele consolidasse os seus seguidores nos altos comandos

militares", com o objectivo de evitar incómodas acusações públicas e reiniciar uma ofensiva anti-guerrilha que deixava de lado a política de paz empreendida por Betancur. A publicação mexicana identifica os generais Vega Uribe, ministro da Defesa, Manuel Guerrero, da Escola Superior de Guerra, e Hernando Días Sanmiguel, como membros de uma "troika" encarregada de levar por diante a política belicista no seio do governo e das forças armadas.

Os acontecimentos precipitaram-se com a realização de uma paralisação nacional, em 10 de Junho, e com uma sentença do Conselho de Estado ante uma denúncia de actos de tortura durante o governo Turbay Ayala. A ilegalidade da paralisação, diante do anúncio de acções guerrilheiras generalizadas, com a consequente militarização do país, aproximou o presidente Betancur e as forças armadas. Por sua vez, a polémica desencadeada pela decisão do Conselho de Estado, que solicitava ao Congresso e ao Supremo Tribunal Militar uma investigação sobre o ex-presidente e outras autoridades do seu governo, fez com que se chegasse a pedir a renúncia do próprio Vega Uribe. O ministro ignorou as acusações, afirmando tratar-se de "tácticas da subversão para desmoralizar as forças armadas", tendo contado com o apoio de Betancur, que o con-



General Miguel Vega Uribe



O governo tenta dividir a guerrilha em várias frentes

firmou no cargo.

O presidente, no seu discurso de abertura do Congresso, a 20 de Julho, sustentou a compatibilidade da procura da paz com as medidas de força, demonstrando claramente que as condições para a continuidade do processo de paz eram diferentes das iniciais. "A principal e última finalidade perseguida pelo governo, quando trata com a subversão, é procurar o seu desarmamento no sentido mais lato da palavra", advertiu Betancur. E, segundo algumas declarações do ministro do governo, impunha-se agora um caminho intermédio que combinasse o diálogo com a acção militar.

As causas do fracasso

Para o analista político Eduardo Pizarro, o governo e os militares passaram a aplicar uma política selectiva, que consiste no prosseguimento das negociações com as FARC., enquanto procura o aniquilamento do M-19. Por outras palavras,

segundo o editorial do diário *El Espectador*, "é preferível ter apenas um inimigo declarado que age abertamente do que vários, dispersando as forças militares da ordem constituída".

As propostas de reforma saídas do "Diálogo Nacional", acertadas com o M-19, apesar das suas limitações, fracassaram devido à oposição dos partidos Liberal e Conservador, das associações de empresários e, por último, da recusa do poder legislativo em assumi-las. Por outro lado, o que havia sido concebido inicialmente como um grande foro nacional converteu-se num debate à porta fechada, que pela sua heterogeneidade e pouca clareza de objectivos produziu escassos resultados.

Das sete comissões que tratariam de um igual número de temas (reforma política, urbana, educativa, agrária, etc.) apenas a da reforma agrária prosperou, com critérios bastante avançados, mas mutilada na sua essência uma vez entregue ao governo para tramitação no parlamento. Ficou comprovada, assim, a afirmação de um funcionário do Instituto da Reforma Agrária (INCORA), demitido sumariamente há alguns meses, de que era impossível "que num Congresso de latifundiários prosperasse qualquer iniciativa de reforma".

Outro aspecto que contribuiu para a confusão, decisões precipitadas e criação de um clima adverso para os acordos foi a forma adoptada pelos meios de comunicação para informar sobre o processo de paz, usando os seus próprios critérios ou agindo simplesmente como meros instrumentos da acção psicológica das forças armadas. No prólogo do livro "La Guerra por la Paz", do jornalista Enrique Santos Calderón, Gabriel García Márquez descreveu assim a situação: "Certo: era o caos: na confusão das acusações recíprocas, nunca se teve a certeza de quem disparou o primeiro tiro que rompeu a trégua, nem quem começou a batalha...". A opinião pública, incapaz de compreender alguma coisa claramente, deixou-se vencer pelo tédio, tendo a prioridade da paz sido substituída pelo desencanto. Talvez, no meio de tantas trevas, a única verdade era que uns e outros mentiam por interesse, por tática, por conveniência, por ignorância, para responder a uma mentira com outra e até pela repugnância de viver entre tantas mentiras. Porém, no final, o resultado era o mesmo: todos mentiam. No entanto, havia uma pergunta fundamental: em quem acreditava o governo?

O papel da comissão de verificação foi anulado. Já ninguém prestava atenção às suas actas, as quais poderiam clarificar alguma coisa sobre o assunto. Um membro dessa comissão, Alvaro Leyva, reiterou em várias oportunidades o pedido de que fosse dada publicidade às actas e afirmou que os militares eram "uma roda solta no processo de paz".



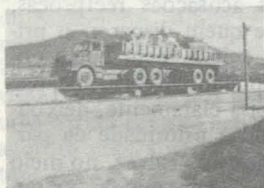
1928 • MAIS DE MEIO SÉCULO DE EXPERIÊNCIA DE FABRICO • 1986



«INTERNATIONAL TROPHY QUALITY», 1979-1980-1981-1982
«INTERNATIONAL AWARD TO EXPORT», 1982-83
«ÁFRICA AWARD», 1984

O MAIOR FABRICANTE E EXPORTADOR PORTUGUÊS DE **EQUIPAMENTOS PARA PESAGEM**

BÁSCULAS E BALANÇAS DE
TODOS OS TIPOS PARA



- **INDÚSTRIA**
- **AGRICULTURA**
- **PECUÁRIA**
- **PESCAS**
- **COMÉRCIO**
- **MINAS**
- **TRANSPORTES**

EXPORTADOR PARA

- **CUBA**
- **ANGOLA**
- **MOÇAMBIQUE**
- **MARROCOS**

JOSÉ DUARTE RODRIGUES, LDA.
TELEF. 73604/73606 - TELEX 32125 CAXPUZ P
APARTADO 12 - 4701 BRAGA CODEX - PORTUGAL

A face amarga da paz

A situação dos Direitos Humanos na Colômbia durante a gestão de Belisario Betancur é grave, ao contrário do que se poderia pensar de um governo que reiteradamente proclamou respeitá-los e defendê-los.

Em 1985, foram divulgados relatórios de organizações humanitárias nacionais e internacionais que acusam as forças armadas de torturas, assassinatos, desaparecimentos e massacres desvendando as suas ligações com grupos paramilitares que, apesar das denúncias e investigações, continuam a actuar impunemente em todo o país.

Os sacerdotes Álvaro Ulcué, (indígena colombiano), Daniel Guillard (francês), e Irne García (pastor negro), o advogado e membro do Comité Permanente pela Defesa dos Direitos Humanos, César Florez, Jaime Bronstein, assessor do Comité Regional Indígena do Cauca (CRIC), os dirigentes

A Coordenação Nacional Guerrilheira

□ Culminando uma fase de aproximações e acordos, o M-19, o Exército Popular de Libertação (EPL), o Exército de Libertação Nacional (ELN) e mais quatro grupos guerrilheiros constituíram a Coordenação Nacional Guerrilheira (CNG), numa perspectiva que considera virtualmente encerrado o ciclo de diálogo com o governo e que propõe o desenvolvimento de acções conjuntas no plano militar.

Num primeiro momento, a proposta de diálogo do presidente Betancur foi aceite pelo M-19, que já havia estimulado uma iniciativa semelhante durante o governo de Turbay Ayala, e pelas FARC. Por sua vez, o EPL, o ELN e a Frente Ricardo Franco (dissidente das FARC) recusaram-na por a considerarem um "instrumento da burguesia para deter o movimento revolucionário e a luta de massas".

A convergência entre o M-19 e as FARC rompeu-se com a assinatura dos "Acordos de La Uribe", em Março de 1984, criticado pelo M-19 "por representar uma solução para os seus (da FARC) interesses, mas não para os do povo".

camponeses Guillermo Tichjen e Angel Tolosa, o porta-voz do Exército Popular de Libertação (EPL), Oscar William Calvo, vários membros da União Patriótica, da organização política das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e dezenas de amnistiados e líderes civis, camponeses e populares engrossam a lista de assassinados e desaparecidos na escalada de "repressão selectiva" que envolve o exército e as organizações paramilitares.

Povoados e bairros inteiros sofreram "operações pente fino" com um saldo de inúmeras vítimas na população civil, como no caso de Siloé, bairro popular de Cáli, na zona ocidental do país.

Casos de execuções sumárias acontecem com frequência, como o denunciado pelo procurador-geral, Carlos Jiménez, no seu relatório anual: "factos de 30 de Setembro em Bogotá... Nessa data, 246 membros da Polícia Nacional rechaçaram grupos subversivos, ao que parece do M-19, em incidentes resultantes de um assalto a um camião distribuidor de leite, com um saldo de onze civis mortos e vários polícias feridos. A investigação da Procuradoria-Geral, dirigida pelos procuradores designados pelas Polícia Nacional e Polícia Judiciária, apurou que entre os civis mortos, uns foram exterminados com tiros disparados a menos de um

metro de distância e outros, inclusive, quando se encontravam caídos no chão. Assim, indica não só a prova testemunhal mas também a prova técnica realizada".

Um relatório confidencial da Cruz Vermelha Internacional, entregue ao governo colombiano em Setembro de 1985, com base em três visitas de uma comissão da entidade, realizadas entre 1983 e 1984, a algumas prisões afirma que "das 50 pessoas detidas recentemente e com as quais os delegados se encontraram sem testemunhas, 35 (70%) queixaram-se de ter sido vítimas de brutalidades, maus tratos graves e, inclusive, torturas infligidas nos locais de detenção provisória e em centros de interrogatório dependentes das forças militares".

O relatório anual do procurador afirma: "até Outubro deste ano (1985), a Procuradoria teve oficialmente conhecimento do desaparecimento de 344 pessoas; no desenrolar das investigações foram encontradas 71 com vida, 67 mortas, desconhecendo-se o paradeiro de 206, sobre as quais se continua a investigar... Os resultados anteriores indicam um aumento de aproximadamente 129% de desaparecidos em relação ao relatório feito em Outubro de 1984, o qual apresentava uma cifra de cerca de 150 pessoas desaparecidas no país". ●

Ao mesmo tempo, a entrada do EPL no processo e os seus acordos com o M-19 levou-os a constituir uma aliança, formalizada com a assinatura dos "Acordos de Corinto e Medellín".

Na primeira reunião nacional do movimento guerrilheiro, convocada para 25 de Maio de 1985, com a ausência das FARC, por discordar do convite feito à Frente Ricardo Franco, lança-se um manifesto unitário: "as nossas actuais diferenças são pequenas — explica a declaração — diante do grande dever de construir, apoiar e impulsionar uma nova coligação histórica para uma vitoriosa revolução".

Nas vésperas da Paralisação Cívica Nacional, realizada a 10 de Junho do ano passado, o ELN e os então surgidos Pátria Livre, Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), Comandos Indígenas Quintín Lame e a Frente Ricardo Franco convocaram conjuntamente a mobilização "para enfrentar directamente a demagogia do governo", enquanto o M-19, o EPL e as FARC realçavam a necessidade de defender a abertura democrática e o processo de paz.

O regresso do M-19 à acção armada e a permanência do EPL nos acordos de paz, permitiram que sete organizações constituíssem, em Setembro, a Coordenação Nacional Guerrilheira, através dum acordo unitário ratificado depois dos episódios do Palácio da Justiça pelo

M-19, EPL, ELN, Frente Ricardo Franco, PTR, Pátria Livre e Comandos Quintín Lame.

"Com o massacre do Palácio da Justiça, a onda de assassinatos, a bárbara repressão desencadeada e a deterioração das condições de vida da maioria dos colombianos, encerrou-se com muito mais sofrimento do que glória um ciclo da nossa história. O ciclo em que a oligarquia falou de paz pressionada pelos anseios populares, mas sem adoptar qualquer medida real de paz", afirma uma declaração da CNG.

Pouco depois, a CNG expulsou a Frente Ricardo Franco da organização quando foram descobertas as valas comuns de Tacueyó, com 164 cadáveres de militantes executados pela Frente segundo a alegação de se tratarem de pessoas infiltradas pelo exército. Julgado pelas suas bases, Javier Delgado, dirigente máximo da Frente, fugiu com um reduzido grupo para as montanhas do Cauca, onde é conhecido como o "Pol-Pot dos Andes".

As primeiras acções conjuntas da CNG aconteceram com a ocupação pelo M-19 e pelo EPL do povoado de Urrao, com 35 mil habitantes, no norte do país, e com uma crescente actividade no departamento de Cauca (no sul ocidental), onde foi constituído o "Batalhão América", com a participação de guerrilheiros equatorianos e peruanos.



Reunião da Comissão de Paz e das FARC em La Uribe



Assembleia da União Patriótica, preparatória das eleições

As FARC: das montanhas às urnas

Separadas durante anos por diferenças teóricas, práticas e táticas as organizações guerrilheiras colombianas passam actualmente por alterações significativas, tanto na sua actuação política como nas suas relações mútuas, em consequência do processo de diálogo e negociação iniciado pelo presidente Belisario Betancur. As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), juntamente com o Partido Comunista, criaram a União Patriótica para desenvolver uma acção política legal, com o objectivo de ganhar posições no plano institucional. Apesar das contínuas provocações e violações da trégua, as FARC são a única organização guerrilheira que se mantém no quadro dos acordos com o governo.

Uma "frente de convergência nacional"

A 26 de Março de 1985, quando decorreu o primeiro aniversário do pacto de trégua entre as 26 - terceiro mundo

O movimento guerrilheiro mais antigo do país reorganiza-se para disputar as eleições

FARC e o governo, no contexto de uma simbólica reunião na cidade de La Uribe, local onde foram assinados os acordos de paz, a organização guerrilheira anunciou a sua participação na luta política e institucional através da criação da União Patriótica. Presentes à reunião, representantes do governo, dos partidos políticos, das associações empresariais, além de convidados especiais como o general na reforma José Joaquín Matallana e de uma delegação do estado-maior das FARC.

Em documento entregue aos presentes, as FARC denunciavam as reiteradas investidas do exército regular contra as suas frentes em trégua e exigiam do governo o cumprimento das reformas figuradas nos acordos. "Seria muito fácil para as FARC — declaravam — recomeçar a guerra, respondendo às provocações do exército. Mas não faremos isso enquanto houver sinais que mostrem caminhos civilizados para o poder".

Segundo as FARC, a União Patriótica propõe converter-se numa "grande frente de convergência nacional para procurar as mudanças que o país ne-

cessita". Por sua vez, o líder da organização, Manuel Marulanda Vélez, confirmou a decisão de recorrer às vias institucionais para prosseguir a acção política. "Se já tivéssemos, nesta campanha, a força suficiente, tomaríamos o poder. É precisamente isso que queremos", sublinhou o dirigente.

Nos meses seguintes, a União Patriótica deu início a uma campanha proselitista a nível nacional, realizando passeatas em diversas cidades em apoio a mobilizações camponesas e populares. Ao mesmo tempo, dirigentes do Partido Comunista e jovens quadros das FARC estabeleceram, em nome da União Patriótica, conversações com partidos políticos, associações empresariais e personalidades de diversos sectores.

Enquanto isso, dirigentes políticos liberais e conservadores, porta-vozes empresariais e das forças armadas denunciavam insistentemente a existência de um "proselitismo armado" e reiteravam a exigência da "entrega das armas como garantia de que o processo eleitoral estará livre de pressões". Entretanto, o presidente da Comissão de Paz, John Agudelo Ríos, reconheceu que "apesar das dificuldades, a trégua foi cumprida por parte das 27 frentes dessa organização". E acrescentou: "essas denúncias têm sido esclarecidas em benefício do processo e esperamos dar passos fundamentais para que ele se consolide".

A prorrogação da trégua

Antecipando-se ao fim do período de trégua, a 1 de Dezembro as FARC propuseram ao governo a prorrogação do cessar-fogo por mais nove meses, juntamente com a fusão das comissões de paz, controlo e diálogo numa só entidade representativa de todos os sectores institucionais, políticos, económicos, sindicais e populares, além do movimento guerrilheiro.

O presidente da Associação Nacional dos Industriais (ANDI), Fabio Echeverri, afirmou que a proposta era "um estratagema para manipular o parlamento". Monsenhor José Pimiento declarou que a União Patriótica era "uma ameaça para a democracia colombiana" e no Congresso proliferaram as denúncias contra as FARC acusadas de sequestro e actuação armada, renovando a exigência de que entregassem as armas.

"Não podemos entregar as armas — respondeu Iván Márquez, porta-voz das FARC — porque não foi esse o compromisso e porque se as entregássemos, outros colombianos as empunhariam, já que as reformas não foram levadas a cabo, continuando a verificar-se uma situação de miséria e de opressão. O povo está sufocado pelos impostos e pela pobreza. A prorrogação da trégua é necessária para que o Congresso se pronuncie so-

bre as reformas que o país espera impacientemente, dentro da procura de soluções para o actual estado de coisas".

O presidente Betancur aceitou a fusão das comissões e criou a "Grande Comissão de Paz", enfraquecida desde o seu começo pela não aceitação de vários dos nomeados para integrá-la, que alegaram divergências com o processo de paz e com a gestão do presidente. A 14 de Novembro, em Bogotá, com a presença de 2.500 delegados, o Congresso Nacional da União Patriótica proclamou a candidatura presidencial do comandante Jacobo Arenas. Poucos dias depois, Betancur reuniu-se com a Comissão de Paz e autorizou a continuação do diálogo com as FARC.

Nos primeiros dias de 1986, a Comissão de Paz e as FARC divulgaram um documento de prorrogação da trégua, onde se cogita a "desmobilização de algumas frentes, para que nas próximas eleições não haja grupos armados" e se proíbe o porte de armas e uniformes. "Estamos dispostos a dar uma contribuição valiosa para ter eleições em paz", disse Braulio Herrera, coordenador da União Patriótica.

De acordo com denúncias das FARC, o exército e os grupos paramilitares são responsáveis pelo assassinato de cerca de 200 militantes, ex-guerrilheiros hoje inactivos por causa da trégua e militantes na legalidade da União Patriótica.

Rumo às eleições

Com vista às próximas eleições legislativas de Março, a União Patriótica estabeleceu, em várias regiões, alianças com sectores liberais e conservadores, com o intuito de "conter o militarismo e a violência, afirmar a paz e consolidar a trégua". Essas alianças foram severamente criticadas pelos dirigentes nacionais desses partidos. O candidato presidencial conservador, Alvaro Gómez, qualifica-as de alianças antidemocráticas, alegando que "não é a mesma coisa permitir e dar todas as garantias necessárias às forças do comunismo (...) que fingir que os comunistas são democratas e então misturar as forças democráticas com os comunistas".

Ninguém espera que o candidato da União Patriótica, que ainda permanece nas montanhas por razões de segurança, possa ser eleito presidente da República nas próximas eleições de Maio, mas os observadores acreditam que só o facto da maior guerrilha do país concorrer vai alterar a história eleitoral do país. De qualquer forma, a preocupação dos dirigentes liberais e conservadores — que tradicionalmente dividiram entre si as instituições nacionais — com as alianças regionais, levadas a cabo pela União Patriótica, é um sintoma de que mudanças consideráveis podem acontecer. ●

A campanha eleitoral

Pouco a pouco, o clima eleitoral foi-se impondo através dos meios de comunicação, ganhando as ruas das cidades colombianas, com o seu característico "carnaval" de cartazes e panfletos coloridos, carros equipados com altifalantes barulhentos e comícios políticos apaixonados. Dos 27 milhões de colombianos, calcula-se que apenas nove milhões votarão em 9 de Março para eleger 112 senadores, 199 deputados nacionais, 421 deputados provinciais e cerca de 66 mil vereadores.

Entretanto, intensos combates entre o exército e as forças guerrilheiras têm lugar em algumas zonas rurais. Numa região montanhosa da província do Cauca, 650 quilómetros a sudoeste de Bogotá, efectivos do governo enfrentam o "Batalhão América", formado por membros da CNG. Por outro lado, na cidade de Barrancabermeja, a 500 quilómetros ao norte da capital, aumenta o êxodo de camponeses fugidos dos combates entre o exército e as FARC.

As forças armadas da Colômbia puseram em marcha um dispositivo de segurança denominado "Plano Democracia 86", com o objectivo de

"garantir a normalidade das eleições legislativas e municipais", para cuja execução foram reconvocados para o serviço militar cinco mil reservistas. Ao mesmo tempo, a polícia decidiu adquirir uma importante quantidade de armamentos e de material anti-subversivo, "em vista da grave situação de segurança vivida pelo país".

Quanto aos partidos tradicionais, o Partido Conservador e o Partido Liberal — chamado Liberal Oficial desde o aparecimento do Novo Liberalismo — a disputa eleitoral não apresenta mudanças significativas. A grande novidade consiste nos debates pela TV, ao estilo das campanhas norte-americanas, onde os candidatos põem à prova os seus talentos teatrais para apresentar as propostas definidas pelos seus assessores de "marketing".

De qualquer forma, alguns observadores políticos apontam a crescente desintegração política e programática desses partidos, evidenciada pela quantidade de candidatos — cerca de 170 mil inscritos — onde as ideias e propostas de governo dão lugar a uma desenfreada luta personalista pelos cargos públicos. Um antigo ministro e político de longa data chegou a estimar em 30 milhões de pesos o custo da campanha para conseguir lugar no Senado.

A trégua continua até Agosto

Os candidatos a presidente da República, Alvaro Gómez Hurtado, pelo Partido Conservador, e Luis Carlos Galán, pelo Novo Liberalismo, foram protagonistas de um debate na televisão em me-

Os candidatos Alvaro Gómez Hurtado e Luis Carlos Galán durante o debate na TV, ao estilo norte-americano

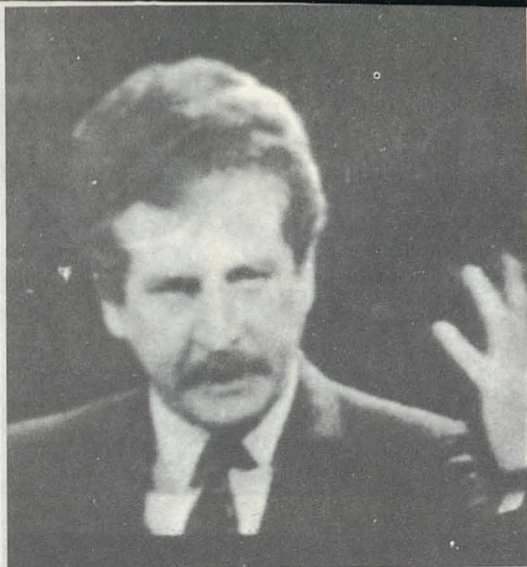


dos de Fevereiro, o qual provocou um desencanto generalizado na opinião pública pela rigidez do esquema utilizado para o confronto. O candidato do Liberalismo Oficialista, Virgílio Barco Vargas, aproveitou essa circunstância para justificar a sua ausência e dizer que "na realidade não houve qualquer luta de galos".

Enquanto isso, a União Patriótica, apoiada pelas FARC e pelo Partido Comunista, mantém a sua campanha eleitoral nos limites da trégua acordada entre o governo e o movimento guerrilheiro. O presidente da Comissão de Paz, John Agudelo, anunciou a prorrogação do cessar-fogo até ao próximo dia 7 de Agosto, data em que o vencedor das eleições de Maio deve assumir a presidência da Colômbia.

Em 4 de Fevereiro, a União Patriótica anunciou a mudança do seu candidato presidencial, substituindo o comandante Jacobo Arenas pelo advogado e dirigente sindical Jaime Pardo. A substituição foi justificada pela impossibilidade de Arenas comparecer normalmente em público, devido às contínuas ameaças de morte feitas pelos sectores de direita. Jaime Pardo foi até 1985 magistrado do Tribunal Superior de Bogotá não tendo sido reeleito por dirigir o sindicato nacional dos funcionários judiciais.

Paralelamente, dirigentes do Partido Liberal e



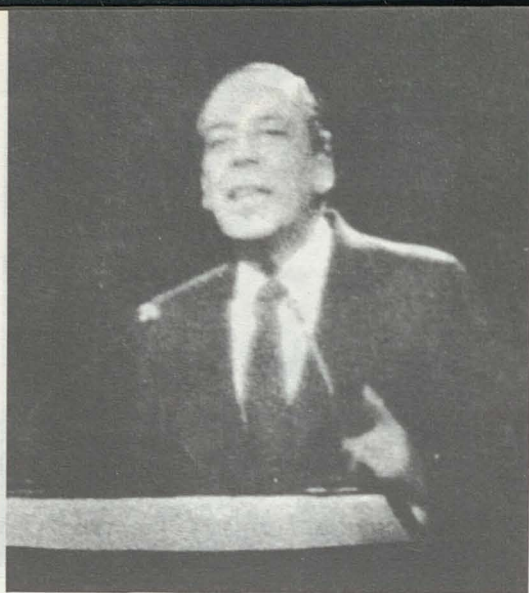
Luis Carlos Galán: o Novo Liberalismo

do Partido Conservador, ao qual pertence o presidente Belisario Betancur, tornavam mais duras as críticas às alianças dos seus correligionários com os agrupamentos regionais da União Patriótica. Críticas a que aderiram vários chefes eclesiásticos, incluindo o secretário-geral da CELAM, monsenhor Darío Castrillón, que classificou essas alianças de "perigosas" e "não convenientes para a Nação".

J A M O G

IMPORT. E EXPORT. LDA.

Rua Duque de Palmela, 30-8.º B — Telef. 52 31 48 - 52 32 55
Telex 12449 Jamog — 15588 Trigul 1200 LISBOA



Alvaro Gómez, candidato do Partido Conservador

"A União Patriótica tinha todo o direito de propor as alianças. Outra coisa é que os chefes dos partidos tradicionais as tenham aceite sem pensar no futuro", declarou monsenhor Pedro Rubiano, arcebispo de Cali. Para monsenhor José Pimiento, da arquidiocese de Manizales, as alianças foram "um sinal de fraqueza dos partidos que, para se

"El Espectador"

fortalecer, tiveram que se apoiar em movimentos que acabam de surgir e que não são convenientes para a Nação".

Os demais grupos guerrilheiros que compõem a Coordenadora Nacional Guerrilheira (CNG), mantiveram-se à margem do processo de pacificação, convocando a população a boicotar as eleições legislativas de Março e as presidenciais de Maio. A operação levada a cabo pelo "Batalhão América" na província do Cauca foi qualificada pelo exército como sendo "a maior acção subversiva dos últimos tempos", obrigando as forças oficiais a usar canhões, tanques e aviões caça-bombardeiros *Mirage*.

As tropas do governo iniciaram, por sua vez, em meados de Fevereiro, uma acção contra a 24ª frente das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) a pretexto de uma denúncia apresentada pela transnacional holandesa *Shell*, a qual estaria a ser vítima de extorsão por parte dos guerrilheiros. Mais de três mil camponeses dos municípios de Yondo, Cuatro Bocas e Casabe abandonaram as suas terras para fugir aos confrontos entre o exército e a guerrilha.

Embora a escalada de violência causada pelos conflitos militares faça os diversos sectores políticos temer pelo futuro das eleições, o governo do presidente Belisario Betancur insistiu em que o calendário eleitoral não sofrerá quaisquer mudanças.●



AGROPROMOTORA

COOPERATIVA PRODUTORA
DE PROJECTOS AGRÍCOLAS, SCRL

Rua Cardeal Mercier, 29, 1.º
Telefone 735135
LISBOA

Delegação - LUANDA: Telefone 60130

Cooperar e desenvolver

Áreas de Trabalho

- Agricultura
- Pecuária
- Indústria Alimentar

Entidades

- Orga. Estatais
- Cooperativas
- Estruturas de produção familiar

Países Africanos

- Angola
- Moçambique
- Cabo Verde
- Guiné Bissau
- Argélia

Projecta e implementa

Petróleo e gás, as condicionantes do sistema

O objectivo primordial do Plano Quinquenal (1985-1989) actualmente em execução é o de preparar o país para a era do "pós-petróleo". Objectivo que poderá ficar comprometido a manter-se a baixa do preço do *crude* no mercado mundial

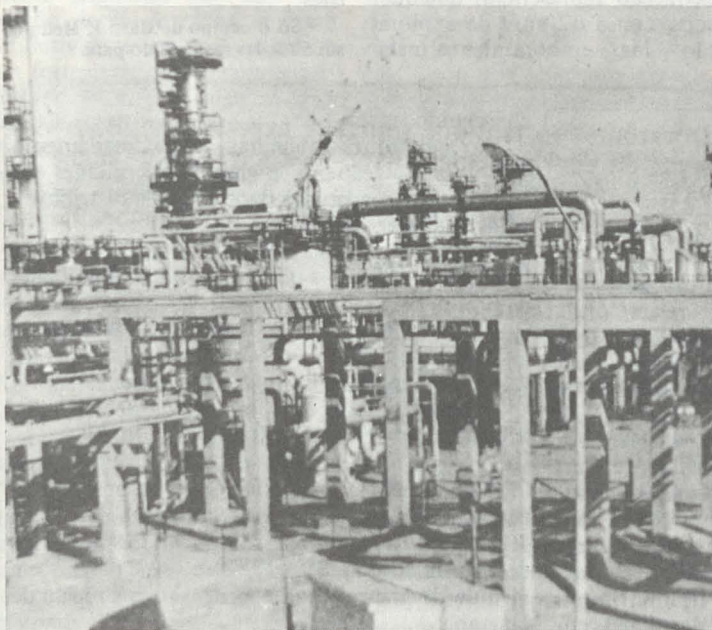
O preço do *crude* entrou em baixa acentuada. Fala-se mesmo em colapso. Razões desta descida? A guerra desencadeada pelos países produtores do Mar do Norte (Grã-Bretanha e Noruega) pela conquista de maiores quotas de mercado a nível mundial, logo seguida pela resposta de alguns países da OPEP, com particular destaque para a Arábia Saudita, o maior exportador do mundo, que elevou a sua produção para a ordem dos 6 mi-

lhões de barris por dia. Resultado: saturação do mercado e a consequente queda em cadeia dos preços.

Assim, entre Julho de 1985 e Janeiro do corrente ano, os preços do *crude* diminuíram em média 30%. O preço do barril ultrapassou o patamar dos 20 dólares, sendo transaccionado em muitos casos entre os 16 e os 18 dólares. Alguns especialistas nesta matéria afirmam inclusive que aquelas cotações deverão, a curto prazo,

situar-se abaixo dos 15 dólares por barril, não só devido à competição entre produtores e ao excesso de oferta, como por falta de resposta da procura que deriva do facto dos países industrializados terem constituído, entretanto, gigantescas reservas de *crude*.

Os dirigentes argelinos, juntamente com líbios e iranianos, conscientes que a guerra de mercados provocaria a quebra dos preços, têm-se batido dentro da OPEP para que cada um dos seus



A saturação do mercado petrolífero levou à acentuada queda dos preços



O presidente Chadli Bendjedid

membros limite as suas exportações às quotas anteriormente definidas no seio daquela organização de exportadores, única forma, segundo defendem, de "segurar" o preço a nível mundial. Mas não têm tido sucesso. De resto, a disciplina no interior da OPEP quanto a vendas e preços tem vindo a deteriorar-se desde 1980 e 81, e por outro lado parece pouco provável conseguir o termo das "hostilidades" no mercado face à profunda divisão existente.

Argélia: a dependência dos hidrocarbonetos

Se para os países industrializados do Norte e para os países subdesenvolvidos importadores de petróleo as perspectivas abertas com esta baixa do *crude* são animadoras¹, para os produtores de *crude* do Terceiro Mundo, cujos processos de desenvolvimento se encontram estreitamente dependentes das receitas daquela fonte de energia, o futuro apresenta-se sombrio. A essas dificuldades junta-se a baixa deslizante do dólar, moeda geralmente utilizada no mundo das transacções de petróleo, que nos

últimos nove meses teve uma quebra de cotação da ordem dos 14%.

A Argélia pertence a este último grupo de países. Petróleo e gás representam 98% das suas exportações (cerca de 13 mil milhões de dólares) e 90% das receitas em divisas. As exportações argelinas de petróleo rondam actualmente os 600 mil/640 mil barris diários e as suas reservas estão avaliadas em 20 anos de exploração. A contribuição dos hidrocarbonetos para a formação da riqueza gerada no país, traduzida pelo Produto Interno Bruto (PIB), era de 27,6% em 1984, contra 36% em 1979.

De resto, a instabilidade do preço do petróleo e a limitação à expansão das vendas imposta pela OPEP até à recente crise, levaram, desde há alguns anos, as autoridades argelinas a privilegiar a comercialização do gás natural. O gás não só tem tido preços mais estáveis no mercado mundial, como a Argélia detém algumas das maiores reservas do mundo: 3.500 mil milhões de metros cúbicos, o que ao nível actual de extracção representam qualquer coisa como 62 anos de exploração². Mas, embora menos instá-

vel, o certo é que o preço do gás também tem baixado a nível mundial, o que tem provocado alguns atritos de ordem contratual entre a Argélia e alguns dos seus clientes. Isto fez com que alguns dos contratos não tivessem sido cumpridos e outros tivessem sido renegociados, como foi o caso da Espanha.

A era do petróleo

A questão que se coloca actualmente é saber até que ponto a queda dos preços irá comprometer a execução do Plano Quinquenal (1985-1989), através do qual as autoridades argelinas pretendiam lançar as bases da era do "pós-petróleo". O objectivo é diminuir a dependência do gás e

¹ Caso o preço do barril de petróleo se mantenha ao nível dos 20 dólares, a receita petrolífera dos países industrializados será reduzida em pelo menos 30 mil milhões de dólares, na opinião de um estudo de especialistas da Comunidade Económica Europeia. Segundo esse mesmo estudo, a manterem-se essas condições, "os países em vias de desenvolvimento economizarão 7 mil milhões de dólares".

² Só o campo de Hassi R'Med possui 57% das reservas do país.

AGRICULTURA: O DESERTO À PORTA!

□ A Argélia tem uma superfície de 2.381.741 quilómetros quadrados mas só 3% desta superfície são considerados de "utilidade agrícola". Em 1984, dos 7,5 milhões de hectares de superfície agrícola útil apenas 4,6 milhões estavam a ser cultivados. As terras irrigadas representavam apenas 3,5% da superfície agrícola total — 270 mil hectares — e, segundo alguns analistas, teria vindo a diminuir desde 1967. Anualmente, cerca de 40 mil hectares de terras agrícolas são considerados perdidos para o cultivo em consequência da desertificação que nem mesmo a barragem verde (plano de florestação executado pelas forças armadas cujo traçado pretende ligar a fronteira com a Tunísia à fronteira com Marrocos) tem

conseguido suster.

Na agricultura trabalham aproximadamente 40% da população activa global (4,4 milhões em 1982) estando a propriedade agrícola distribuída pelos seguintes sectores:

- *sector socialista autogerido*, 2,3 milhões de hectares distribuídos por cerca de 2.080 unidades de produção.

- *sector da Revolução Agrária*, 1,1 milhões de hectares explorados por cerca de 6 mil cooperativas que agrupam mais de 16 mil camponeses.

- *sector privado*, 4,1 milhões de hectares distribuídos por cerca de 700 mil agricultores.

Durante a execução do Plano Quinquenal (1980-84) não foi possível ao sector agrícola cumprir a meta de crescimento estabelecida de 4% ao ano. O sector apresentou valores negativos de crescimento, -8% (1982) e -2% (1983) em virtude da grave seca que atingiu toda a região do Magrebe.



O modelo económico adoptado após a independência, criou graves problemas à agricultura

do petróleo, reestruturar o parque industrial, dando maior atenção ao sector agrícola por forma a aumentar a sua rentabilidade e o nível de auto-abastecimento alimentar que não tem parado de se degradar. A fraca produtividade agrícola, aliada a um forte crescimento demográfico (ver caixa) tem levado a uma taxa de crescimento anual de 5% das importações de bens alimentares que, em 1983, atingiram os 2,6 milhares de milhões de dólares. Em 1984, a Argélia importou 60% do que comeu, o que corresponde aproximadamente a 20% das receitas obtidas da exportação dos hidrocarbonetos.

O modelo de desenvolvimento

A via de desenvolvimento seguida pelo Estado argelino após a independência do colonialismo francês, em 1962, assentava no pressuposto de que havia que "assegurar o mais rapidamente possível a independência política completa através da independência económica". Associar a

independência económica à "industrialização" parecia quase óbvio nessa altura.

O tempo se encarregaria de mostrar até que ponto isso não correspondia à realidade do país, sobretudo se se tiver em conta o "tipo de industrialização" por que a Argélia enveredou. A indústria pesada, o petróleo e o gás passaram a ser os sectores privilegiados em detrimento da agricultura, das infra-estruturas sociais e da própria indústria ligeira. A industrialização a partir dos produtos do sector agrícola e pecuário esteve totalmente afastada do modelo.

Os meios de financiamento provinham dos hidrocarbonetos, mas eles não eram suficientes para cobrir as importações e adquirir os bens de investimento (que chegou a atingir taxas de mais de 50%). Para cobrir esse défice, a Argélia teve de contrair empréstimos externos de forma crescente, montante que, em 1978, era já responsável por um serviço da dívida externa (amortizações mais juros) que repre-

sentava 39% das exportações³.

A Revolução Agrária, decretada a 8 de Novembro de 1971, pretendia "não acabar com a propriedade privada, mas com a exploração do homem pelo homem, modernizar a agricultura introduzindo novas tecnologias e a mecanização". Mas o certo é que a sua implantação, para além das alterações na estrutura fundiária (ver caixa), poucas alterações qualitativas veio trazer à produção. Em 1983 a agricultura contribua para o Produto Interno Bruto (PIB) apenas com 6%, comparados com os 13% de 1967.

Ao nível da comercialização dos produtos agrícolas a inter-

³Segundo alguns analistas, o serviço da dívida argelina rondará actualmente os 5 mil milhões de dólares por ano. Há alguns anos o governo argelino optou pelo "desendividamento", o que o levou a adoptar medidas mais rigorosas no controlo das importações, e à redução de despesas. Em 1980, a dívida externa elevava-se a 26,5 mil milhões de dólares, ao passo que em 1984 ela não ultrapassava os 16 mil milhões de dólares.

venção fortemente burocratizada do aparelho estatal também se fazia sentir negativamente. A fixação dos preços muitas vezes não tomava em consideração os custos da produção, o que levava os camponeses a optarem por culturas de auto-subsistência.

As críticas ao sistema

As críticas dentro do partido único — a Frente de Libertação Nacional (FLN) — quanto ao modelo escolhido e sua eficácia surgiram ainda antes da morte do presidente Boumediène, em 27 de Dezembro de 1978, mas é após a escolha do seu sucessor — o coronel Chadli Bendjedid — que elas sobem de tom. É de resto o novo presidente, eleito para o seu primeiro mandato a 7 de Fevereiro de 1979, que, a partir de 1980, assume a crítica ao modelo económico acusando-o de pouca flexibilidade e falta de resposta.

As posições do presidente Chadli Bendjedid passam a representar, de algum modo, dentro da FLN, a “consciência crítica” e a moderação do sistema face aos grupos ou tendências que defendem a privatização e liberalização integrais ou, pelo contrário, pugnam pelo reforço do papel

do aparelho de Estado na economia em nome dos princípios socialistas assumidos pela revolução argelina.

O presidente Chadli fala em flexibilizar o sistema e afirma que nele o sector privado terá de ser um “sector de complementaridade face ao sector público ao qual devem continuar submetidos os sectores estratégicos que podem influir na decisão política ou económica”.

Eis algumas das críticas apontadas ao “modelo argelino”: industrialização que pecou por gigantismo; excessiva centralização, que teria levado a esbanjamento de meios e a má gestão tanto ao nível da produção como da distribuição; deficiente controlo dos mercados com excessos e carências de oferta. Os produtos industriais apresentavam em muitos casos falta de qualidade e de competitividade face aos produtos estrangeiros e a industrialização criou uma dependência grande da assistência técnica estrangeira. Por outro lado, os complexos industriais, pela sua modernidade e sofisticação, geraram pouco emprego numa sociedade que em 1984 apresentava uma taxa de desemprego da ordem dos 16,9%⁴. Por último, há quem

afirme que o modelo “industrializou” mas não criou “um tecido industrial” no país; e — mais grave ainda — apesar de mais de 15 anos de implantação não gerou qualquer outra “fonte alternativa de receitas em divisas”.

O país, para o seu desenvolvimento, continua dependente do petróleo e do gás como há mais de 15 anos atrás...

O “pós-petróleo”?

A nova Carta Nacional, referendada, segundo números oficiais por mais de 10 milhões de argelinos no passado dia 16 de Janeiro (com 98,4% de votos favoráveis e 96% de participação dos inscritos nos cadernos eleitorais), e o Plano Quinquenal 1985-89, em execução, pretendem orientar a sociedade argelina para a transição “pós-petróleo”.

O texto base da Revolução Argelina agora referendado não parece introduzir alterações substanciais ao texto da Carta de 1976. Mas só aparentemente. O optimismo quanto à capacidade dos hidrocarbonetos financiarem uma industrialização de grandes

⁴ Fonte: semanário argelino *Revolution Africaine*.

CRESCIMENTO ACELERADO

□ Todos os dias nascem na Argélia 1.500 crianças. Embora a taxa de natalidade tenha, nos últimos anos, vindo a diminuir ligeiramente as autoridades têm-se empenhado em sensibilizar os casais no sentido de “espaçar” os períodos de gravidez. Em 1984, a Argélia tinha 21,5 milhões de habitantes com uma taxa de crescimento de 3,24% (60% dessa população são jovens com menos de 20 anos de idade).

Segundo projecções do Ministério da Planificação e do Ordenamento Territorial, a este ritmo de crescimento a população no ano 2000 será da ordem dos 34,5 milhões de habitantes, mais 16,1 milhões do que em 1980. Este ritmo de crescimento obriga a que anualmente tenham de ser

construídas cerca de 246 mil novas casas, num total de 2.378.000 fogos a serem construídos até ao ano 2000.

Em termos de população escolar o panorama é semelhante: em 1980, havia no ensino básico (dos 6 aos 15 anos) 5,1 milhões de alunos ao passo que no ano 2000 essa cifra terá ultrapassado o limiar dos 9 milhões: isso implicaria construir uma escola por dia.

A concentração da população no Norte (95% da população vivem numa superfície que não representa mais do que 1/6 da superfície total do território nacional) é outro problema sério enfrentado pela Argélia. A desertificação, o processo de industrialização seguido após a independência e a falta de apoio aos camponeses levaram ao êxodo rural para as cidades, onde actualmente residem cerca de 60% da população argelina.



A nova Carta Nacional condena o extremismo islâmico que “confina o Islão ao formalismo impedindo a reflexão”

projectos parece definitivamente posto de lado. Para além da definição da agricultura como prioridade do modelo, e do apelo à participação do sector privado (contribui com cerca de 1/3 do Produto Interno Bruto) a Carta Nacional defende que “é necessário que os argelinos trabalhem e produzam em empresas rentáveis e construídas à dimensão do homem”. Implícita está a crítica ao gigantismo das cerca de meia centena de empresas que dominavam a economia argelina, algumas das quais já começaram a ser divididas, visando melhorar e responsabilizar a gestão.

Do ponto de vista político, talvez a maior novidade da nova Carta Nacional vá para a defesa do islamismo na sociedade, em particular nas escolas.

Esta definição foi considerada não só uma afirmação nos princípios do Islão, mas uma resposta vigorosa aos radicais islâmicos, o sector politicamente mais forte

na oposição ao regime socialista argelino. A Carta Nacional fala mesmo de “um extremismo que confina o Islão ao formalismo, reclamando do homem muçulmano a observância de certas aparências que nada têm a ver com a verdadeira religião, impedindo a reflexão”.

O segundo grande documento da transição por que passa a Argélia é o Plano Quinquenal 1985-89. Este prevê um programa de investimentos da ordem dos 557,3 mil milhões de dinares (aproximadamente 104,2 mil milhões de dólares) e embora seja afirmado que a prioridade é dada à agricultura, esta apenas recebe 14,2% do programa, contra 31,3% dados à indústria, 15,4% à construção e 7,9% ao equipamento colectivo. A explicação para isso talvez resida no facto de 300 mil milhões de dinares do programa — ou seja, aproximadamente 54% do mesmo — se destinam à conclusão efectiva de pro-

gramas não terminados do anterior Plano Quinquenal 1980-84.

O novo Plano prevê um crescimento anual do PIB de 7,5% (fora o sector dos hidrocarbonetos), privilegiando a aquisição de bens de equipamento em detrimento dos de consumo e uma perda relativa da importância dos hidrocarbonetos na formação da riqueza nacional: 24,3% do PIB em 1989, contra 27,6% em 1984 (contribuição que ultrapassava os 36% em 1979).

A baixa do petróleo no mercado mundial terá reflexos evidentes na concretização deste programa, sendo hoje ainda difícil avaliar a profundidade das suas repercussões. A quebra das receitas do petróleo e gás levarão certamente as autoridades argelinas a reduzir e cancelar alguns dos investimentos previstos.

Petróleo e gás continuam a constituir as condicionantes do sistema.

Baptista da Silva



- Comércio internacional de produtos alimentares e bens de consumo.



SOCIEDADE COMERCIAL DE
IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, LDA.

- Importação e exportação de bens de equipamento.
- Agentes exclusivos de várias indústrias de todos os continentes.

IMPORT - EXPORT
O CONTACTO PRIVILEGIADO PARA ÁFRICA E MÉDIO ORIENTE

Um balanço de dez anos de luta

A República Árabe Saraui Democrática foi proclamada a 27 de Fevereiro de 1976. Reconhecida por 63 países, é membro de pleno direito da OUA, devendo estes êxitos diplomáticos à vitória militar que tornou impossível a implantação marroquina

Buhari Ahmed, embaixador da República Árabe Saraui Democrática em Caracas e representante para toda a América Latina é, apesar da sua juventude, um velho dirigente saraui designado pela Frente Polisario para o trabalho diplomático. Desde 1977 que está ligado à América Latina, tendo ocupado o posto de embaixador no México, Panamá e Costa Rica.

De 1983 a 1985 foi responsável pelas relações da Frente Polisario com a Europa e foi recentemente reconduzido no cargo de representante junto ao continente latino-americano, "dentro da rotatividade normal que ocorre, a cada três ou quatro anos, no corpo diplomático da RASD".

Nesta entrevista exclusiva a *cadernos do terceiro mundo*, o embaixador da RASD refere-se ao fracasso da estratégia dos muros defensivos levantados pelo Marrocos no Sara, atribuindo-o ao domínio dos "mistérios" do radar, por parte da Polisario. Faz também uma avaliação desta década de luta, da situação militar e das relações internacionais, particularmente o desgaste dos vínculos históricos entre os saraus e o Partido Socialista Operário Espanhol.

Que avaliação faz dos dez anos decorridos desde a proclamação da República Árabe

Saraui Democrática?

— O fundamental é que conseguimos constituir um Estado, que trabalha nos sectores básicos de importância estratégica para o futuro: educação, formação de quadros, relações internacionais e uma administração eficiente que atende aos problemas da população. Ao mesmo tempo, é um Estado que deve enfrentar uma agressão e raciocinar em termos militares, diplomáticos e políticos para completar a emancipação do país.

Nestes dez anos apareceu uma nova geração: as crianças que tinham dez anos quando foi proclamada a República são actualmente homens de 20 anos. Que trabalho fizeram para formar esses quadros? Foi atribuída uma maior importância à preparação militar ou à formação de profissionais e técnicos em universidades estrangeiras?

— É um duplo desafio. Porém, nem o médico nem o engenheiro saraus poderão exercer num território ocupado. Portanto, a maior parte dos nossos jovens orienta-se para a defesa nacional, a prioridade fundamental, sem a qual é impossível construir um país ou sonhar com um Estado livre, soberano e independente. É uma imposição das circunstâncias.

Ao mesmo tempo, porém, preparamos as crianças e os estudantes para que, no futuro, sejam nossos continuadores, para que a próxima geração possa efectivamente construir uma na-

Walter Santos



Buhari Ahmed, responsável da RASD para a América Latina

ção livre, com fronteiras seguras ao norte e ao sul. A formação de quadros não é uma tarefa simples nem sequer para um país independente e em paz e muito menos para o nosso, ameaçado e agredido por um gigante expansionista. Fomos colónia espanhola durante um século e o colonizador, antes de se ir embora, deixou no seu lugar o substituto marroquino, sem nos dar tempo de nos organizarmos antes da invasão.

As relações com a Espanha

Os recentes incidentes com um barco pesqueiro espanhol, nas costas do Sara, abalaram as relações da Frente Polisario com o governo socialista de Felipe González e determinaram o encerramento — talvez temporário — da representação saraui em Madrid. Como se explicam estes mal-entendidos entre duas forças, uma socialista, como o PSOE, e a outra um movimento de libertação, a Polisario, aparentemente com tantos interesses em comum?

— Antes de chegar ao poder, Felipe González teve inúmeros encontros com a Frente Polisario, inclusive o de 14 de Novembro de 1976 com o actual presidente Mohamed Abdelaziz. Nesse encontro, as duas partes estiveram de acordo em vários pontos: em primeiro lugar, que a Espanha tivera responsabilidade histórica na guerra do Sara, por ter propiciado o colonialismo marroquino; em segundo lugar, que se tratava de uma guerra de agressão, de rapina, que devia ser denunciada com energia; em terceiro lugar, que os acordos de pesca subscreitos naquela época entre o Marrocos e o governo da UCD¹ eram ilegais, porque transformavam os barcos de pesca espanhóis em objectivos militares, na medida em que navegassem sob a bandeira marroquina e pes-

cassem em águas territoriais saraus sem autorização do governo da RASD. Em quarto lugar ficou estabelecido que, uma vez que o PSOE alcançasse o poder em Espanha, a posição oficial do país sobre o conflito seria alterada.

Desde então caminhámos juntos, até que o PSOE chegou ao poder. A partir daí, Felipe González mudou de posição e manteve praticamente intacta a atitude sustentada pela Espanha desde a época colonial. Quanto à problemática criada em torno dos incidentes, é lógico que ninguém — especialmente os socialistas espanhóis — deveria ficar surpreso pelo facto de unidades saraus atacarem um barco sob bandeira marroquina.

Somos implacáveis com barcos que hasteiam a bandeira do Estado opressor. Além disso, tais barcos roubam e carregam as riquezas saraus. O PSOE não se pode surpreender agora porque, em 1976, já reconhecia que os acordos transformavam os barcos de pesca espanhóis em objectivos militares.

E o envio de um barco de guerra espanhol até às águas territoriais saraus, em Setembro do ano passado, como se explica?

— Enviar um barco de guerra espanhol até a uma milha de distância da costa saraui é uma provocação militar, um acto de guerra.

O barco foi atacado?

— O comportamento do exército saraui contra esse barco foi o único comportamento lógico numa guerra. O barco foi atacado.

Mas não chegou a naufragar...

— Não, mas poderia ter sido afundado. O que faz um barco de guerra nas nossas costas, senão a guerra? Poderíamos ter pensado de outra maneira se o governo espanhol tivesse anunciado previamente que um barco

de guerra sob bandeira espanhola pedia autorização para entrar em águas territoriais saraus. Esta omissão foi ainda mais grave porque eles avisaram a embaixada marroquina em Madrid que o barco entraria nas nossas águas.

As nossas autoridades militares viram o barco — que além do mais é igual aos marroquinos, pois o rei Hassan II comprou a sua frota ao fabricante espanhol Bazán — e procederam ao ataque. Estes são os factos, tal como ocorreram. Se o governo espanhol tivesse demonstrado vontade política de consertar as coisas, assim teria sido feito. Mas aconteceu o oposto. Montou-se uma campanha histórica pela imprensa, promovida pelo titular do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Espanha, Francisco Fernandez Ordóñez, o que desgastou ainda mais as nossas relações bilaterais.

Parece que a Espanha continua sem se posicionar no lugar exigido pelas suas responsabilidades históricas no conflito...

— A Espanha não pode prejudicar mais a República Saraui do que já o fez em 1975, quando assinou em Madrid o acordo que dividiu o nosso país entre o Marrocos e a Mauritânia.

O que significaria para a Polisario e para o PSOE uma ruptura de relações diplomáticas neste momento?

— Para o PSOE, romper relações com a Frente Polisario significa simplesmente aliar-se ao único regime colonialista do norte da África, expulso, como a África do Sul, da Organização de Unidade Africana. Isso tem um custo: o desprestígio do discurso socialista, não apenas a nível nacional, em Espanha, mas também frente aos observadores do continente africano. Quanto a nós, a meta da RASD é manter as melhores relações com a Espanha, baseadas no respeito mútuo, o que supõe que o governo de Ma-

¹ União de Centro Democrática, de Adolfo Suárez.

drid assuma as suas responsabilidades no conflito.

Ceuta e Melilha estariam por trás

Comenta-se que até à década de 90 será construído um túnel entre o Marrocos e a Espanha sob o Estreito de Gibraltar, semelhante ao que ligará as costas da Grã-Bretanha e da França sob o Canal da Mancha. A aproximação do governo espanhol ao Marrocos estaria determinada por expectativas de ordem económica? Uma futura integração da economia marroquina à espanhola?

— Isso não é viável. O único motivo pelo qual a Espanha mantém ainda relações com o Marrocos é a chantagem de Hassan II, a debilidade de Madrid frente a Rabat...

Por causa de Ceuta e Melilha?

— Exactamente, por causa de Ceuta e Melilha e de outras dificuldades históricas. Cada vez que o rei do Marrocos se aborrece aparece uma comitiva espanhola para negociar, para que o seu mau-humor não aumente. O projecto do túnel, da mesma forma que a petição de Hassan II para

entrar na Comunidade Económica Europeia, sob a alegação de que o Marrocos é mais europeu do que a Grécia, não passa de um sonho de grandeza por parte de um monarca internamente criticado.

Não é viável uma integração económica entre o Marrocos e a Espanha?

— A Espanha não tem nada para dar ao Marrocos, nem este à Espanha. Ambos produzem laranjas, tomates e cebolas. Dinheiro o Marrocos não tem, nem a Espanha. Por outro lado, o governo espanhol parece estar mais voltado para a Europa do que para África. Ambas as economias são competitivas entre si.

Então a debilidade — para usar uma expressão sua — da Espanha em relação ao Marrocos estaria realmente vinculada aos problemas militares e políticos, em função dos riscos que representaria para Madrid uma decisão marroquina de recuperar Ceuta e Melilha...

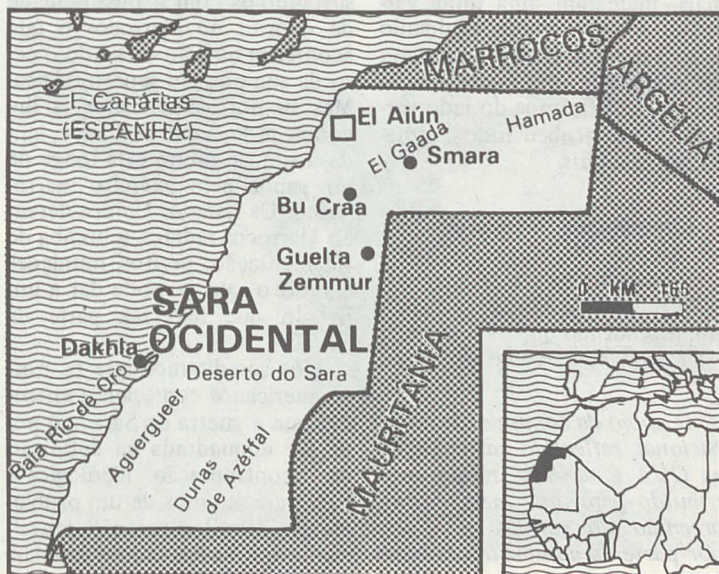
— O governo espanhol considera que quanto mais entretido estiver o exército marroquino no

Sara, menos possibilidade haverá de que ele se volte para Ceuta e Melilha. Mas esta é uma análise simplista. A guerra no Sara tem duas possibilidades teóricas de terminar: uma vitória marroquina, que nós consideramos impossível, ou um fracasso de Hassan II. Na primeira hipótese, que para nós é apenas teórica, o exército marroquino motivar-se-ia depois para conquistar Ceuta e Melilha, completando assim a obra de "descolonização" pelo norte. Se, pelo contrário, a guerra do Sara terminar com um fracasso marroquino, o regime deverá compensar a derrota no sul com uma vitória no norte.

Esta é a ameaça directa que a Espanha quer evitar, mas da forma como tem agido acaba por perder no Sara e em Ceuta e Melilha. Por outro lado, a Espanha tem consolidado o seu processo democrático, enquanto Marrocos vive sob um regime autoritário. Em vez de preferir um parceiro e interlocutor no Sara, que foi colónia espanhola, escolhe o Marrocos, cujos vínculos mais fortes, tanto históricos como económicos, são com a França. O Marrocos constitui um

Com 286.000 km² dividido em duas grandes regiões — Saguia el-Hamra e Rio do Ouro — o Sara é praticamente deserto, tendo nas suas costas uma das maiores reservas pesqueiras do mundo.

Enormes jazidas de fosfato constituem a sua principal riqueza mineral. Tradicionalmente povoado por pastores nómadas, a Frente Polisario calcula que os sarauis sejam cerca de um milhão, dispersos pelo território ocupado pelo Marrocos, no sul da Argélia, no sul do Marrocos e na Mauritânia



S. Freitas

mercado saturado pelos franceses.

As relações de Hassan II com Washington

A França é hoje mais importante como abastecedor de armas do Marrocos do que os Estados Unidos?

— Sempre foi. Excepto durante os primeiros meses da administração Reagan, altura em que os norte-americanos, com uma

— A República Árabe Saraui Democrática foi reconhecida por mais de 60 países e é membro pleno da Organização de Unidade Africana. É um facto que o nosso Estado já entrou na história. E é também um facto que houve um esfriamento nas relações entre os Estados Unidos e o Marrocos.

Quais seriam as causas principais desse esfriamento?

— Hassan II dispôs habilmen-

Se as relações com os Estados Unidos esfriaram, quem está actualmente por trás de Hassan II?

— Mais do que a posição norte-americana, é a atitude francesa que favorece actualmente o prolongamento do conflito. A diplomacia e o armamento da França permitem a Hassan II virar as costas ao mundo e continuar a recusar-se a estabelecer um processo de paz.

O caminho é a negociação

Para a Frente Polisario a negociação é a saída para o conflito?

— Não deve haver outro caminho, a menos que o Marrocos pretenda estender os muros para além das fronteiras da Argélia e da Mauritânia, o que transformaria o conflito numa guerra de maiores proporções².

Mas o Marrocos alega não poder negociar com a Frente Polisario porque esta é um apêndice da Argélia. Mesmo quando se pergunta aos marroquinos por que razão, então, se reuniram várias vezes com dirigentes saraui, eles justificam esses encontros secretos com os precedentes do governo da Colômbia, que negociou com o M-19, e do governo da Espanha, que o faz com os separatistas bascos.

— Comparar o problema da descolonização do Sara com uma questão interna da Colômbia ou da Espanha é abusar da boa vontade da opinião pública mundial. A comunidade internacional definiu a questão do Sara como uma guerra de descolonização, e todas as guerras coloniais terminaram com negociações. No caso do Sara, a única negociação possível é entre a Frente Polisario e o Marrocos, como aconteceu no caso da descolonização de Ango-



A diplomacia e o armamento da França sustentam o regime de Hassan II

visão muito simplista e esquemática dos acontecimentos mundiais, marcaram uma linha vermelha e outra verde alinhando todo o mundo. O Marrocos ficou do lado verde — e, consequentemente, nós ficámos do lado vermelho — e recebeu todo o armamento que quis.

Literalmente, recebeu luz verde.

— Isso mesmo, mas aos poucos os norte-americanos foram compreendendo que as coisas não eram tão simples como isso.

O apoio da comunidade internacional, reflectido nas votações na OUA e na ONU, teriam contribuído para uma melhor compreensão do conflito no Sara, por parte da administração Reagan?

te as cartas para conseguir o apoio dos norte-americanos, assustando-os com a possibilidade de ocorrer no Marrocos o que aconteceu no Irão e usando o peso da sua posição geoestratégica. Mas os norte-americanos já lhe deram tudo o que podiam e, ainda assim, a guerra está longe de ser ganha pelo exército marroquino. Os Estados Unidos deram ao Marrocos radares, a bomba de fragmentação, peritos, munições e tudo o que se pode dar a um Estado que não faz parte da NATO.

Nós acreditamos que os norte-americanos começam a entender que a guerra do Sara não pode ser enquadrada na definição de “confrontação ideológica”, mas trata-se antes de um problema de descolonização. Naturalmente que as resoluções da OUA e da ONU ajudaram muito.

²Os muros mencionados por Buhari são fortificações de areia construídas pelo exército marroquino.

la e Moçambique entre o governo português e os respectivos movimentos de libertação.

Se o Marrocos pretende apresentar a guerra do Sara como um problema interno, porque é que não consegue convencer a Organização dos Estados Africanos? Se a África não aceita a sua tese, os outros continentes também não a aceitarão.

O fracasso dos muros

Não há dúvidas que, no terreno diplomático, o Marrocos é um grande derrotado. Como está a situação no terreno militar?

— Para poder falar em vitória militar, o Marrocos teria que conseguir três coisas: em primeiro lugar, consolidar a ocupação do Sara e explorá-lo economicamente; em segundo, destruir a resistência armada do exército saraui; e finalmente, conseguir a legitimidade internacional da ocupação. Nenhum destes objectivos foi alcançado.

Eles contavam com a reacção da comunidade internacional?

— O Marrocos sempre apostou no facto consumado, no sentido de convencer a comunidade internacional a não se preocupar com o caso do Sara, por se tratar de um “dossier arquivado”. Mas no Sara as expectativas do palácio real marroquino frustraram-se.

Do ponto de vista da Polisario, qual é a avaliação militar?

— No início tivemos muitas dificuldades. Éramos um povo pequeno e desarmado frente a uma invasão, cuja arma mais “limpa” usada contra nós foi o napalm. Mas sempre definimos esta guerra como uma guerra de longa duração. Em primeiro lugar, propusemo-nos controlar a agressão, para passar depois à ofensiva. Este objectivo foi conquistado em 1982, quando o exército marroquino quase se desintegrou. O problema funda-

mental do Marrocos é que o seu exército não está motivado para a guerra.

O que fez o exército marroquino depois do fracasso de 1982?

— Foi nessa ocasião que, re-

do Sara é diferente. O exército saraui não é um exército de estrutura e tácticas clássicas; trata-se de uma guerra de desgaste. Isto tem reflexos na economia marroquina: no início da guerra, a sua dívida externa era de três mil milhões de dólares e hoje é de 15 mil milhões. O Marrocos gasta quase 4 milhões de dólares por dia com a guerra, um ónus que se tem tornado insustentável. Uma das mais graves consequências da guerra de desgaste é a crescente deserção dos militares marroquinos, apesar

dos muros. Em vez de conter os ataques da Polisario, as muralhas servem para que o soldado marroquino não fuja.

A Frente Polisario reconhece que os muros tiveram, no começo, um efeito psicológico importante sobre o moral do exército saraui. Com o correr do tempo, porém, o temor inicial foi ultrapassado e a Polisario chegou a



O exército marroquino ainda não obteve vitórias militares

conhecendo os seus erros, passaram à defensiva. Hoje essa estratégia materializa-se nos muros defensivos. Construir muros significa, do ponto de vista militar, estar na defensiva, à espera do adversário, com a previsão de que ele se vai “esborrachar” contra uma parede.

Isto é válido para a guerra clássica, são princípios antigos da arte da guerra. Mas no caso



A Frente Polisario preparou-se sempre para uma guerra de longa duração

desenvolver uma tática para neutralizar os radares instalados ao longo das muralhas. Como foi esse processo?

— Os muros são uma obra de engenharia barata (areia amontoadada até uma altura de três metros), com torres de radar instaladas a cada dez quilómetros. Hassan II pensava, erradamente, que a debilidade do exército marroquino era não saber quando a Polisario ia atacar e que se fosse avisado com antecedência da preparação dos ataques poderia alterar a situação. É claro que a introdução do radar supõe um avanço tecnológico capaz de assustar um exército que não tenha conhecimento das leis da guerra, num cenário como é o deserto, sem praias, rios ou selvas, onde tudo está a descoberto.

Mas embora o radar possa anular o factor surpresa no início do ataque, a surpresa vem agora noutro momento. Suponhamos que se lança um ataque contra uma frente de 60 quilómetros. Os radares detectam a movimentação, mas não podem saber que o ataque de envergadura será a 40 quilómetros ao sul. O radar cumpre o seu papel quando aquilo que detecta aparece e desaparece, mas perde sentido quando a presença é permanente. O exército saraui mantém uma presença permanente e as sentinelas do outro lado do muro observam isso. Os muros são fustigados durante as 24 horas do dia.

Todos os radares detectam movimentação permanente, uma coisa capaz de enlouquecer qualquer estrategista...

— O radar do norte, do sul, do centro, todos pedem reforços ao mesmo tempo. Solicitam que a aviação se mantenha alerta. Mas, como disse Hassan II, o exército marroquino teria que se transformar no exército soviético para cobrir materialmente todo o território saraui, o que é impossível.

O acordo líbio-marroquino

Certos porta-vozes marroquinos afirmaram que o acordo subscrito pela Líbia e Marrocos era inspirado, pelo lado de Hassan II, no desejo de cortar o abastecimento logístico do coronel Kadhafi à Frente Polisario. Aparentemente, isso foi conseguido. Como avaliam esse acordo, um ano e meio depois?

— É certo que depois do acordo entre a Líbia e o Marrocos — e mesmo já um pouco antes — Kadhafi suspendeu toda a ajuda aos saraui. Mas o que se fecha por um lado abre-se por outro. As maiores vitórias militares e diplomáticas da RASD foram obtidas depois desse acordo. Dois meses depois da sua assinatura, por exemplo, a RASD foi admitida como membro de pleno direito da Organização de Unidade Africana. O acordo não nos afectou, nem no campo militar, nem no político e psicológico.

O acordo não impediu que a Frente Polisario mantivesse uma discreta presença em Trípoli, a capital líbia. Significa isso que as relações políticas entre a RASD e a Líbia continuam?

— As relações políticas continuam, mas até agora não produziram qualquer fruto concreto depois do pacto de 13 de Agosto de 1984.

O Marrocos tentou tornar irreversível a sua presença no Sara, incentivando a colonização do território por famílias marroquinas. Esta política pode criar problemas futuros para a RASD?

— A política de colonização que o Marrocos tenta aplicar parte de um erro. É uma tentativa de transportar a experiência israelita na Palestina, mas as comunidades marroquina e saraui nunca conviveram entre si. Por outro lado, o povo marroquino não está em busca de um território para poder justificar uma

guerra. Em terceiro lugar, o Marrocos é um país subdesenvolvido e, para incentivar a colonização, teria que oferecer uma motivação em benefícios materiais. Seria necessário que o Marrocos tivesse um grande poder económico e uma grande capacidade de investimento para atrair também mercenários para viver no Sara.

Oferecendo aos colonos uma melhoria real do seu nível de vida...

— Assim é, mas a economia em crise do país não o permite. De acordo com dados do Banco Mundial (1980), mais de dois terços da população marroquina vivem na mais absoluta miséria.

No Sara, com a actual situação de guerra, não são viáveis os sonhos de Hassan II de explorar os fosfatos e a pesca, ou a prospecção de outras riquezas. Sem isso a colonização não pode triunfar. O cidadão marroquino não tem qualquer motivação para ocupar o Sara, sobre o qual a maior parte da população nunca ouviu falar até ao início da guerra e da "Marcha Verde" de 1975, cujos integrantes, na sua maioria, eram delinquentes tirados das cadeias e prostitutas.

Eles garantem que pelo menos a capital, El Aïún, cresceu.

— A grande maioria dos cidadãos marroquinos que ali estão pertencem ao lumpem do proletariado, gente que não encontra trabalho porque não há investimentos. E nem poderá havê-los enquanto durar a guerra, pois nenhuma empresa estrangeira investiria numa zona de alto risco.

Que parte do território saraui é controlada pelo exército do Marrocos?

— O exército marroquino está plantado ao longo dos muros, o que significa mais ou menos um terço do território.

Beatriz Bissio

Uganda

Museveni no poder

Depois de quase seis anos de resistência armada contra dois governos consecutivos, Yoweri Museveni tomou o poder e tem agora pela frente a difícil tarefa de unir um país devido desde a época colonial

Quando o ex-ministro da Defesa e ex-exilado político na Tanzânia, Yoweri Museveni tomou posse, no dia 29 de Janeiro, da Presidência da República do Uganda, a mudança de governo não chegou a provocar surpresa quer dentro quer fora do país. De facto, a ascensão ao poder do dirigente do Movimento de Resistência Nacional e comandante do Exército de Resistência Nacional (NRA) era tida como praticamente inevitável de-

pois do golpe liderado pelo general Tito Okello contra o presidente Milton Obote, em Agosto do ano passado.

Okello nunca chegou a formar um governo estável. A sua base política era frágil já que contava apenas com o apoio de alguns dirigentes do norte do Uganda, interessados em manter a hegemonia sobre a elite empresarial e agrícola do sul. Na falta de partidos, o autor do golpe contra Obote tentou man-

ter-se à custa do predomínio militar, nomeadamente dos oficiais oriundos da etnia acholi. Mas isso não foi suficiente, porque o exército regular já mostrava acentuados sinais de desagregação, após seis anos de infrutíferas tentativas para acabar com a guerrilha do NRA. Okello apelou então para o apoio de militares que na década de 70 foram seguidores do ex-ditador Idi Amin, os quais tinham também as suas bases no norte.

A fragilidade política do regime militar que sucedeu a Obote ficou evidente com as tentativas de encontrar um acordo com Museveni, realizadas com a mediação do presidente do Quênia, Daniel Arap Moi. As negociações arrastaram-se de Setembro a Dezembro. Enquanto Okello e Museveni discutiam através de intermediários, forças do governo e do NRA travavam combates violentos, nomeadamente nos arredores da capital, Kampala. A continuidade dos confrontos tornou as negociações num exercício de retórica, e serviram, principalmente, para mostrar que a única chance de sobrevivência de Okello estava num acordo que salvasse a sua face, diante de uma derrota tida por muitos como praticamente inevitável.

Impedir a divisão

A interferência de Arap Moi visava sobretudo procurar um entendimento que impedisse o aprofundamento da divisão entre os interesses económicos e políticos do norte e do sul do Uganda. Mas Museveni, mais ligado à Tanzânia, sempre rejeitou a possibilidade de que militares comprometidos com a ditadura de Idi Amin participassem num governo de união nacional. E sem o apoio desses militares, a posição de Okello ficava insus-



Reuters

Museveni é o mais jovem presidente do Uganda em toda a sua história

tentável. Assim, quando no final de Dezembro, Moi anunciou a assinatura de um acordo, numa cerimónia formal realizada em Nairobi, a inclusão dos ex-seguidores de Amin numa Junta Governativa, deixou claro que nada do que estava escrito no protocolo seria posto em prática, já que Museveni continuava a recusar sentar-se à mesma mesa com oficiais como o general Isaac Muago ou o major Amin Onzi.

O acordo de Nairobi nunca chegou a ser posto em prática, embora tenha havido uma repartição de cargos e até uma redivisão de funções. O NRA não desmobilizou as suas bases nem desmontou a administração que havia implantado nas áreas sob controlo da guerrilha, nomeadamente no chamado "triângulo de Luwero". O comando das forças de Museveni encontrava-se na cidade de Buloba, situada a apenas 20 quilómetros de Kampala. Outras frentes alargaram-se em Dezembro e no começo de Janeiro, especialmente na área de Masaka, onde as unidades guerrilheiras eram chefiadas pelo irmão de Museveni, Salim Saleh Rufu, um jovem militar que se tornou célebre pela sua audácia em combate. Impotente para resistir ao avanço dos rebeldes, Okello deslocou os nove mil homens comandados por Lumaço e Onzi para o sul, recrutando os ex-adeptos de Amin para os combates directos contra o NRA. Foi o suficiente para que os indecisos passassem, em massa, a apoiar Museveni, temerosos de que o tribalismo dos soldados da Frente de Salvação Nacional do Uganda (UNRF) e seguidores do ex-ditador, provocasse um novo banho de sangue. Na última semana de Janeiro, o avanço das tropas de Museveni em direcção a Kampala foi irresistível, graças ao apoio popular de milhares de ugandeses já cansados com a guerra e desiludidos com os governantes institucionais. Outro factor que contribuiu para

Reuters



Os guerrilheiros do NRA serão a base da nova estrutura política do país

aumentar o moral das tropas do NRA foi o sistema de administração implantado nas áreas "libertadas". Esta administração criada em Novembro do ano passado, constituiu-se, na prática, num "governo paralelo" onde tomavam parte conhecidos intelectuais, comerciantes, advogados e professores da região sul e sudeste do Uganda. Os novos administradores criaram 13 distritos e de imediato reorganizaram os serviços essenciais paralisados desde 1984, altura em que a guerra se tornou mais intensa e o governo Obote praticamente se entrincheirou em Kampala. A maioria dos quadros administrativos eram fiéis seguidores de Museveni desde os tempos da extinta FRONASA (Frente de Salvação), criada há 10 anos na Tanzânia, durante o período Amin. Mas também aderiram ao NRA príncipes das etnias baganda e kabaka, e políticos conservadores do movimento FEDEMU (Frente Democrática do Uganda).

O novo poder

Militarmente, as forças de Museveni tornaram-se, a partir de

Novembro do ano passado, mais numerosas e mais organizadas do que o exército regular, nominalmente na época sob o comando do general Tito Okello. O NRA chegou a ter 20 batalhões móveis e cinco companhias de 120 homens, num total de 16 mil soldados. O poderio militar, aliado a uma política cautelosa de evitar confrontações e retaliações tribais, fez com que o prestígio do NRM aumentasse, pois muitos camponeses passaram a sentir-se protegidos. Também a política de permitir que as aldeias controladas pelo NRA elegeassem os seus próprios conselhos administrativos fez com que muita gente passasse a acreditar no projecto de Museveni.

Com esta retaguarda, a tomada do poder, após curtos combates em Kampala nos últimos dias de Janeiro, foi surpreendentemente fácil e tranquila. Logo após a fuga do general Okello para a região de Jinja, um importante centro urbano que controla as vias de comunicação com o Quênia, Museveni deu posse ao seu novo governo, acumulando com a Presidência, a pasta da Defesa. O cargo de primeiro-ministro, foi entregue a Samson Ki-

sekka que acumulou a pasta dos Negócios Estrangeiros. O ex-professor da universidade de Makerere, Ponciano Mulema, foi nomeado ministro das Finanças, enquanto o médico Chrisslus Kyonga, ex-cirurgião do Hospital Kenyatta em Nairobi, ficou com o Ministério do Comércio.

Nem todos os cargos da nova administração estavam preenchidos nos primeiros dias de Fevereiro, mas uma tendência ficou clara na escolha da equipa de assessores de Museveni: um equilíbrio entre os vários grupos étnicos do sul e sudeste para evitar um predomínio de qualquer facção. Museveni procurou também o apoio de políticos, alguns de tendência conservadora, que no passado tiveram participação activa na resistência tanto contra

Economicamente segue uma posição nacionalista que no entanto não chega a ser radical e seguramente sofrerá influências da burguesia agrícola e comercial dos baganda do sul do Uganda, que sempre dominaram a estrutura produtiva do país. É quase certo que os partidos tradicionais pouco interferirão nas questões políticas do novo governo, que tem interesse numa reorganização constitucional e pretende a realização de um plebiscito no prazo máximo de um ano e meio.

As dificuldades para o novo regime não serão poucas, especialmente no campo da economia e na questão do controlo político do norte, onde estão localizados os redutos de Idi Amin, Milton Obote e do general Tito

organismo terá subordinados a ele, os Conselhos Regionais e Municipais eleitos por cada aldeia e cidade, na tentativa de criar uma nova estrutura para substituir a até agora existente e que entrou em colapso juntamente com o poder central, tanto no período Obote como no de Okello. Ainda segundo alguns estrategos do NRM, uma vez que a pirâmide de conselhos esteja montada, estarão criadas as condições para a convocação de uma cimeira de todos os movimentos políticos para encaminhar a realização de um plebiscito.

Mas mesmo antes de instalar a nova administração, Museveni já anunciou um projecto de dez pontos destinado a restaurar a segurança no interior, ameaçada pela existência de vários grupos armados ligados a partidos e a políticos depostos nos últimos golpes de Estado. Foi também feito um apelo aos exilados ugandeses para que regressem ao país. Outra providência foi determinar o encerramento das fronteiras para evitar o contrabando de café e algodão para países vizinhos, enquanto o governo tenta reorganizar a economia e regularizar as entregas para os seus clientes no exterior. Com carácter de emergência foram assinados acordos com o Ruanda e o Zaire para troca de produtos, a fim de atender às necessidades do mercado local, onde falta quase tudo há pelo menos três meses.

No plano externo, Yoweri Museveni recebeu o apoio imediato da Lfbia e da Tanzânia. O governo do Quênia mostra-se reticente, já que a tomada do poder pelo NRM representou um duro golpe para a diplomacia pessoal do presidente Arap Moi. Mas as dúvidas maiores vêm do Zaire, que no passado teve ligações com militares associados a Idi Amin, e que aparentemente não estaria muito inclinado a permitir um fortalecimento de Museveni.

Carlos Castilho



O fim dos conflitos regionais é uma das tarefas imediatas do novo governo

a ditadura Amin como contra o governo Obote. O grande problema é a ausência de representantes das etnias de origem nilótica, o que poderá manter ainda durante algum tempo a tradicional divisão entre os bantus do sul e as etnias do norte.

Apresentado por algumas agências noticiosas ocidentais como marxista, Museveni parece na verdade optar por uma linha política moderada e centrada.

Okello. Mas o grande trunfo de Yoweri Museveni é, sem dúvida, o cansaço da maior parte dos ugandeses com a longa guerra travada entre as várias lideranças políticas que desde a independência, em 1962, lutam pela hegemonia.

Os planos do novo governo incluem também a formação de um Conselho de Resistência Nacional, integrado por cerca de 60 membros, na sua maioria civis. O

Enfim o apoio dos "grandes"

Após seis anos de existência, a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento Económico da África Austral (SADCC) passa a receber o apoio financeiro da Europa e dos Estados Unidos

O reconhecimento da importância do trabalho realizado até agora pelos nove países da África Austral, à excepção da África do Sul, surgiu durante a quinta reunião anual da SADCC, realizada no final de Janeiro em Harare, quando tanto o governo norte-americano, como o Banco Mundial, a Grã-Bretanha e os países nórdicos da Europa se comprometeram a fornecer financiamentos para projectos que visem reduzir a dependência em relação à África do Sul. O projecto mais importante foi o do chamado "corredor da Beira", que permitirá ao Zimbabwe, Zâmbia e Malawi terem acesso

ao mar através do caminho de ferro e do oleoduto que vão dar ao porto moçambicano do mesmo nome.

O "corredor" é vital para a sobrevivência económica destes quatro países, que actualmente são obrigados a usar vias de comunicação e portos sul-africanos para escoarem a parte da sua produção destinada à exportação, bem como a importar equipamentos essenciais. A reconstrução do caminho de ferro Beira (Moçambique)—Mutare (Zimbabwe) e os ramais para o Malawi e Zâmbia deve custar cerca de 700 milhões de dólares a serem investidos num período de dez

anos. Os recursos serão fornecidos pelos Estados Unidos, Alemanha Federal, Itália e por outros países europeus. O projecto está dividido em três fases, a primeira das quais avaliada em 60 milhões de dólares será posta em prática logo que seja eliminada a acção sabotadora nas províncias de Manica e Sofala, em Moçambique, onde bandos armados orientados pela África do Sul têm impedido o funcionamento regular do caminho de ferro e do oleoduto.

No momento em que o "corredor da Beira" voltar a estar operacional, ficará sensivelmente reduzida a dependência em relação aos portos e caminhos de ferro sul-africanos, tornando os países da SADCC mais livres para impor sanções contra o regime do *apartheid*. A questão das represálias contra o racismo foi um dos temas políticos mais importantes da reunião de Harare, pois ficou claro para os governos considerados "doadores" que Angola, Botswana, Lesoto, Zâmbia, Malawi, Moçambique, Tanzânia, Suazilândia e Zimbabwe só podem alcançar o desenvolvimento económico quando cessarem as agressões militares e económicas promovidas pelo regime sul-africano.

O preço da resistência

Dados fornecidos pela secretaria executiva da SADCC, localizada em Gaborone, capital do Botswana, revelam que desde 1980 os nove países sofreram prejuízos avaliados em 10 mil milhões de dólares em consequência das agressões sul-africanas. Esta quantia é maior do que o dobro do total dos financiamentos e empréstimos recebidos pelos países membros. Angola e Moçambique foram os que sofreram maiores prejuízos causados pelos ataques militares, en-



Os países da SADCC darão prioridade absoluta ao "corredor da Beira"

quanto o Zimbabwe e o Malawi foram os que suportaram maiores perdas por interrupção de transportes e vias de acesso a portos internacionais. Esta pressão económica sul-africana fez com que nos últimos seis anos o rendimento *per capita* entre os nove países membros caísse em 15%, tendo apenas voltado a crescer 1% a partir do ano passado.

O preço pago pela independência política e económica ficou claro em Janeiro quando o governo do Lesoto foi derrubado por um golpe militar após um bloqueio económico de 25 dias determinado pelas autoridades sul-africanas, que fecharam as fronteiras do reino impedindo a chegada de combustíveis, alimentos e bens de primeira necessidade. O bloqueio constituiu uma represália contra o suposto apoio do deposto primeiro-ministro Leabua Jonathan aos guerrilheiros do Congresso Nacional Africano, a principal organização negra sul-africana que luta contra o *apartheid*.

Na reunião de Harare, os membros da SADCC resolveram também racionalizar a execução dos vários projectos actualmente em curso. A decisão foi adoptada diante do facto de que projectos envolvendo custos de aproximadamente 4.800 milhões de dólares só encontraram financiadores para 1.300 milhões. Esta situação deve inverter-se a partir de agora com a decisão dos países ocidentais de darem maior apoio à SADCC. Os países nórdicos da Europa, por exemplo, comprometeram-se a fornecer financiamentos durante dez anos para auxiliar na exploração de matérias-primas, desenvolvimento comercial e criação de empresas mistas. Também a Comunidade Económica Europeia (CEE) vai financiar 100 milhões de dólares nos próximos cinco anos para o desenvolvimento da rede de transportes, agricultura e formação profissional.

Em compensação, Portugal, que participava com 4% do financiamento para a recuperação do caminho de ferro entre Nacala e Kuamba, no norte de Moçambique, anunciou em Harare que não poderá fornecer novos recursos devido à difícil situação económica do país e aos compromissos assumidos em consequência da sua entrada na CEE.

As sanções

A mudança de atitude dos chamados "grandes" da Europa e também dos Estados Unidos marca uma importante viragem nas relações políticas destes paí-

Esta situação parece ter mudado agora. No ano passado, a organização começou a negociar financiamentos no valor de 1.200 milhões de dólares. A Grã-Bretanha, por exemplo, resolveu participar na construção de uma estrada ligando o Malawi à Tanzânia, e o Banco Mundial deve participar no projecto de reabertura do "corredor da Beira". A participação norte-americana é um facto mesmo depois dos chefes de Estado dos países membros da organização terem conjuntamente criticado, na cimeira realizada em Junho passado, as ligações económicas entre Washington e Pretória.

O novo tipo de relacionamento entre os países ocidentais e os



A ampliação da rede ferroviária garante a autonomia face à África do Sul

ses com a SADCC. Desde a sua fundação, a organização adoptou como norma a total autonomia em termos de fixação de objectivos e elaboração de projectos. Isto fez com que muitos financiadores adoptassem uma atitude hostil porque tradicionalmente tinham a última palavra no referente aos projectos a serem encaminhados. Noutras associações económicas regionais, tanto em África como noutros continentes, os países e organismos financiadores escolhem em geral os projectos que mais lhes interessam. Além disso a SADCC não procura dar prioridade ao comércio, mas dá especial importância ao aumento da produção, o que também provocou atritos com os financiadores.

membros da SADCC adquire conotações políticas dado o agravamento das tensões raciais na África do Sul e parece indicar uma preocupação com o futuro da região. Outra consequência é o fortalecimento das pressões de vários países membros da SADCC em favor da adopção conjunta de sanções contra Pretória, apesar do alto custo económico de tais acções. A África do Sul já ameaçou com represálias, mas internamente as retaliações enfrentaram inúmeras críticas de empresários do próprio *apartheid*, que já acham mais lucrativo uma acomodação com os vizinhos do que uma confrontação prolongada e imprevisível.

● C. C.

mikhail filatov
alexandre riabov

O FASCISMO dos anos oitenta



edições
Avante!

PROBLEMAS DO MUNDO CONTEMPORANEO

Em 1945, o plano nazi-fascista de dominar o mundo foi derrotado. Mas as raízes do fascismo não foram completamente extirpadas. Hoje existem grupos e partidos fascistas ou de tipo fascista em quase 60 países do mundo capitalista, que actuam como ponta de lança da reacção imperialista. Os autores da presente obra revelam a essência da classe do fascismo dos anos 80, analisam os seus instrumentos psicológico-sociais, as vias e os métodos de penetração da sua propaganda nas massas, mostram a inconsistência da ideologia do fascismo.

O FASCISMO dos anos oitenta

alexandre riabov
mikhail filatov



PROBLEMAS
DO MUNDO
CONTEMPORANEO

edições
Avante!



Fotos: Roberto Remo

O socialismo em tempo de crítica

O 3.º Congresso do Partido Comunista de Cuba faz uma severa autocrítica, renova seus quadros e traça ambiciosas metas para o ano 2000

Fidel já estava a discursar quando pousámos em Havana. Um colega com mais experiência nestes eventos lamentava as dificuldades de Cuba em conseguir boas ligações aéreas: "a única coisa verdadeiramente interessante no Congresso é o relatório de Fidel", dizia. "O resto é mera formalidade: saudações das delegações estrangeiras, discursos laudatórios e ratificação das autoridades..."

Os factos não demoraram

a desmentir aquele comentário fatalista. O 3.º Congresso do Partido Comunista de Cuba, realizado no Palácio das Convenções, entre 4 e 7 de Fevereiro último, foi tão rico em surpresas que fez trabalhar sem parar os teletipos das agências noticiosas, ao mesmo tempo que deixou aos analistas documentos e novidades suficientes para mantê-los ocupados durante meses, no esforço de digeri-los e interpretá-los.

Todos permanecem em silêncio enquanto cumpro as formalidades migratórias, ouvindo o discurso de Fidel pelos altifalantes. No carro, a caminho do hotel Habana Libre (que para alguns ainda é Habana Hilton), o rádio é interrompido a cada movimento brusco. O motorista amaldiçoa o bloqueio, que não lhe permite substituir as peças para consertar o rádio de uma vez por todas. Mas enquanto bate no aparelho tentando res-

tabelecer o contacto, o eco do discurso chega até nós de outros carros, de rádios levados por pedestres ou dos amplificadores instalados em todas as fábricas, escritórios e Comitês de Defesa.

Assim, vamos escutando cifras, dados e percentagens que, para um latino-americano, parecem assombrosos: "o produto cresceu a um ritmo anual médio de 7,3%... O salário médio mensal cresceu 26% entre 1980 e 1985... As exportações aumentaram em 58%... Em 1980 havia um médico para cada 638 habitantes, hoje há um para cada 443..." Da mesma forma como enumera estas cifras, que deixariam verde de inveja qualquer governante em campanha para a sua reeleição, Fidel insiste também em termos que parecem próprios de um dirigente de oposição: "insuficiências... negligência... custos escandalosos... irregularidades... expedientes burocráticos e excessivos... irracionalidade... atrasos... desleixos..."

Chegamos ao hotel a tempo de ver pela televisão do *hall* a ovação final e sondar as primeiras reacções dos carregadores e ascensoristas. Ao que parece, Fidel "tirou-lhes as palavras da boca". Expressou não só as suas frustrações, queixas e reclamações, mas também as suas esperanças e orgulho, com as mesmas palavras que usaria o homem (ou mulher) comum. Mais: pelo entusiasmo dos comentários, o comandante teria conseguido superar a barreira que os relatórios escritos interpõem, inevitavelmente, entre as bases e o vértice da pirâmide, captando e exprimindo as inquietações que o cidadão sente mas que não manifesta por autocensura, ou por temor de que a crítica se transforme em arma para os inimigos da revolução.

Na nossa opinião, a melhor síntese do discurso seria

"vamos bem, mas...". No dia seguinte, os cartazes distribuídos pela cidade mostravam Fidel junto ao lema "devemos lutar para fazer o melhor e se for o melhor, lutar para fazê-lo perfeito".

Uma primeira leitura do relatório central de 134 páginas revela, entretanto, mais do que uma simples descrição de conquistas impressionantes e uma exortação paralela no sentido de um maior esforço no campo dos "factores subjectivos", como dizem os cubanos: corrigir as deficiências humanas, aprofundar o compromisso ou atacar as irregularidades (a tentativa de abusar do poder ou usá-lo em proveito pessoal, é também humana, certamente). Muito mais do que uma paragem para fazer contas, o Congresso marcou também o início de uma nova etapa qualitativa da Revolução Cubana, 27 anos depois de os "barbudos" terem descido da Sierra Maestra para dar início à primeira revolução socialista no hemisfério ocidental.

No campo económico (que ocupou a maior parte do relatório de Fidel e das intervenções no Congresso), o novo plano quinquenal 1986-1990 enquadra-se na chamada "estratégia de desenvolvimento até ao ano 2000", a qual pretende que Cuba entre no século XXI como um país industrializado. Será necessário produzir mais, exportar mais, ser mais eficiente no uso da energia que é insuficiente. Mas, acima de tudo, perante a evidência de uma "estrutura ainda subdesenvolvida da nossa economia", basicamente exportadora de uma única matéria-prima (o açúcar) e de uns poucos bens intermediários, é necessário mudar o que e como se produz, dando "mais importância ao desenvolvimento da indústria mecânica e electrónica, da indústria leve, farmacêutica e biotecnológica, além dos derivados da cana-de-açúcar", com todo o apoio

possível dos modernos recursos tecnológicos e científicos (informática, tecnologia nuclear pacífica, novas técnicas de comunicação, engenharia genética, etc.), "que serão as bases do futuro progresso do país".

A "integração económica socialista" dentro do Conselho de Assistência Mútua Económica (CAME) já está a elaborar convénios nos quais Cuba, como país subdesenvolvido, é objecto de considerações especiais para acordos de "benefício mútuo". Visitámos em Havana uma fábrica do Ministério das Comunicações onde são produzidas máquinas seladoras de correspondência para os países da Europa Oriental. Estão também a ser instaladas empresas que produzirão peças complementares para indústrias altamente sofisticadas de países como a República Democrática Alemã.

Ao mesmo tempo, procura-se aumentar o intercâmbio na área capitalista que, embora represente ainda apenas 15% do comércio externo cubano, é responsável pelo fornecimento de tecnologia e de certos bens indispensáveis (por exemplo, os do sector farmacêutico) que o CAME não tem condições de oferecer.

No comércio com o Ocidente, Cuba sofre duplamente as consequências do subdesenvolvimento. Além da queda dos preços do açúcar abaixo dos custos de produção, a baixa dos preços do petróleo — produto que Cuba reexporta — tem exigido um esforço extraordinário para consumir menos do que estabelecem os convénios a longo prazo com a URSS.

Para se tornar vendedor de produtos manufacturados no mercado capitalista, é necessário melhorar a qualidade do produto e da embalagem, dominar os segredos do *marketing* e da publicidade, vencer o desafio de aumentar a produtividade do trabalho e reduzir custos, como em qualquer outro país, garan-

tindo ao mesmo tempo o pleno emprego, facto de que poucos se podem gabar no Terceiro Mundo.

Já se falou muito nas conquistas cubanas nas áreas "sociais" como a alimentação, educação e saúde, não havendo portanto necessidade de insistir neste assunto (ver *cadernos* nº 80, Agosto 1985). Talvez fosse conveniente assinalar que os esforços despendidos nestes sectores não foram um "luxo de pobre" ou uma preocupação demagógica de "distribuir o bolo antes de cozê-lo" — como são interpretadas frequentemente no Terceiro Mundo as reivindicações populares — mas de um investimento na formação de recursos humanos a longo prazo. Como poderia Cuba dar um salto rumo à industrialização no ano 2000 sem contar com uma força de trabalho saudável e alfabetizada?

O actual desafio é enfrentar os "problemas dos ricos". Com índices de expectativa de vida e mortalidade infantil que em breve serão melhores do que os dos

EUA, a formação de médicos constitui uma das obsessões de Fidel. O próximo passo consiste em introduzir o "médico de família" (um médico e uma enfermeira em cada bairro, residentes nos andares superiores do consultório-policlínica, para praticar a medicina preventiva, diagnóstico precoce, humanizar as relações médico-paciente e descongestionar os grandes hospitais). "Quando todo o país tiver isso" — anunciou Fidel no encerramento do Congresso — "a partir de 1990 continuaremos a formar médicos (e nessa altura haverá

um para menos de 400 habitantes) para conseguir o que nenhum país do mundo tem: um ano de licença obrigatória para todos os médicos, que durante toda a sua vida dedicarão um ano ao estudo remunerado em cada seis anos de trabalho".

No capítulo que trata do trabalho ideológico, Fidel Castro condenou, com particular ênfase, certas práticas frequentes em Cuba ao denunciar os "formalismos"; preveniu contra "qualquer influência burocrática" na exposição das ideias e reclamou "exposições convincentes", "gestões criativas" e "prioridade para

tada sem problemas por qualquer rádio comum. (Paradoxalmente, ouvi a mais de um cubano a opinião de que preferiam ouvir a "Voz da América", que pelo menos era mais objectiva e trazia mais notícias, enquanto na outra só se escutava propaganda anticubana de baixo nível.)

Antes que a "Rádio Martí" seja porta-voz de algum descontentamento, os cubanos poderão manifestá-lo pelos seus próprios meios, bastando para isso que se cumpra a determinação de Fidel no sentido de "submeter à crítica o menor traço de prepotência e vasculhar qualquer ponto onde

Prensa Latina



Fidel Castro, durante a leitura do relatório ao Terceiro Congresso

a solução dos problemas concretos". A televisão deverá "superar a mediocridade e o simplismo", o rádio carece de "uma linguagem mais dinâmica e moderna", os jornais deverão caracterizar-se pela "justeza dos seus critérios e opiniões, sua profundidade e legibilidade". Não se escamoteou a necessidade de responder adequadamente às campanhas norte-americanas. No início do Congresso, a "Rádio Martí", que transmite de Miami na frequência da "Voz da América", ampliou a sua programação para 17 horas diárias, podendo ser cap-

apareça o menor sinal de aburguesamento e corrupção". Foram atacados tanto os funcionários "que negam o acesso à informação, auto-atribuindo-se faculdades de censores" como os jornalistas que "transmitem para o público certos programas ou planos em processo de estudo como se fossem decisões já tomadas", gerando falsas expectativas.

Fidel aproveitou a oportunidade para ampliar o seu conceito de crítica, que "não é já um dos géneros jornalísticos", mas a aplicação de um método



O 39º Congresso determinou a defesa da pátria pelos membros do PCC

para interpretar a realidade e promover acções colectivas para transformá-la". Destacou assim a importância da mobilização popular que caracterizou todo o Congresso.

A guerra de todo o povo

A renovada ênfase na participação e mobilização populares começou a manifestar-se no último quinquénio, com a adopção da doutrina da "Guerra de Todo o Povo", que delega a responsabilidade pela segurança nacional no povo em armas e não apenas numa instituição especializada como as forças armadas. Por mais sofisticado e modernizado que seja um exército (aqui os dados são naturalmente mais escassos; Fidel apenas mencionou "milhões de armas de todo o tipo" nos arsenais, "sistemas automatizados de alarme" e o emprego de "técnicas de computação" nos estados-maiores), qualquer defesa convencional seria insuficiente para enfrentar com êxito as reiteradas ameaças de invasão perpetradas pela administração Reagan. Mas embora Cuba não possa derrotar um dos mais poderosos exércitos do planeta, pode demonstrar que está disposta

a cobrar-lhe um preço altíssimo. Em dois anos, 80% dos homens e mulheres em idade de combate organizaram-se nas Milícias de Tropas Territoriais, treinados e equipados com armamentos e instruídos para fabricá-los artesanalmente. As tropas permanentes foram descentralizadas, os depósitos de combustível e provisões foram escondidos por toda a ilha, de modo a assegurar uma resistência guerrilheira prolongada e eficaz mesmo depois que as estruturas centralizadas sejam eventualmente desarticuladas.

Militares cubanos viajaram para o exterior para aprender a experiência vietnamita (facto publicamente reconhecido neste Congresso) e, segundo versões não confirmadas, foram também a El Salvador e ao Sara Ocidental, onde as condições geográficas tornam aparentemente impossível uma luta guerrilheira "clássica".

O 39º Congresso consagrou institucionalmente este novo espírito ao reformar o estatuto para introduzir a defesa da pátria em qualquer condição, entre as obrigações que cabem aos membros do partido. "Cada polegada de terra do nosso país terá os

seus defensores", diz um dos documentos internos de discussão prévia ao Congresso, "porque é o povo quem tem as armas e sabe como usá-las. Essa é a mais legítima das democracias". Democracia de contribuintes e de combatentes, já que todo o esforço mobilizador foi realizado sem redução da jornada de trabalho e financiado com contribuições populares, sem afectar o orçamento estatal.

Alguns analistas pretendem ver neste novo modelo de defesa uma tendência para um rompimento com a URSS, ou uma desconfiança cubana em relação ao "guarda-chuva nuclear" soviético que defende o país desde a "crise dos mísseis" em 1962. Mas antes de se tecer quaisquer considerações a este respeito é necessário ter em conta a realidade estratégica-militar de uma pequena ilha situada a poucas milhas dos EUA, muito diferente da posição de um país-continente, com milhares de quilómetros de retaguarda para recuar em caso de invasão, sendo diversas, portanto, as estratégias de defesa. O Congresso não evidenciou qualquer sintoma de distanciamento entre Cuba e a URSS. Pelo contrário, Egor Ligachov, do Comité Político soviético, primeiro delegado estrangeiro a falar na sessão de quarta-feira, foi aclamado de pé pelos demais quando afirmou que o seu país "cumpru e continuará a cumprir os seus compromissos com Cuba". A frase, certamente, era uma referência a algo mais do que aos 34 mil milhões de rublos de intercâmbio comercial por ano.

Em sintonia com o ambiente de autocrítica que imperava no Congresso cubano, o dirigente soviético salientou a "conquista histórica" do seu país ao alcançar a "paridade estratégica" com os EUA, ao mesmo tempo que quadruplicou o rendimento nacional nos últimos 25 anos. Mas reconheceu que "nem tudo

deu tão certo", com uma franqueza sem precedentes para um discurso oficial soviético no exterior. Fazia referência, assim, aos insucessos na busca de vários objectivos e a "dificuldades no estilo e nos métodos de trabalho do PCUS, que serão abordadas no próximo 27º Congresso do Partido, de uma forma nova e original".

Foi também aplaudida, embora com um entusiasmo visivelmente menor, a referência ao Plano Soviético Integral de Paz e Desarmamento, através do qual o secretário-geral Mikhail Gorbachev propôs ao presidente Ronald Reagan atingir o ano 2000 sem armas químicas e nucleares. É evidente que os cubanos querem a distensão, como quase toda a humanidade. Têm afirmado inclusive que ela é o único caminho para resolver o problema da dívida externa do Terceiro Mundo, já que a redução do défice fiscal norte-americano faria baixar as taxas de juros, deixando disponíveis recursos para o desenvolvimento dos países pobres.

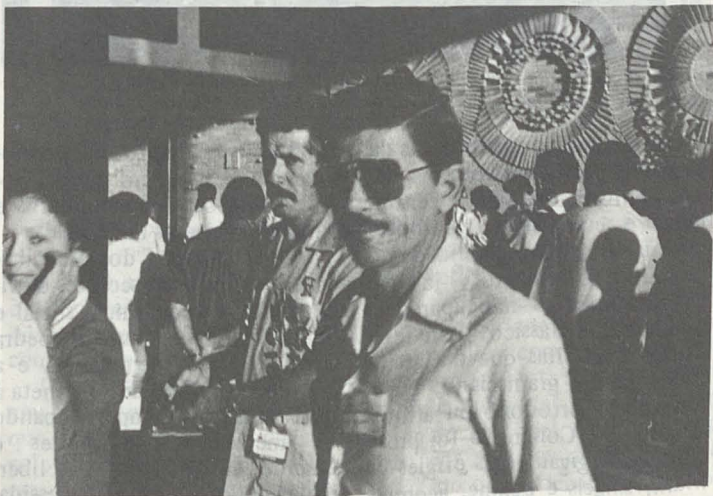
Porém, a história tem demonstrado que os períodos de distensão no Norte coincidem com as etapas de maior agressividade norte-americana, na imposição da sua hegemonia ao Sul. Fidel não parece disposto a tolerar que isto se repita e no seu discurso final, no encerramento do Congresso, foi particularmente duro ao condenar o apoio norte-americano às contra-revoluções na Nicarágua e em Angola, além de anunciar um aumento do apoio cubano aos dois países, sempre que os seus governos o solicitarem.

Este último discurso, ao contrário do primeiro, foi feito de improviso; mas a espontaneidade das palavras não quer dizer que as ideias emitidas não correspondam a uma reflexão madura. No caso de Angola, um comunicado conjunto angolano-cubano-soviético divulgado poucos dias antes do Congresso havia deixado bem



Todos os presentes foram expostos no Palácio das Convenções

claro que o empenho em defender o governo angolano da agressão sul-africana não é um mero compromisso pessoal de Fidel. O bloco socialista prepara-se para a futura distensão traçando linhas claras para conter a agressão. Entre o primeiro acordo SALT subscrito por Nixon e Brejnev e a conferência de Genebra entre Reagan e Gorbachev a diferença está na "paridade estratégica" que Ligachov mencionou em Havana e que é algo mais do que um simples motivo de orgulho.



Delegados entrando na sessão de trabalho aberta à imprensa

Saudações de Reagan

Minutos antes da intervenção de Ligachov ouviu-se um estrondo em toda a cidade, inclusive no Palácio das Convenções. O ministro da Defesa, Raúl Castro, pediu a palavra para informar que um avião de espionagem norte-americano SR-71 tinha ultrapassado a barreira do som sobrevoando a costa cubana, provocando o estrondo. O aparelho voou em torno da ilha e retirou-se sem penetrar no seu espaço aéreo, facto que Raúl Castro interpretou, entre risos e aplausos, como uma "saudação de Ronald Reagan ao Congresso".

As sessões de quarta e quinta-feira foram abertas à imprensa e às delegações estrangeiras, para surpresa de todos os observadores, acostumados a que encontros deste tipo se realizem à porta fechada, sejam de partidos comunistas, sociais-democratas, liberais ou conservadores.

Enquanto as várias comissões discutiam os novos estatutos, as directrizes económicas e sociais do quinquénio, a resolução sobre política internacional e o projecto de programa do Partido no plenário, os delegados usavam da palavra para comentar diversos

aspectos do Relatório Central. Cada um dos 1.783 delegados presentes (sete justificaram a ausência) representa um número equivalente de organizações de base, que agrupam meio milhão de comunistas cubanos. Antes do Congresso, foram realizadas em fábricas, centrais agrícolas, estabelecimentos de ensino, unidades militares e comitês de defesa 40 mil assembleias abertas a todos os cubanos. Nessas assembleias, por indicação expressa do Partido, foi procurado "dirigir a atenção para os problemas fundamentais de cada centro de trabalho, deixando de lado as questões secundárias e os formalismos que muitas vezes distraem a atenção dos quadros e dos militantes".

dência (José Martí, Antonio Maceo e Máximo Gómez) e dos revolucionários contemporâneos (Mella, Che e Camilo). Cantou-se a Internacional mas não estiveram presentes a foice e o martelo e as cores que enfeitavam as ruas eram as nacionais: azul, branco e vermelho.

O tipo de sociedade que está a ser construída em Cuba não é definido como "ditadura do proletariado", mas como "Estado onde a classe operária exerce a hegemonia". Dá-se particular importância à "democracia socialista", que se caracteriza não só pelo seu conteúdo económico e social, mas também pela institucionalidade do poder popular, através da qual "se torna realidade a representatividade da

cia", determinará uma "idiossincrasia e uma psicologia claramente socialista em cada cidadão".

O exercício da crítica e da autocrítica, apresentado nos documentos como "característica moral de uma sociedade de homens e mulheres livres", não foi monopolizado por Fidel neste Congresso. Desde as primeiras intervenções, o delegado de Camagüey, Evis Blas González, declarou que para aproveitar todo o potencial do sector de derivados da cana-de-açúcar seria necessário superar a insuficiência de pessoal qualificado, a pouca eficiência industrial e a insatisfatória qualidade de alguns produtos.

"Aumentar", "melhorar", "intensificar" eram os verbos mais frequentes nas diversas intervenções, juntamente com insistentes apelos ao aperfeiçoamento das formas de organização do trabalho, da gestão e da produção.

María Luisa Suárez Campos, da província de Havana, reivindicou a incorporação de mais mulheres nas tarefas de direcção e uma política de quadros que "acabe com a tendência já enraizada de promover, de preferência, aquele que por qualquer razão mantém uma ligação connosco", numa alusão à prática que em Cuba é conhecida como "sociolismo". Foram feitas críticas à má qualidade dos materiais fornecidos e ao apoio considerado insuficiente à nova modalidade de construção de unidades habitacionais, por parte dos próprios usuários organizados em cooperativas (anteriormente toda a produção era estatal). Houve inclusive críticas por parte de sectores tão delicados como o das Milícias, que não pouparam acusações aos responsáveis, por fazerem os voluntários perder tempo devido à sua impontualidade e insuficiente preparação como líderes.

Quando as exposições eram demasiado longas, pouco profundas ou tolerantes, o orador era



O Congresso foi presidido pelas efígies de Marx, Engels e Lenine e pelos heróis nacionais José Martí, Antonio Maceo e Máximo Gómez

Os que amam as subtilidades da discussão político-ideológica devem conformar-se com as entrelinhas e com alguns símbolos para classificar a originalidade do "comunismo cubano", já que nos documentos não aparecem citações dos clássicos nem referências explícitas que o classifiquem como gramsciano, eurocomunista, ortodoxo ou althusseriano... O Congresso foi presidido pelas gigantescas efígies de Marx, Engels e Lenine, acompanhados pelos heróis da indepen-

população mediante um processo electivo livre, no qual o povo escolhe os seus candidatos e entre eles elege os melhores".

A participação dos trabalhadores em todos os sectores da vida política, económica, social e militar define-se como a "pedra angular" desta democracia e a "autogestão popular" é a meta à qual se chegará "aperfeiçoando os mecanismos existentes e criando outros novos". A liberdade, definida como "necessidade transformada em consciên-



Prensa Latina



Mulheres (55% da força técnica do país), jovens e negros viram a sua representatividade aumentada

interrompido por perguntas incisivas. A certa altura, Fidel questionou, confiando na sua memória, a exactidão de umas cifras apresentadas por um delegado. Noutra ocasião, Raúl Castro desafiou outro delegado, o qual foi obrigado a reconhecer que na fábrica sob a sua direcção as armas estavam “bem guardadas”, ao lado das prensas e dos tornos e não nas mãos dos trabalhadores. Outro delegado foi criticado por não insistir no “trabalho político” e ideológico, confiando apenas nos estímulos materiais como recurso para convencer os técnicos a não imigrarem para as cidades depois de receberem bolsas de aperfeiçoamento.

No encerramento do Congresso, Fidel lamentou não dispor “de pelo menos mais um dia” para prosseguir uma discussão que, na sua opinião, estava a começar a ficar animada quando as deliberações foram encerradas para dar lugar à eleição do novo Comité Central e do seu Bureau Político. De qualquer forma, o debate agora volta ao povo, que

disporá de vários meses para se pronunciar sobre o projecto de programa do Partido, o qual deverá ser aprovado com as devidas modificações e sugestões numa sessão especial do 3º Congresso, em Dezembro deste ano.

A eleição, único acto realizado à porta fechada, também apresentou surpresas. Fidel Castro foi, naturalmente, reeleito como Secretário-Geral. Confirmando o que já havia sido anunciado extra-oficialmente, Raúl Castro foi eleito para o cargo de segundo-secretário e, portanto, primeiro nome na linha de sucessão. Dos 150 membros do Comité Central apenas 100 foram mantidos nos seus cargos, enquanto 40% da Comissão Política de 24 membros (14 efectivos e 10 suplentes) foram substituídos ou “renovados”, de acordo com a expressão de Fidel.

O Secretário-Geral explicou exaustivamente os critérios que regeram a eleição realizada pelo Congresso e que conduziram à renovação, sem que houvesse tensões, divisões ou ex-

purgos. Tratou-se, em suma, de aumentar a representatividade da juventude, das mulheres e dos negros, aplicando o princípio que os norte-americanos chamam de “acção afirmativa”: entre dois candidatos em igualdade de condições, deve-se preferir aquele que pertença a um destes grupos discriminados. Desta forma, a média de idade do novo Comité Central baixou de 51 para 47 anos.

As mulheres constituem metade da população e 55% da força técnica do país. Quase dois milhões delas participam nas milícias e nas tropas territoriais, mas apenas um em cada cinco militantes do Partido é do sexo feminino. O novo Comité Central reflecte esta mesma proporção, enquanto a Comissão Política, que antes tinha apenas uma mulher como suplente, tem agora uma efectiva (Vilma Espín) e duas suplentes. Em Cuba, na opinião de Fidel, “a discriminação por motivos de sexo é mais forte do que a decorrente da cor da pele”. Mas nem por isso se

deixa de combater o racismo tanto como o machismo.

Depois de séculos de mestiçagem, é muito difícil estabelecer limites precisos entre "brancos" e "negros", não se podendo, portanto, falar em percentagens de forma precisa. Fidel afirmou que 100% da população tem de alguma forma sangue africano e calculou em 34% o número de negros e mestiços com predominância negra. Em todo o caso, o importante não são os números mas o critério — totalmente inovador em Cuba — de que não basta estabelecer a igualdade legal, sendo necessário "endireitar o que a história distorceu" com um esforço consciente para promover os sectores discriminados.

Não se pode deixar de destacar, como dado também significativo, que o número de militares no Comité Central foi reduzido de 50 para 34. O "bisturi" renovador cortou fundo. Tanto que saíram da Comissão Política duas personalidades consideradas heróis por causa do seu passado: Guillermo García e Ramiro Valdés. García foi o primeiro camponês a entrar na guerrilha, enquanto Valdés é um dos poucos sobreviventes do assalto

ao quartel Moncada, em 1953, tendo participado do desembarque do "Granma" e de toda a luta. Ambos foram objecto de uma sincera homenagem e, provavelmente, para não atingir as suas imagens, evitaram-se explicações sobre as causas das suas saídas, para dar lugar à renovação dos quadros do Partido.

De qualquer forma, para todo o cubano com responsabilidades de direcção a mensagem foi claríssima: toda a honra será reconhecida pelos méritos acumulados, mas isso não é suficiente para garantir um cargo. A "exigência revolucionária" pedida por Fidel não é retórica e vale para todos.

Poderíamos escrever muito mais sobre o 3º Congresso do PCC. Vários pontos merecem muito mais espaço do que podemos reservar-lhes: o anúncio de Fidel de que deixou de fumar e lançará em breve uma campanha contra esse vício; a nova avaliação da política chinesa, que elimina qualquer tipo de condenação ao modelo político-económico desse país; a nova divisão político-administrativa de Cuba; a linha de trabalho para a juventude, além de muitos outros...



B. Bissio

Fidel: 100% dos cubanos têm algum sangue negro

Não é possível dar um panorama completo sem mencionar dois factos significativos à margem do Congresso: a publicação em Cuba do livro "Fidel e a Religião" e a discussão da Lei de Associações pelo Poder Popular. Do livro de Frei Beto (ver *cader-nos do terceiro mundo* nº 84 Dezembro 1985) têm sido vendidos milhares de exemplares; nele, Fidel emite opiniões ainda mais ousadas e inovadoras do que as aprovadas pelo Congresso. O líder cubano manifesta, por exemplo, a sua disposição de aceitar cristãos no Partido. A lei de associações, por sua vez, estabelece os procedimentos que tornarão possível ao cidadão agrupar-se em instituições juridicamente reconhecidas, independentes do Partido e do Estado, desde que não conspiram contra ele.

Que tipo de associações serão criadas?, perguntei a vários dirigentes do escalão intermediário.

"De profissionais, advogados, enfermeiras...", respondeu um.

"De filatelistas, xadrezistas, músicos...", respondeu outro.

"Tudo isso e muito mais", interveio um correspondente estrangeiro residente em Havana. "A lei poderia contemplar a juventude católica, lojas maçónicas ou adeptos de cultos afro-asiáticos, bem como cooperativas habitacionais ou um grupo de estudiosos de sânscrito. Ninguém sabe até onde pode chegar a sociedade quando ela é estimulada a se organizar e a se expressar".

Para onde vai Cuba?

Ninguém se transforma em "cubanólogo" em três dias, além de que um jornalista deve abster-se de entrar em prognósticos. Porém, ao tratar de acontecimentos dedicados à planificação do futuro, como foi o caso do 3º Congresso, não se pode deixar de assinalar as tendências mais significativas.

1 — No plano económico, o que já foi dito: industrialização acelerada baseada na revolução científico-tecnológica.

2 — No Partido: injeção de juventude, estímulo à crítica e à criatividade e, citando mais uma vez Fidel, “não acumular funções que correspondam a outras instituições” para poder “desempenhar o papel de legítimo educador, organizador e condutor das massas”.

3 — No Estado: separação entre as funções do Partido e do Estado, exigência de eficiência deste último e, ao mesmo tempo, redução das suas funções em áreas onde são mais eficazes a iniciativa e a autogestão populares.

4 — No governo: fortalecimento das estruturas do Poder Popular, a fim de se institucionalizar uma democracia representativa, com eleições a todos os níveis entre vários candidatos.

“Se, com tudo o que vi, li e ouvi durante estes dias tentar

B. Besso



Uma injeção de juventude no PCC: uma das inovações do 3º Congresso

imaginar como será Cuba dentro de cinco anos — quando for realizado o 4º Congresso — posso chegar a conclusões surpreendentes”, comentei com o comandante Manuel Pifheiro, durante a recepção de encerramento do Congresso.

“O que é que te preocupa?”, perguntou-me sorrindo.

— Não quero parecer irres-

ponsável, fazendo previsões muito ousadas.

“Escreve o que quiseres”, termina ele rapidamente, e despede-se. Depois pára, pensa um pouco e volta-se para acrescentar num tom um tanto ou quanto enigmático: “os factores subjectivos estão em tensão”.

Roberto Remo, enviado especial a Havana

Maxicor

Extrusoras para plásticos

• EQUIPAMENTOS COMPLETOS PARA A PRODUÇÃO DE:

- TUBOS E PERFIS
- FILMES E FOLHAS
- REVESTIMENTOS DE ARAMES
- COMPOSTOS
- RECUPERAÇÃO DE MATÉRIAS PLÁSTICAS

• EQUIPAMENTOS AUXILIARES

• MONTAGEM DE FÁBRICAS COMPLETAS



MAXICOR — EQUIPAMENTOS E MATÉRIAS PRIMAS INDUSTRIAIS, LDA.

Rua dos Arneiros, 96, 1.º Dt.º
1500 LISBOA
PORTUGAL
Telef. 709220/708139
Telex 12149 ZIMA P

Haiti

A queda de Duvalier

Um levantamento geral do povo provocou a fuga do ditador e exige o fim do regime, enquanto Washington e os seus aliados tentam reconstruir um "duvalierismo sem Duvalier"

Incapaz de conter uma crescente insurreição popular, o "presidente vitalício" do Haiti, Jean Claude Duvalier ("Baby Doc"), fugiu de Port-au-Prince com a ajuda dos Estados Unidos, a bordo de um cargueiro C-141 da *US Air Force*, na madrugada de 7 de Fevereiro, pondo fim a 25 anos de ditadura sangrenta na nação mais pobre do continente americano. Contudo, a sucessão de Duvalier ficou nas mãos de um Conselho Nacional de Governo (CNG), onde continuam a prevalecer proeminentes figuras do duvalierismo, apesar de se definir como "governo interino" e prometer "eleições livres e directas",

sem contudo estabelecer um prazo para a sua realização, enquanto procura restabelecer a calma no país.

Comprometido com o regime haitiano e com a preservação dos seus interesses estratégicos na região, o governo norte-americano interveio activamente nos esforços para substituir Duvalier, quando a permanência do ditador ameaçou conduzir a uma situação política incontroável. A ausência de partidos políticos ou de uma frente unificadora dos sectores da oposição fez com que o levantamento popular não pudesse apresentar, nesta etapa, uma alternativa para evitar que a queda

do ditador se convertesse num "golpe palaciano". Esta circunstância justificava a desconfiança por parte dos sectores da oposição haitiana, que vêm no CNG e em Washington o propósito de instaurar um "duvalierismo sem Duvalier".

Porém, a mobilização do povo haitiano não se deteve, sustentada por uma verdadeira rede de pequenas organizações políticas, sociais e religiosas. Os inúmeros linchamentos de membros dos *tonton macoutes* obrigaram o CNG a dissolver o odiado corpo repressivo criado por "Papa Doc"; as manifestações passaram a exigir então a eliminação dos elementos duvalieristas nas empresas privadas, nos estabelecimentos públicos e no próprio CNG. Nessa altura, o ministro da Informação e das Relações Públicas, coronel Max Valles, começou a responder com ameaças, advertindo que "os infractores serão castigados de acordo com a lei".

Certezas e incertezas

Se ainda havia alguma dúvida sobre o papel dos Estados Unidos na crise haitiana, a "gafe" do porta-voz da Presidência, Larry Speakes, quando anunciou, com uma semana de antecedência, que "Baby Doc" havia abandonado o país dissipou-a completamente. Enquanto alguns órgãos de imprensa discorriam sobre as contradições entre a Casa Branca e o Departamento de Estado, ou sobre a eficácia dos serviços de informação da diplomacia do Norte, fontes locais haitianas falavam da existência de um golpe de Estado dirigido pelo embaixador Clayton McManaway, que poderia ter chegado inclusive à intervenção das tropas norte-americanas.

Segundo alguns correspondentes destacados em Washing-



Manifestantes carregam simbolicamente o caixão do ex-presidente Duvalier

ton, a grande preocupação da administração Reagan era que Duvalier tentasse uma resistência maior apelando para os *tonton macoutes*, a guarda presidencial de 15 mil homens, quase o dobro dos efectivos do exército. Sem dúvida, o temor dos Estados Unidos era de que se repetissem situações como as do Irão e Nicarágua, onde o desmoronamento do regime e das suas forças armadas foi facilitado pela resistência do xá e de Somoza em admitir a derrota. O facto de ter sido possível no Haiti evitar esse desenlace não deve ser atribuído tanto à habilidade dos negociadores norte-americanos, mas à realidade de que a insurreição popular carecia de uma proposta política alternativa.

"Existe um vazio de autoridade que converte esta crise na mais perigosa de todas as que presenciei. Não há para quem apelar, o que é dramático", declarou em Port-au-Prince o padre Charles Benoit, diante da queda iminente do ditador. "Não existe um líder capaz de unir a oposição", afirmava por seu lado o professor e escritor Roger Gaillard, confirmando a constatação do padre Benoit, quando ambos já previam que esse vazio fosse preenchido finalmente pelo exército. Mesmo nesse caso, Gaillard e Benoit asseguravam que era necessário um acordo com os *tonton macoutes*, por uma simples avaliação das forças em jogo. A composição do primeiro Conselho Nacional de Governo (CNG) evidenciou, de facto, a continuidade de notórias personagens do anterior regime.

Os integrantes do CNG eram: o general Henry Namphy, como presidente, que exercera até então o cargo de Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas; o coronel William Regala, que ocupava o cargo de Inspector-Geral das Forças Armadas; o coronel Max Valles, ex-oficial *tonton macoute* e ex-conselheiro militar de

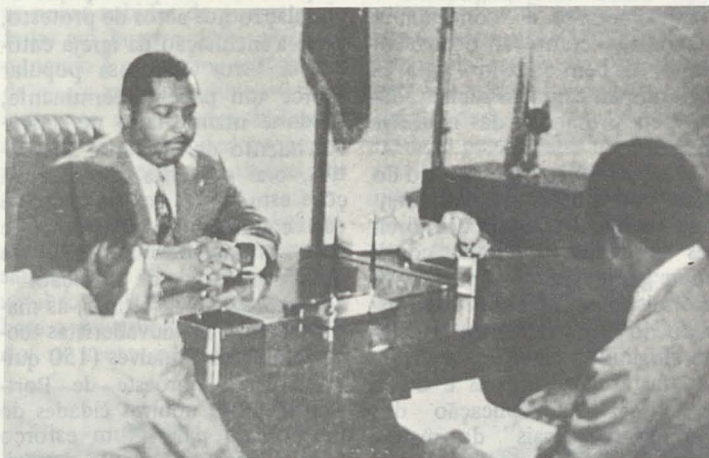
Duvalier; o advogado Gerald Gourgue, presidente da Liga Haitiana dos Direitos Humanos; e o engenheiro Alix Cineas, ministro dos Transportes, Obras Públicas e Comunicações e conselheiro do ditador, até ao último momento. Fontes diplomáticas revelaram ter havido algumas dificuldades na formação do CNG, porque o exército pretendia constituir uma simples junta militar, enquanto que Washington desejava a participação de civis.

Contudo, os festejos populares não se contentaram com a simples fuga de Duvalier e resultaram em linchamentos de *tonton macoutes*. Três dias depois, o CNG anunciava a sua ampliação de cinco para 19 membros e decretava a extinção do corpo repressivo, juntamente com a

começo" e, ao mesmo tempo que declarava a sua expectativa de novos passos "para restabelecer os direitos humanos e um governo democrático no Haiti", reclamou das autoridades "todos os esforços para restabelecer a ordem pública". Sem dúvida, o governo norte-americano reagiu com bastante rapidez ante o desenrolar dos acontecimentos, mas para se ter uma ideia dos seus projectos para o futuro, vale a pena retroceder a menos de um ano atrás.

O neo-jeanclaudismo

Em Abril do ano passado, Jean Claude Duvalier declarou publicamente que tinha tomado "a decisão irrevogável de moder-



Jean-Claude "Baby Doc" Duvalier (na foto). Nem o apoio norte-americano conseguiu evitar a queda do "presidente vitalício" do Haiti

dissolução do parlamento e a reabertura das escolas. "O nosso objectivo é construir uma democracia de facto, baseada no respeito absoluto pelos direitos humanos e às liberdades de imprensa, sindical e partidária. O país espera a reconstituição de uma legislatura resultante de eleições livres e directas", declarou então o general Namphy.

Em Washington, a Casa Branca apressou-se a elogiar as medidas do Conselho como "um bom

nizar o sistema político haitiano, conduzindo-o para uma democracia liberal". Uma semana depois, um comunicado da Presidência anunciou a amnistia de 36 presos políticos, a mais importante concedida pelo regime duvalierista desde 1957.

No mês de Junho, Duvalier enviou ao Congresso um projecto-lei onde definia as bases institucionais da prometida "modernização". Porém, além da criação do cargo de primeiro-minis-

tro e da liberdade formal para organizar partidos políticos, o projecto avalizado pelo Congresso significou, inclusive, um reforço do poder de "Baby Doc", ao conceder-lhe o direito de designar o seu sucessor e de destituir os presidentes de Câmaras eleitos pela população. Para completar a farsa, Duvalier convocou, a 22 de Julho, um plebiscito e proclamou que 99,98% dos haitianos aprovavam o "novo regime".

Numa clara articulação com o plano governamental, 118 personalidades políticas enviaram, no mês de Agosto, uma carta aberta ao chefe de Estado, anunciando-lhe o propósito de criar um novo partido político. Sob o nome de Partido Nacional Progressista (PNP), o novo agrupamento político assumia o "jeanclaudismo" como base doutrínaria e comprometia-se a "continuar a preconizar, como faz o duvalierismo, o bem máximo para as mais amplas camadas sociais e lutar pela promoção das maiorias do país".

Em Outubro, um relatório do governo dos Estados Unidos considerou que a vigência dos direitos humanos no Haiti "continuou gradualmente a melhorar" nos seis meses precedentes. O estudo do Departamento de Estado elogiou "a clara tendência de se afastar das torturas e de se aproximar da aplicação dos mecanismos legais" do regime haitiano. Pelo seu lado, o embaixador norte-americano em Port-au-Prince, Clayton McManaway, já havia adiantado, em Julho, que o seu governo considerava "um passo progressista" o plebiscito realizado por Duvalier.

Desta maneira, o "jeanclaudismo" e a administração Reagan mostravam-se satisfeitos com os resultados do novo plano político, mas ambos subestimaram a capacidade de mobilização do povo haitiano. Assim, as manifestações no final de 1985 apanharam de surpresa as autoridades, lançaram por terra a suposta

"unanimidade" do plebiscito de Julho e, pela primeira vez na história do regime, puseram em perigo a estabilidade do outrora seguro sistema montado por "Papa Doc".

A rebelião popular

Desde meados da década de 70, a ditadura duvalierista realizou tentativas no sentido de uma abertura política controlada que, apesar das suas limitações, não deixaram de ser aproveitadas pelos sectores populares. Embora o regime lançasse depois uma dura repressão, as experiências de mobilização, num processo de acumulação e renovação permanente de forças, ganharam cada vez maiores espaços de actuação.

Este fenómeno caracterizou-se pela crescente participação da população nos actos de protesto, onde a inclinação da igreja católica a favor da causa popular exerce um papel determinante, tendo-se manifestado no desenvolvimento da imprensa alternativa, oral e escrita, das associações estudantis, dos sindicatos e das comunidades religiosas de base, estimulando a criação de uma frente unida de oposição.

Em Dezembro último, as manifestações antiduvalieristas começaram em Gonaives (150 quilómetros a noroeste de Port-au-Prince) e noutras cidades do interior do país. Num esforço para abafar rapidamente o movimento, o regime lançou uma violenta repressão, que deixou um saldo de dezenas de feridos e quatro mortos, entre eles três jovens estudantes.

A emissora da igreja católica, *Radio Soleil*, foi encerrada pelo governo, acusada de "violar a lei sobre radiodifusão", por transmitir informações sobre as manifestações.

A 18 de Dezembro, todos os postes de Porto Príncipe bramiaram ao mesmo tempo, depois de 28 anos de silêncio. O bater de postes é um acto religioso tradi-

cional no Haiti, conhecido como "bater as trevas" para anunciar a ressurreição de Jesus Cristo, na sexta-feira santa. Repetida noutra época do ano, a acção converte-se naturalmente num acto de protesto que "Papa Doc", conhecedor da força da crença religiosa, havia proibido ao iniciar a dinastia duvalierista. Temendo um conflito de maiores proporções, o governo autorizou o reinício das transmissões da *Radio Soleil*, no dia 24 do mesmo mês.

A 2 de Janeiro deste ano, Duvalier anunciou uma ampla reforma ministerial, procurando melhorar a imagem do seu governo perante a iminente decisão da administração Reagan, esperada para meados desse mês, sobre a programada ajuda a ser concedida ao Haiti em 1986. Porém, as manifestações populares tornaram a repetir-se em várias cidades e adquiriram força crescente, apesar da dura repressão da polícia e do exército, do encerramento das escolas e faculdades, assim como de órgãos de imprensa não-governamentais.

Nos primeiros dias de Fevereiro, os factos precipitam-se: Washington decide não conceder a ajuda a Duvalier e anuncia a queda do ditador; "Baby Doc" decreta o estado de sítio e o recolher obrigatório, provocando centenas de detenções e dezenas de mortes; uma greve geral paralisa completamente o país, enquanto McManaway e os sucessores de Duvalier negociam a composição do novo governo. Em apenas dez meses, o povo haitiano sepultou o neo-jeanclaudismo, obrigou o ditador a fugir e criou uma nova situação política no país. Estimulados por estas vitórias, os haitianos podem deparar com novas surpresas vindas de Washington e dos seus aliados, já que o seu único objectivo agora é um "duvalierismo sem Duvalier".

Victor Bacchetta

Uruguai

Sanguinetti deseja alargar a sua base de apoio

Os problemas internos do Partido Nacional e da Frente Ampla deixam um vazio no plano político que favorece o governo

“Quase um ano depois de ter assumido o governo, Sanguinetti não tem oposição”, afirmou em carácter privado, em meados de Janeiro, um comentarista político local, para surpresa dos seus colegas que não perceberam a ironia da afirmação.

De facto, embora as sondagens — que o presidente e a sua equipa de assessores, actualizados em matéria de *marketing* político, levam muito em conta — pareçam demonstrar que a popularidade pessoal de Julio María Sanguinetti ainda não foi gravemente atingida, as críticas quanto à gestão do presidente uruguaio crescem diariamente, provenientes dos diversos sectores representativos do espectro ideológico do país.

Não é de estranhar que as críticas mais duras provenham dos assalariados, cujo processo de empobrecimento ainda não mostrou atenuações significativas no quadro de uma política económica que continua sem encontrar os caminhos para uma efectiva reactivação.

Até Dezembro último, o Índice de Preços ao Consumidor revelava um aumento de 83% durante 1985: este índice inflacionário conhecido antes da acelerada subida de preços mal teve início 1986 — corresponde a dados oficiais: outras fontes especializadas calculam contudo que a taxa inflacionária de 1985 teria alcançado 84,7%.

O fantasma dos três dígitos

Mesmo considerando a cifra mais baixa, a verdade é que a meta do governo para o “ano programa” (Julho 1985 — Junho 1986) já foi ultrapassada no primeiro semestre desse período. E as novas subidas de preços registadas em Janeiro deste ano, prenunciam a quase impossibilidade de que a realidade venha a coincidir com as previsões da equipa económica, em cujos pesadelos já deve aparecer o fantasma dos três dígitos.

O governo afirma insistentemente que conseguiu aumentar o salário real. É verdade: em Novembro de 1985, tomando como base a pesquisa contínua de salários no sector privado de Monte-

videu (desde Outubro de 1980) registava-se um aumento de 16,7% em doze meses. Mas esse salário real de Novembro de 1985, considerando uma base 100 em 1968, encontrava-se desvalorizado em 40%.

Há que levar em conta ainda que o índice de aumento utilizado oficialmente (12% nos nove meses de gestão da administração Sanguinetti) representa uma média onde incidem aumentos obtidos pelos trabalhadores mais mal pagos, que através de uma intensa mobilização, “romperam os tectos impostos pelo governo”, segundo a expressão de José D’Elía, presidente da central sindical PIT-CNT. “De modo que — esclareceu o próprio D’Elía — embora tenha havido um au-



O índice de popularidade de Sanguinetti não caiu

mento parcial do salário real (que naturalmente repercute no índice geral), os salários continuam a ser totalmente insuficientes para fazer frente a uma situação económica como a de que padece o país". Cabe, por outro lado, acrescentar a este quadro o facto de, segundo cifras oficiais, haver em todo o país cerca de 145 mil desempregados e outros 200 mil subempregados ou trabalhadores que recebem baixos salários.

Mas não são apenas os assalariados que criticam a política económica do governo: um qualificado porta-voz dos investidores privados, o doutor Ramón Díaz, director do semanário *Búsqueda*, assinalou: "o êxito do governo em evitar a séria aceleração da inflação que diversos observadores previram para 1985 — entre eles este comentarista — dependeu principalmente da sua capacidade para financiar o défice fiscal e parafiscal que sofreu (e ainda sofre) com o lançamento de títulos da dívida pública.



José D'Elía, presidente do PIT-CNT

Não se trata de um método sustentável, capaz de se projectar por um período considerável, já que cada dólar adicional de letras e bónus lançados no mercado agrava o défice, obrigando

portanto a uma maior emissão de títulos públicos no período subsequente, com uma dinâmica obviamente explosiva". A insistência nesta política, prevê o *Búsqueda*, "traria consigo uma perda praticamente irremediável de credibilidade para o governo Sanguinetti".

Por seu lado, a "Página Económica" do *El País*, dirigida por Daniel Rodríguez Larreta, outro ilustre representante do pensamento económico de direita, foi ainda mais dura: "com a eloquência dos factos e dos números, o balanço de 1985 mostra outro ano de decadência, de retrocesso económico (...). O pior, na nossa opinião, não é o que já aconteceu, mas o que está para acontecer".

O presidente prepara-se

Sobre este panorama de crise económica e graves tensões sociais desenrola-se uma outra difícil batalha. Ao serem apresentadas denúncias contra oficiais das forças armadas por violações dos direitos humanos durante o regime militar, a chamada justiça militar reclamou competência exclusiva para julgar os indiciados. Esta disputa entre as justiças civil e militar originou um complexo trâmite que transfere para o Supremo Tribunal de Justiça — integrado, para o efeito, por dois juízes das forças armadas — a decisão sobre por onde deverão transitar os processos a que tais denúncias dariam lugar.

Obviamente, os comandos militares não deixaram de dar a sua opinião no sentido de que os elementos das forças armadas só poderiam ser julgados por tribunais militares. Aos rumores neste sentido vieram juntar-se, em meados de Janeiro, algumas insólitas declarações a este respeito do coronel (na reforma) Frederico Silva Ledesma, presidente do Supremo Tribunal Militar durante o julgamento dos Tupamaros e de outros militantes políticos.

Enquanto isso, a justiça civil que devia — neste caso incumbida expressamente por lei — rever os processos desses "subversivos" eventualmente amnistiados em Abril de 1984, divulgava uma longa série de irregularidades ju-



Coronel Silva Ledesma

rídicas dos tribunais militares que haviam processado e julgado os Tupamaros.

Todos estes elementos, que contribuem para confundir ainda mais uma situação por si só conflitiva, passaram a constituir o centro de uma acirrada polémica entre o exército, por um lado, e os sectores políticos de esquerda e as organizações defensoras dos direitos humanos, por outro.

Esta polémica é alimentada por outros elementos potencialmente explosivos. Não é segredo para ninguém que o próprio Sanguinetti, contrariando os seus discursos pré-eleitorais, é partidário de que os militares envolvidos em delitos de lesa humanidade sejam julgados pelos seus congéneres. E, em alguns círculos políticos, suspeita-se que existam neste momento pressões do governo sobre alguns mem-

bro do Supremo Tribunal para que resolvam a "disputa" a favor da chamada justiça militar. E mais: o presidente insistiu em que se deveria lançar sobre o passado "um manto de esquecimento" e que não se deve viver "com o olhar no passado". Numa entrevista concedida ao jornal parisiense *Le Monde*, o presidente uruguaio afirma que "é normal ter amnistiado igualmente os militares". Esta declaração traria implícita a intenção de conceder um perdão "de facto" aos militares acusados de violação aos direitos humanos, em nítida contradição com a lei de amnistia votada pelo parlamento para os presos políticos, que exclui taxativamente os elementos policiais e militares envolvidos em delitos dessa natureza.

As acusações contra Sanguinetti de "continuismo económico" lançadas pela oposição, juntam-se assim às que apontam supostos "resquícios autoritários" em algumas posições do poder executivo. A decisão de manter no cargo o ministro do Interior, Carlos Manini Ríos, que recebeu um voto de censura no parlamento, quase que resultou, recentemente, num conflito de poderes, quando Sanguinetti ameaçou com uma eventual dissolução das câmaras e convocação de novas eleições legislativas (medida que, para poder ser levada a cabo, teria que contar com uma maioria especial no próprio parlamento).

O presidente confia nas sondagens: acredita que esta sua atitude firme poder-lhe-á render vantagens políticas, uma vez que algumas sondagens revelaram um crescimento das posições de direita entre os uruguaios, pelo menos entre a "maioria silenciosa" das camadas médias urbanas, que constituem a clientela política tradicional do "batllismo"¹ e a quem desagradam a mobilização sindical e as denúncias públicas, ambas consideradas "destabilizadoras" pelo governo.

Por outro lado, Sanguinetti conta com apoios nos meios de imprensa como *El Día*, dirigido pelo vice-presidente Enrique Tarigo, e *La Mañana*, em cuja direcção aparece o senador situacionista Eduardo Paz Aguirre e ainda com posições mais ou menos complacentes nos demais meios de comunicação, para os quais as actividades presidenciais constituem naturalmente notícia. A estes apoios, Sanguinetti acrescenta frequentes viagens pelo interior do país, que os observadores mais atentos classificam de "claramente eleitorais".

Mas "eleitorais" para que eleições?

Os problemas da oposição

Neste contexto, vale a pena voltar à frase segundo a qual "Sanguinetti não tem oposição": é possível uma segunda leitura desta afirmação. Talvez, o citado comentarista se referisse à situação criada pelo virtual fracasso da política de *concertación* (acordo) entre todas as forças

políticas levada a efeito ainda antes das eleições de Novembro de 1984. A proposta de Sanguinetti de constituir um governo "com um mínimo de consenso nacional", com figuras de outros partidos em determinadas pastas ministeriais, não conseguiu o apoio desejado; apesar disso, a Frente Ampla mostrou-se disposta a dar continuidade ao esquema, tendo o Partido Nacional, através do seu líder Wilson Ferreira Aldunate, assegurado que facilitaria ao presidente a "governabilidade" do país. Mas da teoria à prática, sobretudo em matéria política, há uma grande distância a percorrer.

Para levar avante a sua política, o Partido Colorado precisaria de uma maioria parlamentar que não tem. Uma política "pendular", de aproximação alternativa a um e outro partido de oposição, era de início uma iniciativa condenada ao fracasso.

A determinada altura, Sanguinetti preferiu ficar com uma realidade adversa já conhecida do que esperar pelo desconhecido: um entendimento com o seu "tradicional" rival, o Partido Nacional, com o qual fala a mesma língua, excluindo expressa ou tacitamente a Frente Ampla. Esta estratégia não seria, porém, cem

¹ "Batllismo" — Corrente política herdeira das ideias do ex-presidente José Batlle y Ordoñez, que a partir de 1903 assentou as bases do Estado uruguaio moderno influenciado pela social-democracia europeia.



Sanguinetti: "é natural os militares também terem sido amnistiados"

por cento segura para o executivo: o que ficou provado quando do trâmite da Lei de Orçamento. Nesse caso, a acção conjunta da coligação de esquerda e do Partido Nacional conseguiu aprovar emendas destinadas a favorecer os organismos de ensino, pouco beneficiados na versão original do projecto do executivo (que, por outro lado, destina mais de 40% dos recursos ao item "Segurança")².

"Sanguinetti não tem oposição", contudo, porque os partidos de oposição não conseguiram estruturar uma política coerente para fazer frente a uma situação atípica: uma democracia talvez ainda frágil, um governo surgido de eleições restritas, um aparelho repressivo intacto, um esquema de três partidos individualmente minoritários e, fundamentalmente, um acirramento das contradições internas partidárias, precisamente como consequência do confronto básico entre a necessidade de acordo e a realidade da falta dele.

No Partido Nacional, a liderança "vertical" de Wilson Ferreira Aldunate e os seus acordos com Sanguinetti sem consulta ao partido despertam resistências que provocaram inclusive um distanciamento do senador Carlos Julio Pereyra, seu companheiro de lista nas eleições presidenciais de 1971, o qual deveria ser o líder natural da bancada parlamentar "blanca". Mas as decisões de Wilson passam por cima dele. Também uma ala essencialmente jovem e próxima das posições "progressistas", a Corrente Popular Nacionalista, foi "excomungada" por Wilson. O deputado Carlos Pita, principal dirigente desse grupo, definiu a política de Wilson em rela-

ção a Sanguinetti, como "cogestão episódica".

O processo de debates na Frente Ampla

A Frente Ampla, por sua vez, enfrenta um processo imprescindível de reestruturação interna capaz de transformar num movimento orgânico aquilo que continua a ser uma coligação de equilíbrio instável entre sectores de pensamentos e métodos diferentes. Este processo que deveria ter sido levado a cabo depois das eleições de 1971 foi então interrompido pela entrada brusca dos militares no cenário político e pela prisão posterior dos principais dirigentes frentistas, entre eles, Líber Seregni. Mas a Frente Ampla não pode agora deixar de definir pontos bastante complexos, como a presença dos organismos de base na direcção da coligação, o respectivo peso de cada grupo político nessa direcção e os mecanismos de decisão, no caso de não haver consenso nos órgãos dirigentes.

Pressionados pelas contradições internas, os partidos de oposição defrontam-se com uma realidade situacionista que sabe o que quer e o que não quer e que conta com um aparelho ágil, onde a liderança de Sanguinetti é indiscutível. E mais: que tem uma longa tradição de capacidade de manuseamento do aparelho de Estado como ferramenta política — que alimenta o partido mais do que se alimenta dele —, mas que definitivamente precisa que o deixem agir e, sobretudo, que o ajudem a fazê-lo.

E é então que surgem novas propostas: há negociações de bastidores, propostas de reanimar o "diálogo nacional" (antes fracassado porque o executivo não estava disposto a discutir — e muito menos a mudar — o seu programa económico quando negociava o seu acordo com o FMI), propostas de um plano de reajustamento automático dos sa-

lários com vigência de três anos, que evite ou pelo menos atenuie os efeitos traumáticos da negociação periódica e qualquer ameaça velada de regulamentação sindical.

As concessões e promessas são feitas ao Partido Nacional. Entretanto, a Frente Ampla tem que definir algo mais do que o seu esquema organizativo interno: segundo reclamam muitos dos seus militantes, teria que decidir se é, nesta conjuntura, um partido decididamente de oposição e como vai exercer essa condição, ou se mantém uma posição de abertura em relação à gestão de Sanguinetti.

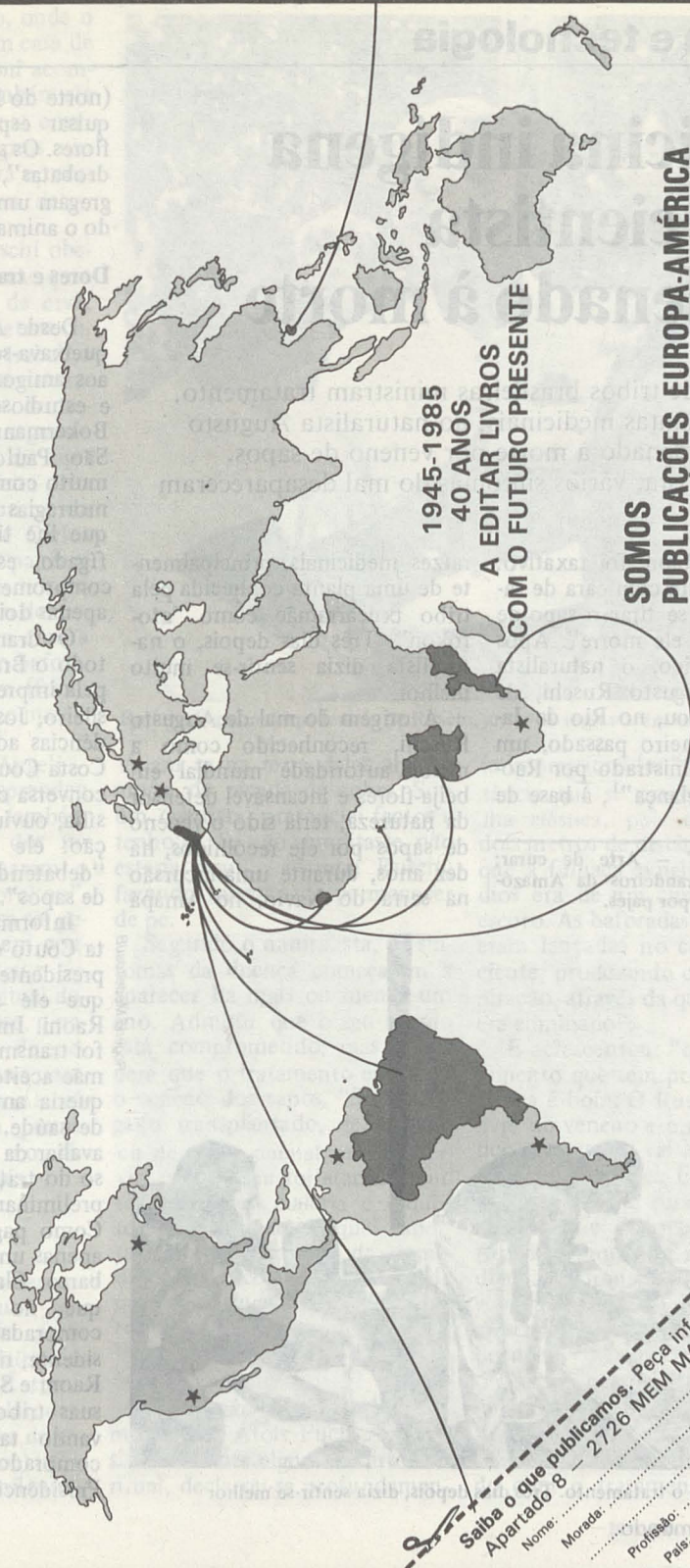
Há, porém, uma hipótese que apesar de arriscada convém não desdenhar: se Sanguinetti conseguir que a disputa em relação aos julgamentos pendentes se decida a favor da chamada justiça militar; se conseguir, pela negociação ou pela regulamentação, uma trégua sindical parcial; e se encontrar um esquema de co-participação provisório com o Partido Nacional, poderia ter as mãos livres para tentar um alargamento da sua base política. Sanguinetti tem a seu favor um período de carência para o pagamento dos juros da dívida externa e as sondagens que mostram que a sua popularidade ainda é alta. O mecanismo que venha a utilizar nesse sentido dependeria de muitos outros "se".

Se é verdade, como se comprovou mais de uma vez neste ano de gestão presidencial, que Julio María Sanguinetti prefere frequentemente falar através de interpostas pessoas (há coisas que um presidente não pode dizer abertamente), talvez convenga ter presente uma frase do discurso pronunciado a 30 de Dezembro último pelo senador situacionista Manuel Flores Silva: "talvez 1986 permita o exercício do grande instrumento dinamizador de uma democracia: as eleições, o povo votando".

Carlos Núñez

²Sanguinetti anunciou que interporia a faculdade constitucional do veto presidencial a algumas dessas emendas, o que daria lugar a um trâmite meio bizantino, cujas consequências poderão ser notícia nas próximas semanas.

LIVRO-TRAÇO DE UNIÃO ENTRE QUEM FALA PORTUGUÊS



1945-1985
40 ANOS
A EDITAR LIVROS
COM O FUTURO PRESENTE

SOMOS
PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

ESTAMOS ONDE VOCÊ ESTÁ • CONTACTE-NOS!

Saiba o que publicamos. Peça informações para
Apartado 8 - 2726 MEM MARTINS CODEX

Nome:

Morada:

Profissão:

País:

341000

Medicina indígena trata cientista condenado à morte

Dois pajés de tribos brasileiras ministram tratamento, à base de plantas medicinais, ao naturalista Augusto Ruschi, condenado à morte por veneno de sapos. Para o cientista, vários sintomas do mal desapareceram

O cacique Raoni foi taxativo: "ele já está com cara de sapo. Tem que se tirar o sapo de dentro, senão ele morre". Após este diagnóstico, o naturalista brasileiro, Augusto Ruschi, de 70 anos, iniciou, no Rio de Janeiro, em Janeiro passado, um tratamento ministrado por Raoni, uma "pajelança"¹, à base de

raízes medicinais, principalmente de uma planta conhecida pela tribo txucarramãe como "atorokon". Três dias depois, o naturalista dizia sentir-se muito melhor.

A origem do mal de Augusto Ruschi, reconhecido como a maior autoridade mundial em beija-flores e incansável defensor da natureza, teria sido o veneno de sapos por ele recolhidos, há dez anos, durante uma incursão na serra do Navio, no Amapá

¹ "Pajelança" - Arte de curar; prática dos curandeiros da Amazônia, conhecidos por pajés.

(norte do Brasil), onde fora pesquisar espécies raras de beija-flores. Os sapos, da espécie "dendrobates", têm glândulas que segregam um veneno mortal quando o animal está assustado.

Dores e tratamento

Desde Agosto último, Ruschi queixava-se de envenenamento aos amigos, entre eles o biólogo e estudioso de anfíbios Werner Bokermann, do Zoológico de São Paulo. O cientista sofria muito com febres contínuas, hemorragias nasais e dores intensas que lhe tiravam o sono. O seu fígado estaria completamente comprometido e restar-lhe-iam apenas dois anos de vida.

O drama de Ruschi abalou todo o Brasil, depois de revelado pela imprensa. O presidente brasileiro, José Sarney, pediu providências ao ministro do Interior, Costa Couto. E foi este que, em conversa com o cacique, em Brasília, ouviu de Raoni uma revelação: ele sonhara com Ruschi "debatendo-se numa lagoa cheia de sapos".

Informado pelo ministro Costa Couto do sonho do cacique, o presidente Sarney determinou que ele solicitasse a ajuda de Raoni. Imediatamente o convite foi transmitido e o pajé txucarramãe aceitou com uma condição: queria antes constatar o estado de saúde de Ruschi, para poder avaliar a possibilidade de sucesso do tratamento. Após o exame preliminar, tudo ficou acertado. Como pagamento, Raoni pediu apenas uma coisa: uma panela de barro. Ela foi entregue ao cacique, no final do tratamento, comprada na terra natal do presidente, no estado do Maranhão. Raoni e Sapaím já regressaram às suas tribos, no Alto Xingu, levando também alguns colares comprados no Rio e pagos pela Presidência da República.



Ruschi durante o tratamento. Três dias depois, dizia sentir-se melhor

Já no Rio de Janeiro, onde o cientista se hospedara em casa de um parente, o pajé Raoni acompanhado de Sapaim, também ele cacique, disse conhecer o envenenamento de sapos, pois um dos seus irmãos adoecera e morrera depois de pisar um deles, quando caçava um macaco.

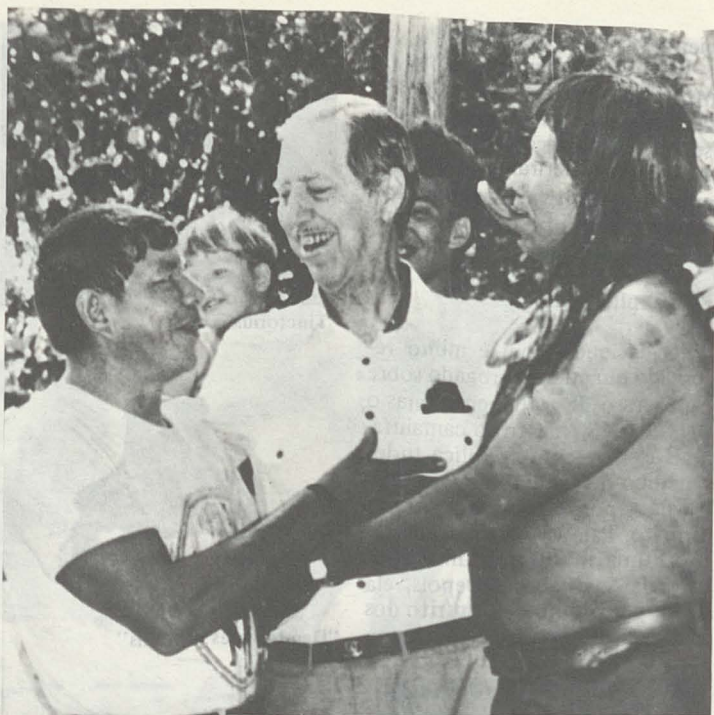
O tratamento de Ruschi obedeceu a um ritual: os caciques fumaram dois cigarros de erva, com mais de 30 centímetros cada um, iniciando um trabalho que retirou do corpo do naturalista substâncias sólidas de cores verde e branca que, segundo Raoni, "eram o veneno do sapo mau". A revelação foi feita pelo próprio cientista. Um primo da mulher de Ruschi, José Carlos Angeli, que assistiu à "pajelança", informou que os índios esfregaram na mão um tipo de castanha que se desmancha com a fricção. Depois, soltaram baforadas de fumaça de petam (fumo do Xingu), friccionaram e massajaram o corpo de Ruschi.

Em seguida — disse Angeli — o corpo de Ruschi desprende a massa. A substância também desapareceu nas mãos dos índios, que, então, banharam o cientista com ervas "atorokon". "Segundo parece, a massa sai pelos poros e desaparece em contacto com o ar", comentou.

A primeira parte do ritual durou 60 minutos. Nesta fase, o naturalista ficou deitado — de cuecas — para que os caciques usassem as suas ervas e, com o auxílio das mãos e da boca, puxassem para fora o veneno — o próprio sapo, segundo os pajés.

Medicina popular

Após as sessões de tratamento, Augusto Ruschi refutou versões, segundo as quais, tudo não passaria de curandeirismo: "não é curandeirismo. É tratamento de medicina popular, desconhecido por quem saiu da escola agora. Eles (os índios) utilizam esses métodos há milênios.



Alexandre Franca/Ag. O Globo

Raoni e Sapaim despedem-se de Ruschi, antes de regressarem ao Xingu

Vejam se na terra deles alguém morre de picada de cobra. Sou um cientista, presenciei factos e tenho fé. Se não acreditasse, não estaria aqui", afirmou Ruschi, fazendo questão de permanecer de pé.

Segundo o naturalista, os sintomas da doença começaram a aparecer há mais ou menos um ano. Admitiu que o seu fígado está comprometido, mas considera que o tratamento eliminou o veneno dos sapos. "Só um fígado transplantado, de macaco ou de outro animal, me vai servir, pois o meu foi atacado muitas vezes por malária e esquistossomose, e teve que suportar grandes cargas de remédios alopáticos. Quem me viu quando cheguei sabe que recuperei, não tenho hemorragias, posso ficar de pé, correr e pular, como antes".

O ex-vigário-geral de Vitória, monsenhor Alois Fuchs, que assistiu durante alguns minutos ao ritual, declarou-se profundamente

impressionado: "não vi a substância que se parece com pastilha elástica, pois estava a uns dois metros de distância. Vi, sim, que a fumaça expelida pelos índios era de um cinzento muito escuro. As baforadas dos cigarros eram lançadas no corpo do paciente, produzindo calor e transpiração, através da qual o veneno era eliminado".

E acrescentou: "qualquer tratamento que tem por base a botânica é bom. O Ruschi vai ficar livre do veneno e o aspecto místico das sessões vai ajudá-lo a recuperar as forças. Está provado que as ervas até curam o cancro, o que já é feito pelos índios. Acredito muito na medicina indígena, porque é da mata que vêm os remédios. Deus deixou crescer uma planta para cada doença".

Amigo pessoal de Ruschi há muitos anos, o escritor Rubem Braga acompanhou tudo de perto. E disse ter ficado maravilhado com o tratamento dado ao

cientista pelos pajés.

De uma maneira geral, a medicina tradicional absteve-se de qualquer posição oficial. Quase todos os médicos ouvidos sobre o assunto, preferiram não dar uma opinião definitiva, alegando desconhecer que tipo de erva (e seus valores) havia sido ministrado.

Pajé explica a cura

O cacique Raoni é muito reservado quando interrogado sobre o processo de tratamento, mas o pajé Sapaim, da tribo camaiurá, mais extrovertido, explica tudo: "médico de branco não vê veneno de sapo. Sapo tem veneno e espírito. Pajé vê o veneno de sapo. Fuma muito e a fumaça sobe pela sua cabeça. Depois, ela desce pelos olhos, o espírito dos seus olhos localiza o veneno.



"Tinctorius"



"Dendrobates terribilis"



Raoni, cacique da tribo txucarramãe: a luta pelos direitos dos índios

Onde ele está. E pajé tira pela mão. Joga a fumaça na mão, a fumaça entra pela mão da gente. A gente vai com a mão no veneno e tira. E só sente ele quando sai. Depois, para ele sumir, joga fumaça. Antes a gente fala para ele não voltar mais. Joga fumaça novamente, esfrega as mãos para limpar e pode tirar veneno do doente".

"Quando sai cor verde, é porque está cheio de veneno. Quando sai branco, está melhorando. E o preto, está acabando. O banho de erva é para limpar o doente por dentro. Quando ele fica no banho, o suor sai depois com o veneno. Dá vários banhos, até a gente sentir que o suor não tem mais nada. Af, ele está curado".

O banho tem dois estágios: o primeiro quando depositam folhas de erva molhada em todo o corpo; o outro quando deixa o doente com ela por algum tempo, a fim de provocar a simultânea infiltração do líquido pelos poros e a transpiração.

Raoni defende terras

Apesar do assédio da imprensa quanto ao tratamento de Ruschi, o cacique Raoni prefere falar sobre os problemas enfrentados pelos índios no Brasil, principalmente no que diz respeito à necessidade de demarcação de terras para as tribos. Diz que, desde criança, sonha bastante, principalmente com algo relacionado com a invasão do Xingu, onde mora a sua tribo, txucarramãe. Nos seus sonhos, ele vê brancos "querendo estragar terra, bicho, peixe". "Não deixo fazendeiro entrar mais na nossa terra. Um primo disse-me que muita gente está subindo o rio Xingu, querendo procurar ouro. Não quero garimpeiro, nem fazendeiro. Sonho com muita coisa ruim, com fazendeiro matando na nossa terra. Homem branco bom (referindo-se a Ruschi) vai ficar bom e ajudar índio".



Os índios procuram manter os seus costumes e tradições. A pesca faz parte de um trabalho onde todos participam

Raoni defende a demarcação das terras indígenas, para que os seus filhos e netos tenham tranquilidade. Diz que, em cada problema com os brancos, tem que apelar para o Ministério do Interior e para o presidente Sarney.

Lembrando que os índios são "os verdadeiros donos do Brasil" e que jamais atentaram contra a natureza, Augusto Ruschi critica o desenvolvimento que destrói o meio ambiente. "É preciso pesquisar muito com os índios: a sua medicina e magia. O homem branco é egoísta e egocêntrico".

Amor pela natureza

O nome de Augusto Ruschi é conhecido e respeitado nos museus de ornitologia e botânica do mundo inteiro. No Brasil, já foi condecorado duas vezes pela Presidência da República. A revista norte-americana *National Geographic* publicou já

uma larga reportagem de 20 páginas sobre as suas pesquisas no Brasil. Durante a sua carreira, Ruschi identificou e descreveu cinco espécies de beija-flores e onze subespécies e catalogou quase 50 novas orquídeas, outra das suas preferências.

Ruschi nasceu na cidade de Santa Teresa, a 80 quilômetros de Vitória, no estado do Espírito Santo e, desde criança, vivia nas matas, à procura de animais e vegetais. Formou-se em direito e agronomia, mas preferiu ficar ligado à natureza, dedicando-se, então, ao estudo de inglês, francês, latim e alemão para aprofundar os seus conhecimentos de botânica.

Santa Teresa tem apenas 28 mil habitantes. Ruschi vive uma existência quase solitária, com a sua família, na casa construída pelo seu avô no século passado, cercada por 80 mil metros quadrados de árvores e um paraíso de beija-flores. A sua vida tem episódios espetaculares, sempre

em defesa da natureza. Em 1984, por exemplo, chegou a sugerir a prisão do então ministro da Agricultura, Amaury Stabile, que autorizara o desmatamento de um recanto de beija-flores, numa mata de Conceição da Barra, a 350 quilômetros de Vitória. "Quem acaba com três espécies de beija-flores merece ir para a cadeia", sentenciou o naturalista.

Agora, livre do veneno do sapo, Ruschi está de volta aos seus beija-flores: "alguns deles viajam a uma velocidade de 60 km/h". Ruschi revela que na farmacopeia brasileira só se conhecem 5% das plantas medicinais. "Faltam 95% e os estudos ainda são do tempo de Bekolt, do início do século". Por isso, acha necessário que cientistas trabalhem com os índios, procurando nas ervas a cura de muitos males. Sugestão que ele promete levar ao presidente Sarney, quando for agradecer o interesse do governo pelo seu tratamento e cura. ●

Antonio Aragão

Nascer como os índios

Tradicional nas culturas indígenas, o parto em posição vertical começa a ser utilizado na medicina moderna equatoriana

No Equador nascem, anualmente, cerca de 250 mil crianças: ou seja, a cada minuto um equatoriano sai do ventre da mãe para começar por si próprio a luta pela vida.

De acordo com estimativas oficiais, 64% dos partos são feitos sem qualquer assistência médica. Na área rural, esta cifra atinge 87% dos partos.

Existem no país apenas duas maternidades: uma em Guaya-

quil e a outra em Quito. A da capital, "Isidro Ayora", foi criada em 1951 para servir uma população de 259 mil habitantes. Mas, actualmente, os seus serviços estendem-se a um milhão de pessoas, sem que a infra-estrutura médica e hospitalar tenha crescido de acordo com a população.

O "parto natural", ainda pouco significativo no Equador, resgata a posição vertical do nasci-

mento, com que tradicionalmente têm dado à luz as mulheres indígenas do continente latino-americano, a participação do casal no trabalho de parto e o nascimento em casa. Procura não utilizar (ou apenas o mínimo possível) remédios e instrumentos médicos, contando apenas com o apoio e a assistência permanente de um médico e de exames de laboratório. Isto é, o controlo de rotina que toda a gravidez exige.

O "parto natural" baseia-se na teoria de Leboyer sobre o "parto sem violência", a qual é da opinião de que o nascimento através da medicina tradicional é extremamente violento para o recém-nascido. Assim, a sala de parto é pouco iluminada, a criança é de imediato amamentada, não é separada da mãe, é-lhe dado um banho meia hora depois do nascimento e finalmente o corte do cordão umbilical apenas é feito quando ele já tiver parado de latejar. Tudo isto evitaria à criança o choque violento e deixá-la em melhores condições psicológicas para enfrentar o mundo.

Para os que trabalham neste tipo de parto, os levados a cabo pelos indígenas são igualmente violentos porque não contam com assistência médica, não se conhecendo portanto a posição da criança no útero nem as condições de saúde da mãe, facto que pode culminar com a morte de uma ou de outra, ou até de ambas.

Neste artigo, publicamos os testemunhos de uma "ajudante de parto natural", de um médico da mesma área, de um casal que teve o seu filho através desse método e de uma mãe que, desejando ter o seu filho dessa forma, não pôde e para quem o "parto natural" se transformou numa experiência frustrante e



No Equador está a ser recuperado o "parto natural" em posição vertical, tradicional nas culturas indígenas do continente latino-americano

que de forma alguma deseja reviver.

A preparação

María Alarcón, estudante de Psicologia, é há dois anos e meio uma das "ajudantes de parto natural". Realizou uma síntese entre as teorias de Leboyer, da bioenergia do sociólogo Wilhelm Reich¹ e finalmente as preocupações de um discípulo de Leboyer, Michel Odent, em relação ao que se passa com as mulheres no momento do parto.

Dentro desta síntese, María leva a cabo o seu trabalho partindo do princípio de que "toda a tensão e toda a emoção se expressam a nível físico" e procura libertá-las através de massagens, exercícios de relaxamento, de respiração e mediante um processo de "consciencialização da mãe e do seu parceiro dos conflitos, medos e angústias com o parto, para que sejam assumidos e o corpo se relaxe durante os momentos que antecedem o nascimento".

Na medicina tradicional, segundo ela, pratica-se a episiotomia (corte da parte inferior da vagina) em todas as mulheres, necessitem ou não dessa cirurgia, cujo único objectivo é evitar possíveis rompimentos. María defende a participação do pai no trabalho de parto natural como sendo de fundamental importância, "porque é a culminação de um processo sexual que se iniciou no momento da concepção e que pertence ao casal e ao seu filho".

Da medicina tradicional, María Alarcón mantém a utilização de exames e o controlo médico durante a gravidez. No trabalho de parto é fundamental para a mulher a presença de um médi-

¹ Reich defende que o psíquico tem um reflexo — função no corpo e que portanto existe uma unidade psicossomática que é indissolúvel.

Edison Martins



Mulheres indígenas da tribo suruí, no Parque Nacional de Aripuanã, Brasil

co "que assume um papel passivo durante o parto".

Em dois anos e meio, María Alarcón preparou 50 mães para o "parto natural". Cinco acabaram por fazer cesariana no último momento, questão que para a entrevistada corresponde a 10% das mulheres que não podem dar à luz por parto normal. Ela não descarta a utilização da cesárea em casos de absoluta necessidade.

María preparou-se neste método estudando bioenergia nos Estados Unidos com a filha de Reich, e na maternidade "Isidro Ayora" de Quito, tendo ainda estudado no México.

A assistência

Para o médico homeopata e especialista em "parto natural", Fernando Celi, este tipo de parto exige que todas as condições sejam dadas à parturiente para que ela possa dar à luz. Entre elas destacam-se o treino do casal (tarefa que é realizada pela "ajudante de parto natural"); a reunião do máximo de condições do meio externo onde a criança vai nascer a fim de que se pareça com o meio interno de onde ela vem (teoria de Leboyer), a boa posição do feto no útero e condição saudável da mãe.



Segundo os defensores do parto em posição vertical, na cultura ocidental, os bebês nascem de forma violenta, o que produz transtornos no desenvolvimento posterior

O parto natural dá a possibilidade do casal poder ter o seu filho mais próximo das suas raízes (sempre que haja condições), permitindo que a criança nasça em casa.

O trabalho de Fernando Celi — como ele mesmo assinala — é determinar quando uma mãe pode dar à luz por parto natural, assegurar que tudo esteja previsto para um parto com essas características e fazer com que não haja qualquer “experiência” obstétrica. As possíveis críticas dos ginecologistas e obstetras para com este tipo de parto, Celi responde que “o médico não está acostumado a isto e simplesmente rejeita o método porque não vê necessidade dele”.

Quanto ao trabalho dos obstetras e ginecologistas, Celi declara “que ele é bom, porque a mortalidade nos partos tem diminuído e mau, porque não individualizam os casos, caindo numa massificação onde todos rece-



bem o mesmo tipo de tratamento”.

Experiências diferentes

Sergio Barria e Varinia Squella tiveram a sua filha em Agosto último por parto natural. A criança nasceu depois de dois dias de trabalho de parto, sem qualquer tipo de complicação.

Diferente é o caso de uma jovem mãe que não deseja ser identificada, mas cujo caso podemos assegurar a veracidade. Ela queria ter o seu filho por parto natural porque “sempre me interessei por um método

menos mecânico”. Porém, após 31 horas de trabalho de parto, precisou de ser internada numa clínica para uma cesárea urgente.

O curso feito com a “ajudante de parto natural”, é definido por esta jovem como “uma lavagem cerebral onde se dizia não à cesárea, se acusava todos os médicos que estão contra o parto natural de maus profissionais e se assegurava de que tudo iria correr bem”.

Esta jovem considera irresponsável a atitude de María Alarcón e do médico que a atendeu (não foi o dr. Celi), pois apesar de ter rompido a bolsa de águas após 15 horas de trabalho de parto, insistiram em não a levar para uma clínica. Esperou mais 16 horas e contra a vontade desses profissionais foi levada para a clínica onde foi submetida a uma cesareana. Foi o dr. Fernando Celi quem a recebeu e fez a cesárea. Segundo ele, se tivessem aplicado *pitosín* (um dilatador), “a criança teria nascido imediatamente”. A entrevistada disse que Celi “é muito consciencioso porque quando é absolutamente necessário utiliza medicamentos, não recusa a cesárea, nem o *pitosín*, ou a episiotomia”.

Oscar Valenzuela

Claro, pode querer comprar mais moderno, mais funcional ou mais desportivo.
Um jeep, uma carrinha, mesmo o seu carro rallye...
Para o ajudar a encontrar o seu carro criamos



E garantimos:

- Uma vastíssima gama de marcas e modelos (mais de 700) com volante à esquerda ou direita.
- Preços finais sem surpresas (os mais baratos da Europa) e sem quaisquer taxas.
- Prazos de entrega rápidos e fixos.
- Todos os acessórios: ar condicionado, tropicalização, car hi-fi, equipamento desportivo e personalizado.
- Serviço após-venda de peças e acessórios.
- Encarregamo-nos de todas as formalidades de exportação e do transporte ao destino da sua escolha.



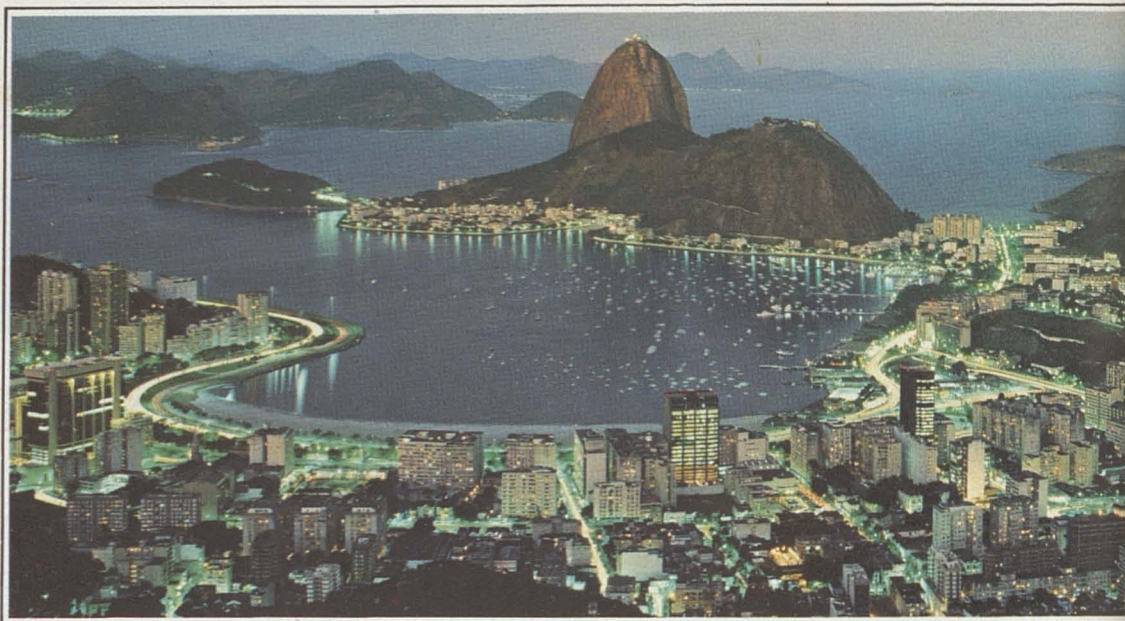
Se vier buscar o seu carro pessoalmente, temos o prazer de lhe reservar hotel e de o orientar, para uma estadia agradável. Resumindo: ofereceremos o serviço pessoal que precisa.

Contacte-nos para receber o nosso catálogo e condições de venda e igualmente para ofertas especiais e carros usados.

FRANCEA
INTERNATIONAL

Boite postale 143
Avenue Belle Vue 120
B - 1410 Waterloo
BELGICA
Tel. Int. + 322-354 58 43
Telex 64949 B

O Rio de Janeiro é muito mais que um cartão postal do Brasil.



O Estado do Rio de Janeiro não é só feito de belezas naturais. É, acima de tudo, uma grande oficina de trabalho. Por isso, somos o segundo pólo de desenvolvimento e o maior centro financeiro do Brasil.

Nossas empresas produzem, em escala de exportação, alimentos e bebidas, peles e manufaturas de couro, papel, produtos químicos, plásticos e têxteis, borracha natural e sintética, aparelhos elétricos, produtos metalúrgicos e muito mais. E, além de concentrar o maior número de empresas de consultoria de engenharia, o Rio de Janeiro tem o principal aeroporto e o segundo maior porto do Brasil.

O BD-Rio, como agência financeira de fomento, tem a função de trabalhar pelo desenvolvimento do Estado. Por isso, o BD-Rio deseja ser o laço entre nossas empresas exportadoras e os importadores em potencial de nossos produtos. Laço que há de unir povos amigos. Use o BD-Rio para fazer contatos com as empresas do Rio de Janeiro. O BD-Rio terá sempre a solução adequada para a sua expectativa.

GOVERNO DO
ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
- BRASIL

ABRINDO NOVOS CAMINHOS

BD-Rio

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

Praia do Flamengo, 200 - 23º, 24º e 25º andares

Rio de Janeiro - Brasil - CEP.22210

Tel.: 205.5152 (PABX) - Telex (021) 22318

Filiado à Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento - ABDE

Notas de Ciência e Tecnologia

CUBA EXPERIMENTA CHUVAS ARTIFICIAIS

Cientistas e meteorologistas cubanos e soviéticos estão a levar a cabo experiências nas regiões central e oriental de Cuba, principalmente na província de Camaguey, a 600 quilómetros de Havana, com o objectivo de provocar chuvas artificiais. O projecto, que faz parte de um convénio assinado entre os governos dos dois países, tem como meta o estudo das possibilidades técnicas e científicas para modificar artificialmente as nuvens naquelas áreas e regular, assim, o regime de chuvas.



Segundo o semanário cubano, *Granma Internacional*, que divulgou o trabalho, têm sido utilizados dois aviões: um AN-26 e um IL-14, este último transformado em laboratório. A etapa preparatória de análise meteorológica das regiões foi iniciada em 1978, com o exame das suas características físico-geográficas.

O trabalho abrange uma área tropical altamente complexa e poucas vezes estudada. O físico cubano, Mario Valdes, informou que Camaguey foi escolhida para a experiência por razões de ordem social e económica. A região é um centro de importantes actividades agrícolas e de pecuária, mas possui uma baixa média de precipitação pluvial.

CHILE: PESTICIDAS ENVENENAM CAMPONESES

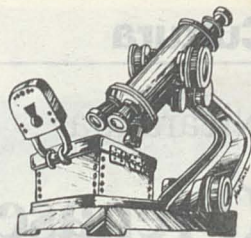
O uso indiscriminado de pesticidas e o consequente envenenamento de camponeses que trabalham nas plantações de fruta no Vale Aconcagua, a 80 quilómetros de Santiago, foram denunciados por dirigentes de organizações sindicais chilenas. Os primeiros sintomas da intoxicação são: dor de cabeça e tonturas, agravadas, depois, por instabilidade emocional, vômitos e desmaios.

O engenheiro-agrônomo Alfonso Navarro confirma a veracidade das denúncias e declara que todos os pesticidas são venenosos e tóxicos, podendo causar problemas de coração, pulmão, visão, pele, audição, respiratórios e digestivos. Em casos mais graves pode causar o cancro e a esterilidade masculina e feminina.

A meta dos exportadores chilenos é comercializar cerca de 60 milhões de caixas de fruta, superando em sete milhões o total do ano passado, que rendeu ao país 360 milhões de dólares. Uma das reivindicações dos camponeses é que as suas vidas mereçam, dos exportadores, o mesmo cuidado dispensado à fruta.

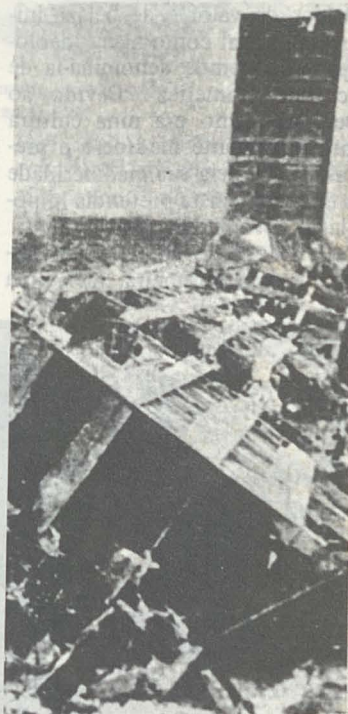
MÉXICO: ESTUDOS EXAMINAM RISCOS SÍSMICOS

Com o auxílio da telemetria Laser, a marinha do México realizará, até Julho, estudos que determinarão, com bastante exactidão, os riscos sísmicos nos estados de Colima, Guerrero e Oaxaca, na costa do Pacífico. O primeiro estudo é um levantamento geofísico da costa oeste do país, para a elaboração de 51 cartas com o objectivo de determinar a potencialidade dos recursos



minerais e energéticos do fundo do mar.

O segundo estudo, de refração sísmica profunda, também na costa oeste do país, tem por finalidade contribuir para um melhor conhecimento dos movimentos sísmicos que se registam



na costa do Pacífico. Participam no trabalho geólogos, geógrafos, biólogos, cientistas e técnicos mexicanos e estrangeiros, que trabalham a bordo de navios da marinha mexicana.

Nicarágua

O renascimento da criatividade

Talvez seja no campo da criação popular onde mais claramente se pode observar o carácter humanista e pluralista da revolução sandinista, conduzida por artistas e poetas

“Durante a ditadura existiam no nosso país dois tipos de cultura: a primeira baseava-se em juízos de valor e de beleza importados, tal como a sua ideologia, e podemos denominá-la de ‘cultura mimética’. Devido ao seu servilismo era uma cultura profundamente medíocre e precisamente pela sua mediocridade a elite somozista pretendia impô-la ao povo da Nicarágua.

“Por outro lado e contrastando com a primeira, havia uma

cultura autêntica e criadora: a cultura popular, que durante a época colonial e particularmente sob o domínio de Somoza, se opôs com tenacidade às imposições oficiais e resistiu à repressão. Essa resistência explica o importante papel desempenhado pela cultura nos últimos anos de luta. Com a vitória de 1979, a cultura popular teve o seu valor reconhecido. Posso afirmar que esta atmosfera e esta nova atitude perante a cultura do povo são res-

ponsáveis pela explosão de criatividade dos últimos anos”.

Estes foram os comentários da poetisa Rosario Murillo¹, secretária da Associação dos Trabalhadores da Cultura da Nicarágua, quando lhe pedimos a sua opinião sobre a cultura e a arte na Nicarágua revolucionária.

Desde 1979 que ocorre na Nicarágua uma espécie de renascimento cultural, apesar dos permanentes obstáculos impostos pela guerra dos “contras”, a ponto de constituir-se numa das mais importantes conquistas da revolução nicaraguense. É provável que nenhum outro aspecto deste processo revolucionário mostre tão claramente o seu carácter popular e as suas fortes raízes, derrubando o argumento de Reagan sobre o “perigo totalitário” que se abate sobre a Nicarágua. Curiosamente, este renascimento cultural é um dos fenómenos menos conhecidos fora das fronteiras do país.

Este renascer de criatividade não está restrito às paredes dos museus, teatros e salas de concerto. Na verdade, o maior museu de arte do país — instalado de maneira inovadora, por falta de um espaço mais adequado, nas ruínas do Grande Hotel, destruído pelo terremoto que assolou Manágua — praticamente não tem paredes. Os nicaraguenses chamam a este fenómeno “insurreição cultural” que está, literalmente, em toda a parte. As Oficinas de Poesia, espalhadas por todo o país, talvez constituam o programa de pesquisa de valores literários autóctones mais ambicioso criado até hoje. Milhares de pessoas — muitas das quais mal sabem ler e escrever —



Margaret Randall

Centenas de “companhias” levam o teatro às ruas das cidades e às aldeias encravadas nas zonas de guerra

¹ Rosario Murillo é casada com o presidente Daniel Ortega.

estão integradas nas oficinas nos bairros pobres, nas cooperativas rurais e nos quartéis da polícia e das forças armadas. Muitas dessas pessoas já tiveram as suas obras publicadas em edições regionais ou nacionais. Um dos órgãos mais importantes de incentivo a este trabalho é a revista *Poesia Libre*, editada pelo Ministério da Cultura, que divulga a produção dos novos poetas trabalhadores, ao lado dos mais famosos escritores do mundo.

A rede nacional de Centros Populares de Cultura oferece cursos de dança, pintura e cerâmica em quase todas as cidades e vilas da zona rural. Nas regiões mais isoladas, os centros culturais chegam até às pessoas através de brigadas de cultura, integradas por artistas amadores que permanecem junto dos camponeses por alguns dias, onde mostram a sua arte e, quando possível, aplicam projectos culturais passíveis de ter continuidade depois da sua partida.

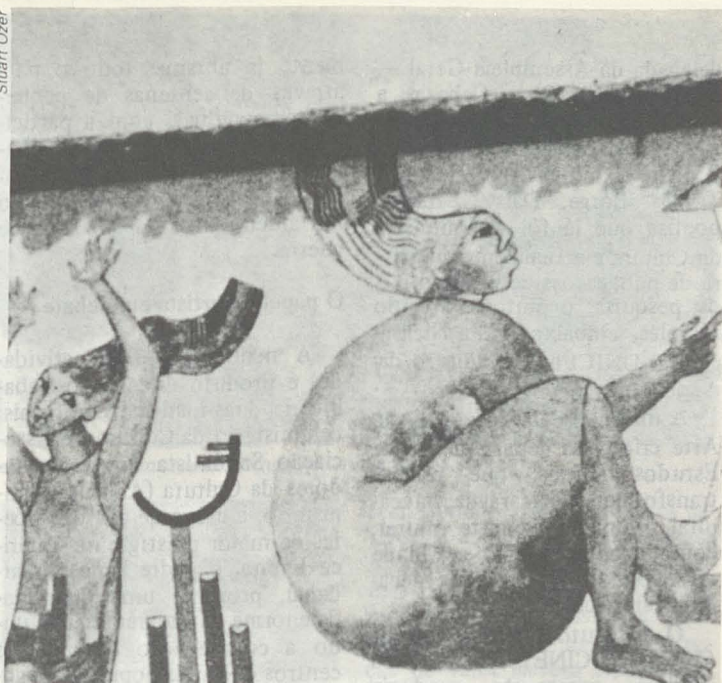
A arte mural

Com o acompanhamento de artistas de projecção internacional, particularmente do México e da Itália, o movimento muralista tem transformado gradualmente as cidades nicaraguenses em galerias multicoloridas ao ar livre.

Da mesma forma que a revolução cubana possibilitou o ressurgimento da cultura negra, a Nicarágua atribui particular importância à recuperação das tradições folclóricas da costa atlântica, vítima especial do desprezo por tudo aquilo que não fosse cultura branca, atitude surgida durante os últimos 15 anos de dominação norte-americana.

Ao recuperar os valores tradicionais, a interacção entre cultura e revolução influenciou profunda e naturalmente a produção dos artistas. Esta influência recíproca, dialéctica, é praticamente inevitável num país que

Stuart Ozer



O movimento muralista tem transformado gradualmente as cidades da Nicarágua em galerias multicoloridas ao ar livre

atravessa profundas mudanças sociais, mobilizado para uma acção militar de alcance nacional com a finalidade de assegurar a própria sobrevivência. Mas, ao mesmo tempo que se divulga amplamente a nova arte, certos debates recentemente publicados na imprensa nicaraguense, sugerem aos trabalhadores da cultura com liderança nacional, que se esforcem por alcançar, através da sua produção cultural, uma dimensão que contribua para a reflexão crítica, em nada semelhante à monótona passividade de quem tem todas as respostas.

Esta tendência é particularmente evidente no movimento teatral que, por meio de peças montadas pelos principais grupos do país, tenta abordar os problemas específicos e as contradições da nova sociedade emergente.

Uma das obras a que assistimos em Matagalpa, por exemplo, abordava abertamente a questão do machismo, mostrando a contradição do homem que,

em público, apoia activamente a revolução mas que em casa abusa fisicamente da mulher. A peça termina sem que a contradição se resolva e, talvez por isso mesmo, seja maior o seu impacto na plateia. Como disse Alan Bolt, o mais ilustre dramaturgo e director teatral da Nicarágua e director da Oficina Nacional de Teatro, "o nosso teatro é um teatro de perguntas e não de respostas".

Liberdade de expressão

Existe no país, desde 1979, uma ampla liberdade de expressão em relação à forma e ao conteúdo, para que o artista manifeste a sua visão criativa. Muitos observadores atribuem este facto à importante presença de artistas e escritores no governo e na direcção da Frente Sandinista de Libertação Nacional, entre os quais o padre Ernesto Cardenal, o presidente Daniel Ortega, o vice-presidente Sergio Ramírez, Rosario Murillo — que é também

delegada da Assembleia Geral —, o comandante Omar Cabezas, a poetisa Gioconda Belli, encarregada do sector de propaganda na FSLN, o ministro do Interior Tomás Borge, Daisy Zamora, poetisa que já foi vice-ministra da Cultura e actualmente directora de publicações de um instituto de pesquisa, o pintor Armando Morales, embaixador da Nicarágua na UNICEF e o ministro da Agricultura, Jaime Wheelock.

A nova Escola Nacional de Arte criou um departamento de Estudos Murais, que poderá transformar a Nicarágua na capital mundial da arte mural, como aconteceu com a Cidade do México nas primeiras décadas deste século.

O Instituto Nicaraguense de Cinema (INCINE), apesar do seu modesto orçamento, produziu um grande número de filmes e documentários que foram premiados em vários lugares do mundo. A primeira longa-metragem do país, "Alcino y el Cóndor", foi aclamado no mundo inteiro, recebendo inclusive uma indicação para o Oscar, em 1983.

Um dos projectos especiais do INCINE é o "cinema móvel", composto de uma frota de camiões equipados com geradores próprios, transportando projectores até às mais remotas regiões, onde nem a televisão nem o teatro conseguiram ainda chegar.

Para responder à crescente procura de material de leitura, procura essa gerada pelo programa nacional de educação para adultos, apareceram diversas editoras. Algumas delas dependem de sindicatos e de centros culturais, além da editora estatal *Nueva Nicaragua*, responsável pela edição de dezenas de livros de poesia e ficção internacionais nos últimos seis anos.

Entre os sectores com um desenvolvimento mais surpreendente figura o teatro, que actual-

mente já abrange todo o país através de centenas de pequenas companhias, com a participação de milhares de trabalhadores e camponeses, representando nas praças e ruas, mesmo nas aldeias situadas em zona de guerra.

O papel do artista em debate

A maior parte das actividades é produto directo do trabalho de duas instituições oficiais: o Ministério da Cultura e a Associação Sandinista dos Trabalhadores da Cultura (ASTC). O ministério, a cargo de um dos poetas de maior prestígio na América Latina, o padre Ernesto Cardenal, promove uma quantidade enorme de programas, incluindo a coordenação da rede de centros culturais populares, a administração das escolas de música e dança, do sistema itinerário de livrarias e da promoção de artesãos de todo o país, grupo profissional que constitui cerca de 15% da força de trabalho da Nicarágua.

A Associação Sandinista dos Trabalhadores da Cultura, por sua vez, funciona como uma organização que congrega vários grupos profissionais, como escritores, artistas de circo e fotógrafos. Ao defender os interesses destes trabalhadores da cultura, a ASTC pretende definir o papel dos artistas profissionais numa sociedade revolucionária através de estudos, apresentações e pela acção directa. Dando continuidade à rica tradição dos artistas-militantes da Nicarágua, mais de 100 brigadas culturais da ASTC passaram longas temporadas nos campos de batalha, enfrentando o fogo inimigo para poder dividir o seu talento com os combatentes.

Aquilo a que os nicaraguenses chamam "democratização da cultura" tem dois componentes essenciais relacionados entre si.

O primeiro é um esforço para massificar a cultura e para colocar o prazer da arte ao alcance de todos, sejam habitantes das cidades ou do campo, ricos ou pobres. A campanha de alfabetização de 1980, que pôs a ler e a escrever milhares de pessoas, foi indispensável para atingir o nível actual deste esforço. Em segundo lugar está a afirmação das raízes e da criatividade com origem nas tradições nicaraguenses, relacionadas com a expressão cultural indígena, festas religiosas, artes populares, música e dança folclórica e pintura "primitiva".

As atitudes pluralistas estão arraigadas na própria origem da FSLN como organização marxista-independente, que rompeu conscientemente com as tradições estalinistas, não se podendo dizer que tenha sido influenciada pela revolução cubana, mas pelo pensamento de Gramsci e da "nova esquerda".

Repudiar o realismo socialista

Os debates entre artistas sobre a questão do "realismo socialista" têm sido públicos. Uma vasta correspondência e diálogos sobre o tema ocupou, em 1982, as páginas da *Barricada* e do *Nuevo Diario* durante mais de três meses. Um pequeno grupo de artistas criticava aquilo que chamava de "esteticismo", reivindicando uma arte que reflectisse os "interesses do proletariado", enquanto um número muito superior de trabalhadores da cultura, também favoráveis ao processo revolucionário, defendia a posição de deixar ao artista a alternativa de explorar livremente os assuntos que lhe parecessem convenientes, sem imposição de temas puramente políticos. A FSLN interveio no debate a favor desta última corrente, tendo sido inclusive publicado um editorial sobre o assunto.



A rede de Centros de Cultura oferece cursos de dança, pintura e cerâmica em quase toda a área rural

to no órgão oficial do partido, o jornal *Barricada*.

Apesar de não existirem limites legais, a guerra promovida pelos "contras" encarregou-se de definir os limites reais da liberdade de expressão dos artistas nicaraguenses. Centenas de trabalhadores da cultura estão dedicados aos serviços de defesa e os recursos materiais são destinados à guerra, deixando desprovida a criação cultural e reduzindo significativamente os programas vigentes. O moderno e amplo teatro Rubén Dario, de Manágua, por exemplo, permaneceu encerrado durante mais de dois anos por falta de verbas para reparar o ar condicionado.

Julio Valle Castillo, um poeta que dirige a secção de literatura do Ministério da Cultura, contou-me que delegados de todas as secções culturais do país chegam semanalmente a Manágua reivindicando modestas ajudas para materiais, como cordas para violão, fitas para gravadores ou tubos de tinta de óleo.

"A nossa situação é difícil", diz Roberto Marengo, director do Centro Cultural de Masaya e Masatepe, manifestando assim a frustração sentida por muitos dos promotores culturais que trabalham com as bases. "Temos pouco pessoal e pouca infraestrutura. O nosso governo tem



consciência que a interrupção da vida normal deixa as pessoas frustradas e deprimidas. O nosso trabalho cultural pode ajudar a controlar esses sentimentos, não só de um ponto de vista político e educativo como ainda de uma perspectiva emocional. Ao mesmo tempo que aumentam as reivindicações populares de material cultural, os cortes de verbas impostos pela guerra são cada vez maiores. O nosso trabalho está seriamente limitado. Este é um problema que a solidariedade material de artistas de outros países pode ajudar a superar."

O medo de uma invasão norte-americana fez com que o governo nicaraguense destinasse

altas somas de dinheiro para catalogar e proteger em abrigos subterrâneos as obras de arte mais valiosas do país: pinturas, esculturas, manuscritos e cerâmicas. Assim, milhares de peças de valor devem ficar a salvo da possibilidade de destruição, em vez de permanecerem expostas para que o povo as aprecie em paz. Da mesma forma que o renascimento cultural constitui uma das mais belas vitórias da revolução sandinista, o triste facto de que ela seja obrigada a esconder obras de arte é uma manifestação clara da injustiça e da irracionalidade da política agressiva dos EUA.

Rosario Murillo ofereceu-me este belo pensamento durante a nossa entrevista: "se a guerra chegar, quantas centenas de jovens dos EUA morrerão? Quantas vidas nicaraguenses vamos perder? Que parte do nosso meio-ambiente será destruída? Quantos quadros nunca serão pintados, quantos poemas nunca serão escritos, quantas canções nunca serão cantadas? Desejamos ser uma terra de criatividade e alegria e não um lugar fechado, parado pela guerra e pela morte".

Kent Johnson, norte-americano, participou na campanha de alfabetização na Nicarágua, de 1980 a 1983.

Bispo denuncia acção dos EUA na Nicarágua

“A Nicarágua está em guerra há mais de 4 anos: uma guerra de agressão, financiada e dirigida pela administração Reagan. Muitos grupos pacifistas norte-americanos têm-na denunciado publicamente. Dizer que se trata de uma ‘guerra civil’ é ignorância grosseira ou complacência. Assessoras militares, armas, equipamentos, dinheiro e publicidade da contra-revolução são norte-americanos”.

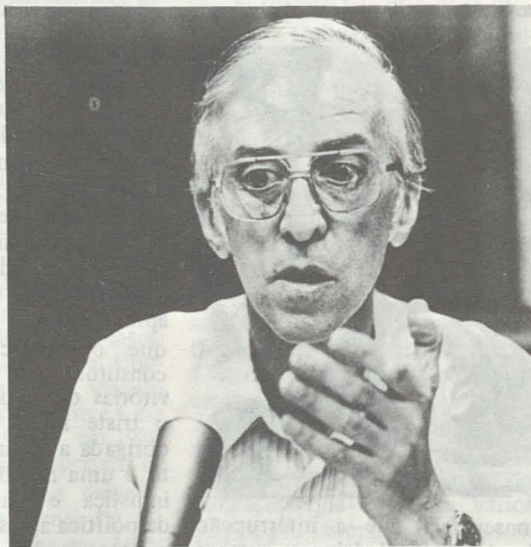
A afirmação é do bispo de São Félix do Araguaia, Mato Grosso, Brasil, dom Pedro Casaldáliga ao regressar ao seu

Don Casaldáliga:
“O sangue dos
nossos irmãos
centro-americanos
deve cair nos
nossos corações”

país após uma viagem pela América Central. Na ocasião, dom Casaldáliga deu uma entrevista que não foi divulgada. Foi então que resolveu, em Janeiro passado, entregar uma carta “a quantos (irmãos bispos, entidades e amigos) me acompanharam publicamente com a sua solidariedade na minha viagem à Nicarágua”.

“Envio também esta carta a outros irmãos que estão interessados nesta causa comum da América Central: os seus povos e as suas igrejas. Por esses povos, por essas igrejas, passa o futuro próximo dos nossos povos e igrejas”. Para dom Pedro Casaldá-

ga, “essa guerra significa um profundo desgaste para a nação nicaraguense. Não é preciso chegar à invasão aberta. A Nicarágua já está a ser ‘invadida’ pela agressão militar, pelo terrorismo sistemático, pelo bloqueio económico, pela contra-informação e pela manipulação religiosa”.



“Do seu orçamento, 40% devem ser empregados na defesa directa. Os jovens vivem mobilizados; a produção cai; o processo de alfabetização (que reduziu o analfabetismo de 65% para 12%) está afectado; faltam produtos e há carestia. Nas montanhas e nas fronteiras vive-se frequentemente sob um clima de terror. Os camponeses trabalham de dia e vigiam de noite”.

Segundo o bispo “a manipulação da religião (os nomes de Deus, do papa e de Reagan são invocados pelos contra-revolucionários como um só nome de guerra) e a divisão interna da igreja são outro drama na Nica-

rágua actual. As comunidades da cidade e do campo e os seus agentes pastorais agradeceram comovidamente a minha presença e a solidariedade humana e eclesial do Brasil. Nunca me senti tão brasileiro. Eu era ‘o bispo do Brasil’”.

Noutra passagem da sua carta, dom Pedro Casaldáliga afirma que “falar em perseguição religiosa na Nicarágua é uma coisa demasiado grosseira. Houve erros concretos, como por exemplo na expulsão de alguns sacerdotes. Os próprios dirigentes sandinistas reconhecem isso. Mas os erros são muito menos do que noutros países, que todos nós consideramos como ‘democráticos’ ou como ‘democrata-cristãos’. Ninguém é incomodado por causa da sua fé. As celebrações religiosas ostensivas, com inegável carácter anti-sandinista, repetem-se diariamente”.

“Os sequestros de homens, mulheres e crianças — sobretudo de animadores das comunidades cristãs e de responsáveis pela educação e pelas organizações populares — são factos comuns no dia a dia. As mortes mais brutais, as torturas e mutilações, as violações, a destruição de plantações, casas, escolas, cooperativas... fazem sofrer todo o povo. Em poucos meses, quase 400 escolas fecharam. Calcula-se que o número de nicaraguenses mortos, vítimas de toda esta agressão, chegue a 12 mil. Os contra-revolucionários (ex-guardas somozistas e seus parentes, mercenários, camponeses sequestrados) normalmente actuam drogados”.

No final da sua carta, dom Pedro Casaldáliga pede a todos “uma efectiva solidariedade com a Nicarágua e com a América Central. Devemos romper o bloqueio da mentira e do silêncio. Que corra a denúncia, que corra o anúncio: o sangue pobre generoso dos nossos irmãos centro-americanos deve cair nos nossos corações”.

A mulher e a literatura argelina

A religião, as tradições, o papel da mulher, a batalha pela identidade cultural são alguns dos temas abordados pelas novas gerações de escritores e poetas argelinos

Vinte e quatro anos após a independência, é curioso recordar o percurso da literatura argelina, desde o período da resistência, passando pela euforia da libertação até um certo desencanto dos poetas de hoje.

Como em todas as literaturas, o escritor é um indivíduo atento e rebelde por natureza. Está na vida. Participa. Não é apenas espectador, mas agente do progresso. Assim, ele passou pelo "maquis" e lutou com armas ou com letras. É a época de Mohamed Dib, de Malek Haddad, Abb El Hamid Ben Haddouka, Salih Kharafi. A obra destes escritores revela-nos a tomada de consciência de um povo em toda a sua maturidade, lutando para expulsar o colonizador e afirmar aquilo que de mais precioso tem, a dignidade.

Em romances como *L'élève et la leçon* (1960) de Malek Haddad, a mulher está presente, quer lutando ao lado do homem, quer impondo a sua própria libertação, como mulher.

Em *Le quai aux fleurs ne répond plus* (1962) do mesmo autor, ela é vítima da sociedade a que pertence e da guerra. É um pássaro que não aprendeu a voar e, por isso, não conseguiu dar os passos certos na altura em que pretendeu, pela primeira vez, fazê-lo. Liga-se, por uma relação amorosa, a um oficial francês a quem passa informações, crime

que paga com a vida, punida pelo próprio irmão. Final trágico, onde o ajuste de contas merecia que se reflectisse sobre as causas da alienação desta mulher, morrendo em plena idade das rosas, sem ter podido assistir ao renascimento da Argélia.

A problemática-mulher é, contudo, mais evidente em duas escritoras que conseguiram rasgar o véu, sobrepondo-se à autoridade de *magister dixit* masculina, pelo

seu próprio valor e talento.

Assia Djebar, com o romance *Les enfants du nouveau monde*, reporta-se a 1956, durante a guerra. O mesmo tema, ora da alienação da mulher que serve de indicadora à polícia e que é depois morta implacavelmente pelo irmão, ora da profunda consciência revolucionária, em que uma mulher é obrigada a mentir ao marido polícia para salvar os seus irmãos argelinos, ou da mulher que, perante a prisão e o espectro da tortura resiste heroicamente, por amor à pátria ou por amor ao homem.

Assia Djebar não é apenas uma romancista, mas é, contra tudo e contra todos, uma realizadora de cinema no seu país. Ela própria o disse: "fazer um filme quando se é mulher argelina e romancista de expressão francesa é, em primeiro lugar, desafiar, depois, resolver um grande número de contradições



Através do seu talento, a mulher faz-se presente na literatura argelina

das quais a mais importante é a língua. É quebrar o círculo infernal no qual se encontram encerrados os escritores argelinos de expressão francesa”.

É dela o filme *La nouba des femmes du Mont de Chénoua*, isto é, “A vida quotidiana das mulheres do Monte de Chénoua”, a partir de uma recolha dos testemunhos de mulheres falando do trabalho, dos filhos, dos maridos que tinham morrido no “maquis”, durante a guerra. A realizadora procurou ir às raízes através da memória das mulheres mais velhas que se lembravam de histórias desde o tempo da insurreição abortada de 1871.

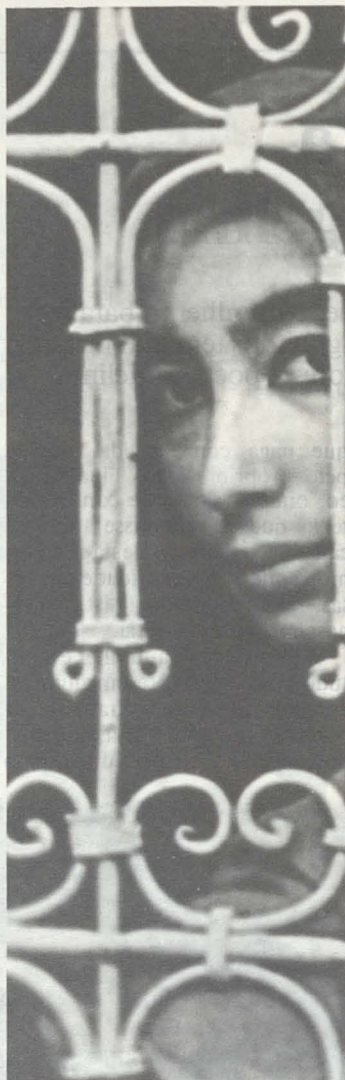
É interessante que esse filme que revela o comportamento da sociedade perante a mulher desde os fins do século XIX até aos nossos dias, dá uma panorâmica social que, infelizmente, através dos tempos, pouco ou nada mudou.

O fanatismo religioso, em nome da unidade islâmica, como fortalecimento do poder árabe será talvez um dos factores mais responsáveis pelo conservadorismo das leis familiares.

Assim, continua ainda hoje a família a ser regida por regras ancestrais, em que os filhos são casados segundo a vontade dos pais ou dos irmãos mais velhos, o que traz, com toda a certeza, perturbações graves na felicidade do povo argelino. Se, por um lado, a mulher vive reduzida a um papel de reprodutora e de guardiã de e no casulo, o jovem sente-se também oprimido principalmente quando posto em contacto com outras civilizações.

Aliás, a propósito deste tema, o livro de Aicha Lemsine, *A crisálida*, publicado em Paris, em 1976, pelas *Éditions des Femmes* e em Lisboa, em 1978, pela *Livraria Bertrand*, é bastante elucidativo.

Trata-se de um romance feminista, cujo título significa “ninfa das borboletas”. Aí se compara a mulher argelina a uma borboleta



que servia apenas para adoçar o lar e a sua vida girava à volta do pai e depois do marido que dela podia dispôr, repudiando-a ou impondo-lhe a presença de outras mulheres, impedindo-lhe o acesso ao mundo exterior, confinando-a ao universo fechado da casa em que os nascimentos, os casamentos e as mortes eram as únicas variantes de uma vida pausada por normas seculares. A acção do romance situa-se no final da guerra e nos primeiros passos da vitória. “Mas as coisas iam mudar”, diz o texto. “A revolu-

ção enfeitava-se com outras palavras, outros adornos. O Islão reencontrava o seu reino e todo o país o sentia”.

É evidente que com a independência muitas coisas mudaram, principalmente nos últimos anos, mas não tanto como seria desejável para o progresso e modernidade da Argélia. Para isso não basta a explosão escolar. É necessária também a revolução cultural. Nesse sentido, surge o Movimento de Libertação da Mulher, entre as intelectuais e estudantes universitárias, com a adesão de alguns círculos intelectuais. Por outro lado, há uma juventude de raparigas e rapazes (estes acabam também por ser vítimas) a tentar modificar os ventos da Argélia.

Esta esperança e determinação são confirmadas pelos poetas dos anos 80.

Alguns dos títulos das obras são sintomáticos da sua intenção crítica e desejo de desconstrução, como *Entre la dent et la mémoire* de Djamel Amrani e *Poèmes à coup de poing et à coup de pied* de Abderrahmane Lounès. São publicados em Argel em 1981 pela SNED numa interessante colecção de poesia a que se juntam outros nomes, outros títulos: *Colporteur* de Amine, *Pieds nus au bord de l'eau* de Hamida Chellali, *Soligram II* de Mohamed Daoui, *L'Hadj*, *Saison des pluies* de Abdelkrim Saighi e *Quelque part un regard* de Abrous Toudert.

Hamida Chellali, a única mulher deste grupo, exprime-se deste modo:

“Ela sabia/desde a infância/ que os seus olhos/não podiam erguer-se acima dos dos homens/ Mas um dia/quebrando o interdito/ousou/fixar o pai/ que a esbofeteava/Ela sabia-se fraca/e que não podia/fazer face/àquele que a dominava/ Mas um dia/ousou/e de pé/afrontou/o homem/que a espezinhava.”
(In *Pieds nus au bord de l'eau*)

E define o seu sonho nestes versos:

"Eu sei/que um dia/em algum lado/uma criança indócil/ar-mada de pedras/e de amor/in-ventará/o nosso sonho social".
(in *Ibidem*)

Abderrahmane Lounès, um dos poetas mais jovens (nascido em 1952) e talvez um dos mais importantes desta geração, trata das aspirações profundas e do desajustamento com uma sociedade que não lhe interessa, através duma escrita onde a ironia lhe permite optar e desconstruir. Ele próprio diz que são as suas opções que justificam o desejo ardente de "despir a linguagem para exprimir o inexprimível".

Vejamos alguns passos dum longo poema a que intitula: "Não!".

"Não aos aplausos/arrancados à força/(...) Não às raparigas que entregam/o corpo às leis da oferta/e da procura/Não/ aos complots/às maquinações/ às divisões/às subtracções/ Não/ aos slogans e aos quadros ambulantes/Não aos que separam/a mãe do filho/a filha do namorado/Não/ aos acasalamientos hediondos/ aos militantes dos partidos duvidosos/ aos comerciantes da revolução/Não/ às raparigas vendidas como gado/ às crianças abandonadas/não escolarizadas/ às mãos estendidas/ às promessas não cumpridas/(...) Insisto em pensar/que para ver/ uma Argélia Socialista/no futuro/não se deve ter medo/de sair à rua/de exterminar o colonialismo/que tem por nome:/REACÇÃO".

É um poema que naturalmente se relaciona com a crise na Argélia de que tanto se fala, que não é apenas económica, mas, sobretudo, de valores. Nele o poeta lembra, por várias vezes, a situação da mulher.



Fanatismo religioso e leis familiares conservadoras: causa e efeito

A sua amarga ironia, leva-o a escrever poesias onde lamenta a mediocridade da vida que, no fundo se liga ao atraso dos costumes:

"Terceiro Poema"

"Ele levou uma terceira-vida/ conheceu uma terceira-juventude/viveu um terceiro-amor/ agarrou-se a uma terceira-esperança/morreu numa terceira-manhã./Teve direito a um caixão de terceira".

À ironia, sobrepõe-se, porém, na maioria dos poetas, o amor cantado livremente. É o caso de Amine no seu belo livro *Colporteur*, onde o verdadeiro amor não é o sonhado ou o imaginado mas o vivido. É essa a grande mensagem da obra em consonância com as mais justas aspirações de uma juventude que quer construir a felicidade no país que ama, mas para isso precisa de optar e de amar livremente, consciência essa que leva o poeta Abdelkrim Saighi a exclaimar, no seu livro *Saison des Pluies*:

"Amour/Je te vis/O ma vie/Et depois/je vis".

E voltando a Abderrahmane Lounès, esta questão do amor, que se liga afinal ao conceito de mulher, é nele consciencializada em termos sociais e políticos:

"O nosso amor não liga/às más línguas/O nosso amor recusa o assassinato da esperança o exílio do sol/O nosso amor põe as questões do futuro/O nosso amor uma legislação em instância/O nosso amor/Toda uma juventude frustrada-dilacerada/UMA REVOLUÇÃO PERMANENTE".

Com esta juventude, a Argélia dos grandes gestos que se impôs aos homens, afirmando a sua identidade e a firme decisão de ser livre, vai com certeza encontrar a via para a modernidade social sem ter, contudo, de abdicar dos seus credos. A mocidade saberá descobrir o caminho. ●

Elsa Rodrigues dos Santos

Notas de Cultura

LÍNGUA INDÍGENA SERVE COMO CÓDIGO PARA TRADUÇÃO ELECTRÔNICA

Os dois milhões de índios aymaras que vivem nas margens do Lago Titicaca, nos Andes bolivianos e peruanos, jamais poderiam imaginar que a sua língua acabasse por ter uma importância mundial no campo da informática. Hoje, o aymara é usado como linguagem-código num dos poucos casos bem-sucedidos em que foi possível fazer traduções electrónicas através de computador.



O Banco Internacional de Desenvolvimento, em Washington, e a Administração do Canal do Panamá adoptaram o chamado "Programa Atamiri" — que em aymara significa "tradutor" — através do qual línguas como o inglês, o espanhol, o português e o francês podem ser traduzidas automaticamente, usando como "ponte" o aymara.

O "Programa Atamiri" foi desenvolvido pelo engenheiro boliviano Ivan Guzmán de Rojas. Guzmán estudou a língua dos indígenas bolivianos e chegou à conclusão de que ela era a única no mundo absolutamente lógica e com uma construção quase matemática. As frases em aymara não têm conjunções e são tão

perfeitas que raramente precisam de pontos e vírgulas. As nuances e variações de sentido das palavras são alcançadas através de uma combinação regular de sufixos.

A partir destas constatações, Guzmán usou o aymara como código para elaborar um programa de tradução computadorizada, que chega a permitir a passagem de um texto do espanhol para o inglês a uma velocidade de 36 mil palavras/hora. A grande maioria dos índios aymaras, curiosamente, não sabe ler nem escrever.

No "Programa Atamiri", o texto em inglês, por exemplo, é digitado por um computador que o traduz para o aymara, usado como linguagem na memória electrónica, e daí para qualquer outro idioma. Empresas transnacionais como a IBM, Wang e NCR têm testado o programa, que também já foi experimentado pelo jornal *The New York Times*. O mais incrível de todo este processo é que, segundo Guzmán, todas as experiências feitas até agora no exterior mostraram que o método funciona. "Mas as empresas transnacionais mostram-se muito reticentes em admitir que um engenheiro boliviano e uma língua com mais de três mil anos de existência possam ter resolvido o problema das traduções electrónicas instantâneas, superando projectos milionários ainda em curso em sofisticados laboratórios na Europa e nos Estados Unidos", afirma o autor do programa.

A "FEBRE AMARELA" DE GARCÍA MARQUES

A cor amarela da capa do último livro do escritor colombiano Gabriel García Márquez tornou-se tão comum nas principais



livrarias da Colômbia que os críticos literários passaram a classificar o novo *best seller* como uma verdadeira febre. Uma tiragem de trezentos e cinquenta mil exemplares foi colocada à venda em Dezembro, três meses antes do lançamento previsto, tendo-se esgotado rapidamente. Uma grande parte da edição acabou por ser comprada para ser posteriormente revendida clandestinamente noutros países, já que o milhão e duzentos mil exemplares impressos para todos os países de língua espanhola foram insuficientes para atender à procura.

"El Amor en los tiempos de colera" apareceu nas livrarias da Colômbia, a terra natal do prémio Nobel da literatura de 1982, quando o país ainda estava sob o choque causado pela catástrofe do vulcão Nevado del Ruiz e pelo sangrento episódio do assalto militar ao Palácio da Justiça, em Bogotá. O amor entrou inesperadamente em moda através da narrativa brilhante de García Márquez. Para muitos colombianos foi um verdadeiro bálsamo no final de um ano sofrido, conforme afirmaram vários jornalistas de Bogotá.

O livro tornou-se uma presença constante nos aeroportos, aviões, hotéis, estações de veraneio, quiosques de jornais e até em supermercados e farmácias. Nas ruas de Bogotá tornou-se comum encontrar leitores com o livro debaixo do braço discutindo

animadamente as estórias de Florentino Ariza, um dos personagens de García Marques, ou das "delícias libertinas da viuvez", um dos temas centrais de "El amor en tiempo de colera". O sétimo livro de Gabriel García Mar-

El amor en los tiempos del cólera

GABRIEL GARCÍA MARQUEZ



EDITORIAL OVEJA NEGRA

ques foi, sem dúvida, a sua obra mais esperada desde que se tornou um dos mais lidos escritores latino-americanos em todo o mundo. Acredita-se que "El amor en tiempo de colera" poderá alcançar, no total, uma tiragem de dez milhões de exemplares por pelo menos 15 traduções já previstas.

CINEMA VAI CONTAR A VIDA DE TOURÉ

A vida de Samori Touré será retratada na maior produção cinematográfica da África Negra pelo realizador senegalês Sembene Ousmane. Com seis horas de duração, dividida em três partes, a película será rodada primeiramente no Senegal, em Outubro próximo, seguindo depois a trajectória histórica de Touré na Mauritânia, Togo, Guiné, Benin, Burkina-Faso e Costa do Marfim. Touré, líder da resistência senegalesa no século XIX, é considerado em África uma "figura lendária" da luta anticolonialista.

"CASA DA ÁFRICA" É INAUGURADA EM CUBA

Foi inaugurada, em Janeiro último, em Cuba a "Casa da África". Localizada na parte histórica da Havana Velha, a "Casa da África" tem o objectivo de contribuir e aprofundar o conhecimento da cultura africana e mostrar as lutas de libertação dos povos do continente. Estiveram presentes à inauguração várias autoridades cubanas e embaixadores de países africanos.

Instalada no Museu da Cidade, a "Casa da África" tem, no primeiro andar, numa maqueta com o mapa do continente africano, doada pelo ministro das Forças Armadas Revolucionárias de Cuba, Raul Castro Ruz. Na parte superior, estão expostas peças e objectos enviados por vários chefes de Estado, etnólogos, historiadores, embaixadores e diplomatas de países africanos.

A "Casa da África" constitui uma homenagem ao pesquisador cubano Fernando Ortiz, que ali tem exposta uma parte da sua colecção afro-cubana. Na ocasião, o presidente da Câmara de Havana, Fernando Mell, lembrou que Ortiz tinha a sua obra dedicada ao estudo do continente africano e que contribuiu com o seu trabalho para a formação da nação cubana.

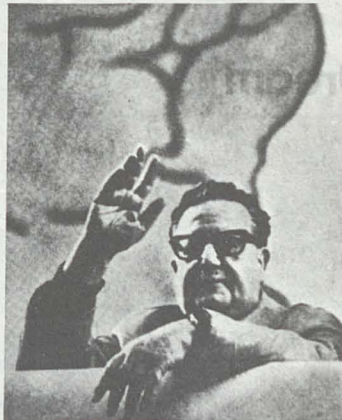
O director do museu, Eusébio Leal, pediu aos embaixadores que transmitissem aos governos dos respectivos países a certeza de que as obras doadas e as que vierem a ser enviadas "serão expostas agora e para sempre" nesta instituição.

CHILE: LIVROS SOBRE ALLENDE SÃO SUCESSO DE VENDA

Dois livros que evocam a figura do ex-presidente Salvador Allende alcançaram grandes êxi-

tos de venda, ao serem lançados, no final do ano passado, no Chile. Um deles, "Un Cuarto de Siglo con Allende", foi escrito pelo secretário particular do ex-presidente, Osvaldo Puccio, pouco antes da sua morte na República Democrática Alemã, onde viveu exilado durante oito anos.

O outro livro é do advogado Sergio Teitelboim, membro do Grupo de Estudos Constitucionais, e tem como título "Direitos Humanos e Soberania Popular". Nesta obra, o autor faz uma comparação do legado jurídico de Allende com os factos dos 12 anos de regime militar de Pinochet, "expressão de um poder fundado na força, que estabeleceu uma relação de cima para baixo e de subordinação de classes, traduzido no mais fechado e negativo factor de articulação e coesão social", segundo Teitelboim.



Puccio trabalhou com Allende durante 25 anos e, na sua obra, colocou em relevo aspectos pouco conhecidos do ex-presidente. Segundo a revista independente *Análisis*, "o íntimo, pessoal, o dia a dia de um homem que, hoje mais do que nunca, é um símbolo de uma época e, para muitos, da esperança".

INFORMAÇÃO COM MUITO CARINHO

*Quem faz da imagem e dos sons
um instrumento para a promoção
do desenvolvimento, da educação,
do progresso, da paz, da Justiça,
e do bem estar social, sabe
que carinho é fundamental
para se atingir qualidade
beleza e eficiência.*



KANEMO PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO, LDA.
TRABALHO COM MUITO CARINHO!

Filmes, audio-visuais, reportagens, fotografia
e trabalhos de produção

Av. Patrice Lumumba, n.º 577 — Maputo — Moçambique
Tel. 28615-22413 — Cx. Postal 4645



ESPECIAL/DESPORTO

Quando lucrar é mais importante do que competir

O desporto é, sem dúvida, um fenómeno cultural peculiar. Altamente populares, os grandes eventos desportivos, como as Olimpíadas e o Mundial de Futebol têm hoje um carácter global. A busca do sucesso, do reconhecimento ou da simples exibição no cenário mundial, transformou o desporto numa parte integrante do processo de desenvolvimento. Há quatro anos, no sul do Sudão, a única estrada asfaltada que existia era a que levava do aeroporto ao estádio local. Aeroporto, estrada e estádio são, todos eles, meios através dos quais a cultura supostamente moderna e avançada dos países desenvolvidos invade o Ter-

Nas vésperas de um novo Mundial de Futebol, a complexa máquina dos interesses publicitários e económicos põe-se novamente em movimento, tendo como principal cavalo de batalha a televisão. Os atletas são meros actores secundários do grande show global via satélite

ceiro Mundo. No entanto, num contexto de pobreza e privação, o desporto é certamente um luxo quando comparado às necessidades de alimentação, saúde e educação.

A actual cultura desportiva já foi condenada pelos que a consideram baseada no individualismo competitivo, na ânsia do sucesso e no desejo de vencer a qualquer custo. Dentro deste mesmo debate, há quem diga que o mundo do desporto é inerentemente capitalista, sexista e racista. Por outro lado, já se disse também que o desporto promove a cooperação e o trabalho de equipa; aumenta a compreensão entre os povos; propicia entretenimento, drama e espectáculo; intensifica no homem a auto-confiança e a consciencialização do seu próprio físico; desenvolve graça, elegância e agilidade de movimentos e, não menos importante, é factor de saúde e aptidão física. Mas a polémica não se esgota apenas nestes argumentos.

Há uma estreita ligação entre a actual popularidade do desporto e o desenvolvimento da televisão. Se os grandes eventos desportivos são hoje eventos globais, esse facto deve-se à expansão da TV e dos satélites de comunicação. A união de dois mil milhões de pessoas diante de aparelhos de TV em todo o mundo durante a Olimpíada de Moscovo de 1980 constitui um fenómeno cultural surpreendente e novo.

Neste sentido, o desporto pode ser visto como uma componente do imperialismo dos meios de comunicação, como parte da cultura transmitida ao Terceiro Mundo através da penetração e do poder económico das grandes companhias da área de informação no mundo desenvolvido, especialmente nos EUA. Por sua vez, todo o complexo modelo de imperialismo dos meios de comunicação é apenas uma parte daquilo a que se chama imperialismo cultural: a colonização através de ideias e valores, em vez de exércitos.

Imperialismo cultural e imperialismo dos meios de comunicação

A actual situação no mundo do desporto é, em grande parte, um resultado da expansão da televisão observada desde a Segunda Guerra Mundial e, em particular, do progresso tecnológico registado nos últimos 20 anos. A comunicação por satélite permitiu a transmissão de imagens captadas em directo de praticamente todo o mundo para os grandes mercados de TV dos EUA e da Europa

Orlando Brito



A presença da TV nos grandes eventos desportivos mundiais alterou a natureza das competições e o comportamento dos atletas

Ocidental. A disseminação de sistemas nacionais de TV em quase todos os países do mundo fez do hábito de assistir a programas de TV uma rotina diária de centenas de milhões de pessoas. A sofisticação da microelectrónica permitiu um controlo cada vez maior da manipulação da imagem visual, tornando possível produzir programas misturando imagens ao vivo com imagens pré-gravadas, imagens de estúdio com imagens externas, e reunir matérias de diferentes continentes numa única unidade homogénea. A capacidade de oferecer tais programas a partir dos EUA e da Europa para o resto do mundo significa que o desporto passou a ser um componente de uma nova e mais intensa forma de imperialismo cultural.

Até há pouco, dizia-se que a expansão e disseminação da TV daria ao Terceiro Mundo os meios necessários à sua modernização e desenvolvimento. Hoje, porém, há fortes razões para se afirmar que os meios de comunicação, em vez de acelerar prioritariamente o desenvolvimento, acabam por provocar um aumento da dependência em relação ao Ocidente. Os países do Terceiro Mundo ficaram dependentes do mundo desenvolvido, tanto pela tecnologia como pelo volume de programas, fazendo surgir um extraordinário modelo de dominação por parte dos principais produtores dos *media* ocidental, particularmente dos Estados Unidos.

Ross West Light





Os valores masculinos ainda predominam nas Olimpíadas

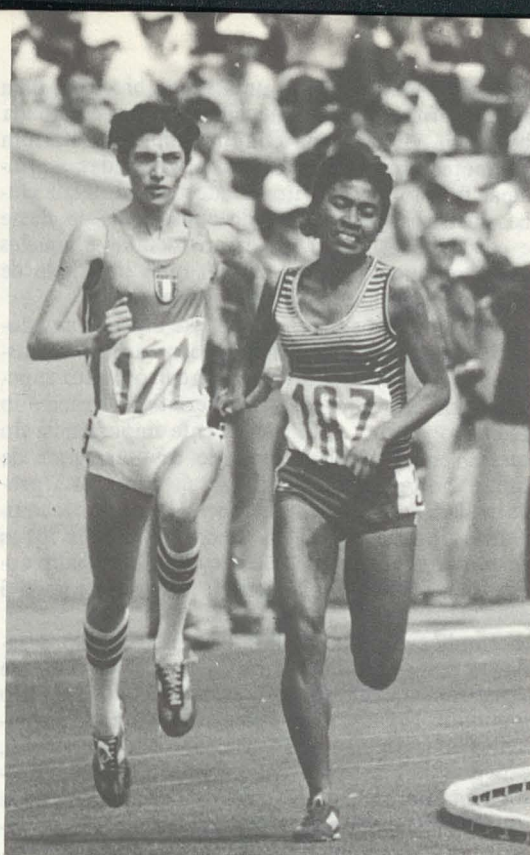
De várias formas, o desporto fornece o material cultural ideal para uma televisão global. Ele está situado elegantemente entre o jornalismo e o divertimento. Tem a proximidade, autenticidade e a imprevisibilidade das notícias, mas tem também os grandes astros, o teatro, a estrutura narrativa e o espectáculo de um *show*.

Os principais desportos como o atletismo, o futebol, a ginástica, o ténis e o boxe passaram a ser quase que universalmente compreendidos e tornaram-se acessíveis em parte por causa da cobertura televisiva. Ao contrário de outras manifestações culturais, o desporto televisado apresenta poucos problemas de linguagem: apenas é necessária a tradução de um ou outro comentário.

A cultura dominante do desporto

É possível analisar o desporto e a sua cobertura do ponto de vista do seu significado cultural e perguntar "quais os valores dominantes?". Tem-se afirmado que as culturas desportivas são no fundo ideológicas. Elas oferecem uma visão dos respectivos valores de homens e mulheres enraizados no patriarcalismo, uma visão de classe enraizada no espírito amador, uma visão de raça enraizada na superioridade anglo-saxónica, celebrando um mundo orientado para o sucesso enraizado na ética do trabalho capitalista.

A televisão não reflecte simplesmente esta cultura, antes representa uma versão dela, uma forma de construção selectiva. A escolha de quais os eventos a mostrar, onde colocar as câmaras, quando cortar, tudo isso ajuda a dar uma versão parti-



Mas o esforço das mulheres tem encurtado a diferença

cular do mundo do desporto. O acréscimo de comentários reafirma constantemente os significados disponíveis nas imagens, oferecendo-nos uma interpretação contínua, dando-nos uma composição de referência, uma maneira de "ler" o desporto.

A principal suposição dentro do desporto, a qual é normalmente aceite, é a superioridade física dos homens sobre as mulheres, significando que na maioria dos desportos os homens podem obter melhores resultados. Isto, automaticamente, leva à ideia de que o desporto masculino pode ser mais interessante. As principais excepções a este padrão são os desportos que podem ser apresentados como possuidores de uma significativa graça, elegância e porte, qualidades supostamente femininas. A ginástica e a patinagem no gelo são talvez os únicos desportos onde a televisão dá às provas femininas mais importância do que às masculinas.

A segunda suposição tem sido o espírito amadorístico, a ideia de que os atletas competem pela glória e não pela recompensa material, que o desporto é mais um *hobby* do que uma ocupação a tempo inteiro, e de que participar é mais importante do que vencer. A crença neste espírito tem sido, é claro, seriamente abalada pela intensa capitalização do desporto durante os últimos vinte

anos. Mas nunca houve uma sólida base real para este espírito. Nascido inicialmente do desejo da burguesia vitoriana da Grã-Bretanha de evitar um contacto com as classes menos privilegiadas, a principal função do espírito amador era produzir clubes restritos, instituições de consciência de classe e competições nas quais os aristocratas e aqueles cujos rendimentos lhes davam mais liberdade de viajar e treinar tinham sólidas vantagens.

Desde os anos 50 e 60 que este espírito amadorístico entrou em contradição com o individualismo competitivo, tendo sido até certo ponto superado por ele. Uma das características básicas do desporto passou a ser a crescente importância do sucesso, a absoluta necessidade de um regime de treino brutal destinado a extrair a máxima produtividade do corpo humano, e as gordas recompensas obtidas através da vitória. Os locutores desportivos põem em foco o custo do trabalho como uma virtude fundamental, sem a qual nada é possível.

Também os valores dominantes têm sido desafiados. Nos últimos anos, a principal área de controvérsia tem sido o crescimento do desporto feminino. No ténis, no atletismo e no golfe as mulheres tiveram que lutar, primeiro para participar, e depois por prémios condizentes. Os campeonatos femininos de ténis profissional apenas foram estabelecidos depois de um movimento organizado e autónomo composto por grandes jogadoras. Apenas em 1984, depois de muito trabalho político, a maratona feminina foi incluída nos Jogos Olímpicos. Nos Estados Unidos, e apesar da ameaça de um processo jurídico, ainda não se disputam provas femininas de 5.000 e 10.000 metros. No entanto, há evidências médicas de que em provas

de resistência, como as de longa distância, as mulheres podem alcançar marcas mais significativas do que os homens. Aliás, a diferença entre as marcas de atletas masculinos e femininos tem vindo a diminuir, levando algumas pessoas a afirmar que as mulheres chegarão rapidamente ao mesmo nível dos homens. Este argumento, no entanto, apenas perpetua a dominação masculina ao renovar a ideia de que as mulheres devem ser comparadas aos homens, e que só nos casos em que elas são iguais devem as atletas receber atenção.

Desporto: um show de TV?

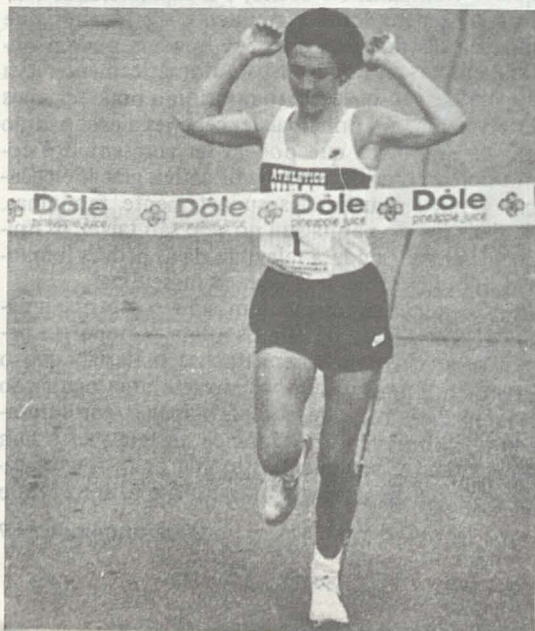
Não há dúvida de que desde o pós-guerra a audiência desportiva tem sido enormemente alargada pela acção da televisão. O efeito exercido por este fenómeno na participação popular a nível desportivo é outra questão sobre a qual existem poucas evidências para se afirmar o que quer que seja. Pode-se, no entanto, dizer com segurança que a televisão passou a ter uma influência decisiva sobre a imagem que as pessoas fazem do desporto, dos seus valores e ideais.

A forma actualmente assumida pelo sistema global de televisão não é uma consequência inevitável da própria natureza do veículo. O sistema pelo qual um pequeno número de produtores transmite uma pequena quantidade de programas para uma vasta, maciça e indiferenciada audiência é apenas uma forma particular que a tecnologia televisiva pode produzir. Na verdade, o actual boom de vendas de aparelhos domésticos de vídeo e o crescente número de canais possíveis graças ao sistema de televisão por cabo, proporcionam uma base para um aumento do número e variedade de programas. Naturalmente que esta possibilidade é também determinada pelas condições económicas sob as quais a produção se realiza.

O desporto tem estado particularmente ligado aos avanços da natureza transnacional da televisão. A transmissão de eventos desportivos tem provado, constantemente, ser um dos mais atraentes e viáveis usos de cada novo avanço das técnicas de transmissão. As Olimpíadas de Berlim (1936) foram transmitidas para apenas alguns receptores da cidade durante um período experimental. As imagens das Olimpíadas de 1948 chegaram a 80 mil aparelhos situados num raio de 40 quilómetros do Palácio Alexandra, em Londres, na época sede da BBC. O desenvolvimento, nos anos 50, do sistema implantado pela Eurovisão entre os países do Velho Continente possibilitou a transmissão do Europeu de Futebol para o continente e levou 40 horas de cobertura ao vivo das Olimpíadas de Roma até aos receptores britânicos.

O Telstar, o primeiro satélite de comunicações a entrar em operação em 1962, inaugurou uma

A propaganda usa todos os espaços possíveis nas competições





A publicidade alterou a natureza de algumas competições

nova era. As Olimpíadas de Tóquio (1964) foram transmitidas directamente para 39 países e as do México (1968) foram as primeiras a serem recebidas a cores na Europa. Naturalmente que a expansão da televisão a cores popularizou o desporto, tornando as competições mais reais e espectaculares. Mais do que qualquer outro factor, estes avanços tecnológicos transformaram as provas desportivas em acontecimentos mundiais. O combate de boxe entre os pesos pesados Ali e Foreman foi transmitido para cem países; as Olimpíadas de Moscovo foram vistas por aproximadamente dois mil milhões de pessoas.

São várias as razões que fazem do desporto um bom negócio para a televisão. Antes de mais nada, ele adapta-se ao pequeno *écran* de uma forma bastante satisfatória, oferecendo um espectáculo bastante realista e colorido. Comparado com outros programas de televisão, a cobertura desportiva é razoavelmente barata mesmo atendendo aos relativamente caros direitos de transmissão. É, potencialmente, um programa extremamente popular. Eventos como os Jogos Olímpicos e o Mundial de Futebol podem reunir audiências excepcionalmente grandes, já que têm uma certa universalidade cultural. Desportos como o atletismo, o ténis, o futebol, a ginástica e a patinagem no gelo são aceites na maioria dos países do mundo. A cobertura desportiva apresenta poucos problemas de linguagem, já que ela não requer uma dobragem tão cara e complexa como a necessária para vender programas como, por exemplo, "Dallas".

A cultura desportiva dominante deve ser vista no contexto do imperialismo dos *media* e, como tal, a sua cobertura gerou uma exportação para o Terceiro Mundo, não apenas de programas mas também de tecnologia e de experiência profissional.

Não é apenas a cobertura directa que está à venda. O programa especial de futebol da BBC, "Match of the Day" (Jogo do Dia), é vendido para vários países. Como tal, o futebol britânico é, por vezes, acompanhado mais de perto nalguns países do que

os próprios campeonatos internos. Os "pacotes" desportivos produzidos pelos *media*, como os da rede norte-americana ABC, estão à venda no mundo inteiro a preços artificialmente baixos, graças a uma taxa de lucro diferenciada.

Apesar da retórica desenvolvimentista, que fala invariavelmente na necessidade de se preencher o desejo de educação e informação, tanto o desporto como outras formas de diversão sempre tiveram um peso decisivo na criação de novos serviços de televisão, como aconteceu no Senegal.

Os serviços regulares da TV senegalesa foram introduzidos em 1972, cedendo à pressão da elite de Dakar e da Thomson CSF — a maior fábrica de equipamentos para televisão da França —, para mostrar os Jogos Olímpicos de Munique (1972). A ORTF — canal estatal francês — forneceu, gratuitamente, programas e filmes para preencher o tempo entre os jogos. Depois das Olimpíadas, tornou-se impossível parar as transmissões televisivas devido às pressões que se fizeram sentir sobre o governo senegalês por parte dos que haviam comprado televisores. De forma semelhante, a televisão foi introduzida na Indonésia, em 1962, a fim de cobrir os Jogos Asiáticos desse mesmo ano. É evidente que a cobertura dos principais acontecimentos proporciona a desculpa perfeita para a venda de tecnologia. A Pye TVT foi contratada para fornecer 50 milhões de dólares em equipamentos à Televisa do México para a cobertura do Mundial de Futebol deste ano, incluindo nove unidades do tipo OB e 100 câmaras Philips computadorizadas. Entretanto, a Televisa promete uma nova escalada na corrida tecnológica de coberturas desportivas, ao anunciar que irá usar dez câmaras em cada partida.

Juntamente com a exportação de tecnologia vem a exportação dos conceitos profissionais, ou seja os conceitos dominantes no Ocidente do que

E os atletas foram transformados em homens-propaganda



Bartholomew/Black Star

é uma "boa televisão". Durante os preparativos para o Mundial de Futebol da Argentina (1978), representantes da União Europeia de Radiodifusão (UER) descobriram que a disposição das câmaras utilizadas pelos profissionais argentinos na cobertura de jogos de futebol era completamente diferente da que era normalmente aceite na Europa. "Nós não queríamos aborrecer os nossos anfitriões, mas o padrão de cobertura não estava de acordo com as expectativas europeias. Apresentámos extractos de coberturas realizadas na Grã-Bretanha e na Europa, preparámos seminários para os operadores de câmara, directores e realizadores argentinos e apontámos todas as falhas do nosso próprio trabalho. Desta forma, eles aceitaram o nosso sistema" (Bill Ward, chefe da equipa de operações da UER durante o Mundial de Futebol de 1978, citado pela *Broadcast*, 21 de Novembro de 1977).

Os Argentinos ficaram de tal forma impressionados com as normas europeias de cobertura futebolística que chegaram a fazer alterações em três novíssimos estádios para instalar as câmaras. A operação Mundial de Futebol foi usada como base para o estabelecimento do primeiro serviço nacional de televisão da Argentina que, a conselho da EBU-UER, adoptou o sistema "PAL color 625". O dinheiro adquirido com a venda dos direitos do Mundial de Futebol possibilitou a compra de câmaras da Bosch Fernseh, gravadores de vídeo da RCA e sistemas de transmissão por micro-ondas, de fornecedores franceses, norte-americanos e japoneses. Esta forma de pressão para a adopção de um estilo "universal" e internacional de cobertura desportiva tem exercido um papel fundamental na disseminação de conceitos ocidentais sobre profissionalismo em radiodifusão.

A importância económica da televisão para o desporto e a situação dominante dos Estados Unidos e da Europa começaram também a ter um efeito importante na planificação e organização dos eventos desportivos. Os jogos do Mundial de Futebol da Argentina (1978) foram programados para coincidir com o período de máxima audiência na Europa Ocidental. A maratona, nas Olimpíadas de Los Angeles (1984), começou no calor das 13 horas para que pudesse ser mostrada directamente para a Costa Leste dos Estados Unidos. Lutas de boxe na Europa, África e Ásia têm sido programadas para altas horas da madrugada para que possam ser transmitidas para os Estados Unidos no final da noite. John Bromley, chefe do departamento de desporto da *Weekend* de Londres, comentou: "as Olimpíadas são agora mais um evento dos *media*, do que um acontecimento desportivo. Se uma rede paga 85 milhões de dólares e deseja a última corrida de 100 metros antes do café da manhã porque

é o horário de maior audiência, então é essa a hora em que se dará a corrida."

Patrocínio e empresários

A transformação do desporto levada a cabo pela televisão, provocou, por sua vez, uma outra mudança radical. O crescimento dos patrocinadores, desde a metade dos anos 60, alterou tanto a base económica do desporto de alta competição como os salários dos grandes astros. Esta transformação aumentou a importância dos empresários na área desportiva, produzindo uma longa série de agentes e promotores.

Mas à medida que o carácter espectacular passou a predominar em detrimento do aspecto festivo, o aumento da importância dos patrocínios e empreendimentos tendeu a acentuar o lado *show-business* no desporto. A falência das formas amadorísticas de organização desportiva em reconhecer e controlar estas novas forças económicas, conduziu a contradições entre o antigo esquema e a necessidade de lucros. Contradições que ficaram claras com o enfraquecimento dos antigos dirigentes desportivos diante das forças económicas em desenvolvimento.

O crescimento do patrocínio é, em grande parte, um produto da cobertura desportiva via televisão. Grandes somas em publicidade têm sido canalizadas para o desporto que garante uma destacada exposição do nome do patrocinador. Como tal, tem havido uma crescente tendência por parte das organizações desportivas para adaptar os seus eventos de acordo com as necessidades da televisão.

Assim como o patrocínio mudou o carácter de muitos desportos, alterou também as condições dos grandes atletas. Tanto a televisão como os patrocinadores tendem a concentrar-se nos grandes nomes. Daí resultou uma crescente importância do sistema desportivo de astros, onde os grandes atletas são cada vez mais celebridades dos *media*. O que, por sua vez, tem aumentado imensamente o seu poder aquisitivo através das grandes somas recebidas com a propaganda e com outras actividades promocionais em geral.

Devido à lentidão com que as organizações tradicionalmente amadoras levaram a reconhecer estas novas forças, criou-se um vazio no qual começaram a circular os chamados agentes. Uma vez que as organizações então existentes foram inicialmente estruturadas para defender os seus próprios interesses, não se mostraram à altura de absorver os grandes astros e a sua fama. Os grandes atletas foram, portanto, obrigados a procurar agentes externos que representassem os seus interesses. Isto, juntamente com o crescimento dos patrocinadores e a consequente necessidade de um interme-

diário que reunisse o desporto, o patrocinador e a televisão criou as bases para o aparecimento de uma nova e poderosa classe empresarial.

Jack Kramer foi um dos primeiros empresários desportivos a promover longas *tourneés* de ténis profissional nos anos 50 e 60. A tendência dos grandes jogadores em tornarem-se profissionais foi de tal forma marcante que Wimbledon e o resto do mundo do ténis foram obrigados a introduzir os chamados "Torneios Abertos".

Desde então, o ténis progrediu até ao seu actual estado onde há demasiado dinheiro perseguindo alguns astros. Em consequência disto, a natureza de muitos torneios ficou, desportivamente, pouco clara. Grandes jogadores, como Björn Borg, podem ganhar tanto dinheiro participando em simples jogos de exibição que deixaram de dar importância aos grandes torneios. Obviamente que também neste ponto aparecem as contradições, pois tanto a televisão como os patrocinadores querem que os grandes astros participem no máximo de torneios possível, esperando que eles sobrevivam até à final. Este último ponto tem levantado dúvidas quanto à imparcialidade e independência dos árbitros e dos organizadores, dependentes que estão dos promotores e patrocinadores.

Existe, actualmente, uma tendência para a promoção de eventos bastante artificiais, dirigidos especialmente para a TV, com a finalidade de pro-

teger os grandes astros e estimular o espectáculo com grandes quantias de dinheiro em prémios. O campeonato de ténis promovido pela cadeia de televisão norte-americana CBS foi objecto de um inquérito, conduzido pela Comissão Federal de Comunicações, por ter anunciado a prova como "um tudo ou nada" (os vencedores, e só eles, arrecadariam todo o dinheiro em prémios em disputa) quando, de facto, já havia sido dado dinheiro aos participantes como forma de garantir a participação dos atletas.

A importância do patrocínio produziu também um tipo bastante diferente de agentes, que une as entidades desportivas, o patrocinador e as redes de televisão assegurando uma resposta mais efectiva sobre o capital aplicado. A agência West-Nally tornou-se a principal força nesta área. Esta empresa teve um papel-chave no I Campeonato Mundial de Atletismo (1983), um acontecimento com o qual a Federação Internacional de Atletismo Amador esperava ganhar entre 20 e 25 milhões de dólares. A West-Nally vendeu os direitos de transmissão televisiva, os direitos de filmagem, o patrocínio e a área física de publicidade. Tal como nas Olimpíadas de 1984, o patrocínio foi vendido para um pequeno número de companhias que, segundo a West-Nally, "trariam dignidade e lucro ao evento". A EBU-UER pagou cerca de um milhão de dólares pelos direitos de televisão. Patrocinadores como a

cadernos do

terceiro mundo

Assinaturas

Portugal

anual (12 números)	850\$
semestral (6 números)	500\$

Espanha (12 números)	900\$
-----------------------------------	-------

Estrangeiro — Anual (12 números)

por via aérea

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe
23 dólares USA

Restantes Países	28 dólares USA
------------------------	----------------

Coca-Cola, Iveco, Kodak, Canon e TDK pagaram, também, cada um, cerca de um milhão de dólares. Era esperado que o nível de audiência chegasse a mil milhões de pessoas, pois contrariamente ao que acontece com o futebol, o atletismo é muito popular nos Estados Unidos e no Japão. A West-Nally promoveu, também, acordos com patrocinadores nos dois últimos Mundiais de Futebol.

A combinação do trabalho deste tipo de agências, a importância cada vez maior do patrocínio, a expansão mundial da televisão e os crescentes lucros dos grandes atletas contribuíram para o aumento de muitas contradições dentro do desporto. Em primeiro lugar, o papel dos organismos de modalidades amadoras em promover o desporto a todos os níveis, dando dinheiro às categorias de iniciados e aos desportos menos populares entra em contradição com o rumo seguido pelas novas agências promocionais, que tendem a concentrar todos os recursos nos atletas de eleição. Em segundo lugar, passou a ser contraditório com as ambições financeiras das grandes figuras do desporto os ideais nacionalistas que realçavam a importância para o atleta de representar o seu país. Exemplo disso, é a opção dos grandes jogadores de ténis pelos torneios de exibição, extremamente lucrativos, em detrimento da sua presença na Taça Davis; a permanente dificuldade dos países ocidentais de persuadir os seus grandes atletas a participarem em competições internacionais; ou ainda a emigração dos grandes jogadores de futebol, o que frequentemente os impede de defender as cores dos seus países nas provas internacionais.

A atenção dos *media* aos grandes atletas, criando e sustentando uma cultura desportiva baseada

nas estrelas, vai contra a necessidade de se apoiarem as categorias mais jovens, como a dos iniciados, as quais tornam possível o desenvolvimento da técnica desportiva. Em resumo, a contradição entre a elite e as origens populares.

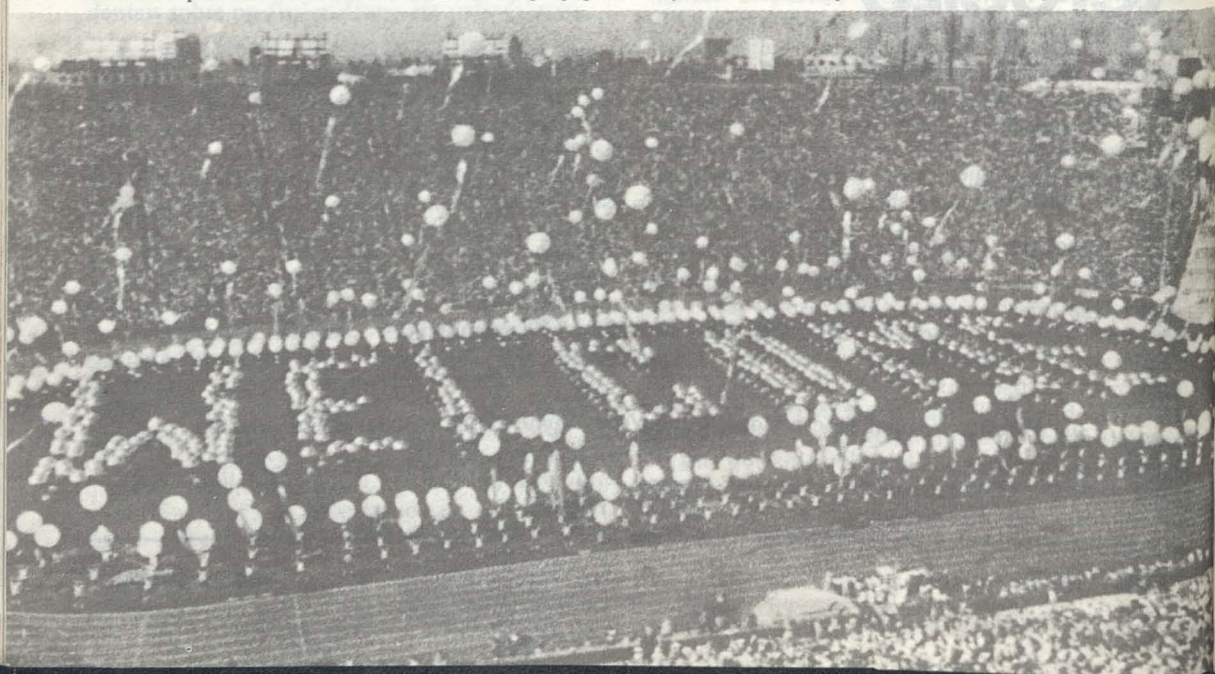
Finalmente, o desenvolvimento de uma forma internacional e espectacular de desporto via televisão está basicamente em contradição com a tradição participativa e festiva do espectáculo ao vivo. Como, agora, os principais eventos são frequentemente dirigidos para um melhor aproveitamento das câmaras de TV, é difícil ao espectador evitar a sensação de não ser mais do que um mero fundo colorido para a (verdadeira) audiência da televisão.

Efeitos

A cobertura televisiva tende, constantemente, a marginalizar os atletas, os eventos e os desportos provenientes do Terceiro Mundo. O valor das novidades desportivas é determinado pelos interesses dos principais países ocidentais. O sucesso alcançado pelos corredores africanos nos últimos vinte anos contribuiu, naturalmente, para uma maior aceitação cultural da África. Mas quanta dessa aceitação não é formada por noções de habilidade "natural" ou de talento "instintivo", conceitos basicamente racistas?

A maneira como as competições internacionais, particularmente as Olimpíadas, são estruturadas reforça a imagem de dominação dos mais poderosos. Os Jogos Olímpicos tornaram-se um palco onde os principais poderes celebram e desfilam a sua grandeza. A distribuição de medalhas reforça uma estrutura referencial que faz das Olimpíadas uma

Numa Olimpíada ou num Mundial de Futebol, a propaganda do país sede é tão importante como as competições





Os espetáculos desportivos na Europa e nos EUA criaram padrões, hoje imitados pelo Terceiro Mundo

disputa entre o Leste e o Ocidente (estrutura que tem sido abalada pelas ausências registadas nos Jogos Olímpicos de Moscovo, em 1980, e de Los Angeles, em 1984). E o panorama futuro do movimento olímpico, perante a escolha de Seul para sediar os jogos de 1988, não é nada animador.

Há ainda a registar uma contínua dependência do Terceiro Mundo em relação ao Ocidente. Juntamente com a tecnologia televisiva, o Terceiro Mundo importou uma ideologia profissional. O lugar de subordinação ocupado pelo Terceiro Mundo nos organismos desportivos internacionais é um mero reflexo da sua posição a nível mais geral, já que esses organismos são apenas réplicas das organizações dominantes no Ocidente, os quais tendem, portanto e inevitavelmente, a trabalhar de uma forma semelhante. A cultura dominante espalhou o desejo de competir, uma necessidade de aparecer no cenário mundial como forma de estabelecer um prestígio nacional. Isto levou, por vezes, alguns países à aplicação de recursos fantásticos e completamente desproporcionados, como forma de encorajar uma elite desportiva, esquecendo o desenvolvimento do desporto a nível de base, na ânsia de um mais do que problemático sucesso num Mundial de Futebol ou numa Olimpíada.

Em alguns países este desejo de competir encoajou, por outro lado, a importação e construção de infra-estruturas desportivas inapropriadas às reais necessidades do desenvolvimento humano e a uma saudável cultura desportiva. No início de 1973, com o aumento dos preços do petróleo pela OPEP, os países do Médio Oriente tornaram-se grandes fregueses dos fabricantes de equipamento desportivo.

A Arábia Saudita encomendou três complexos desportivos, a um custo entre 500 e um milhão de dólares. O de Riad, um centro com três piscinas

baseado na Piscina Olímpica de Munique, está equipado com um elevador com quatro paragens para trazer os mergulhadores até à borda e com bolhas de ar comprimido injectadas na água para amortecer o choque do mergulho. O chão da piscina de treino pode ser levantado e baixado hidráulicamente. Na piscina principal, só o equipamento suíço de cronometragem custou 500 mil dólares.

Outro projecto igualmente milionário, dos Emiratos Árabes, é um centro desportivo, no valor de 70 milhões de dólares e que ocupa uma área superior a cinco milhões de metros quadrados, que está a ser construído pelo *sheik* Mana associado a outros investidores. O centro inclui um estádio com capacidade para 15 mil pessoas com um campo com relva artificial, uma casa onde será instalado um clube privado e um centro médico desportivo, uma piscina, restaurante, bares, campos de ténis e de *squash*, cinemas, um hotel, um parque de divertimentos com uma piscina com ondas feitas artificialmente, carreiras de tiro, um salão de *bowling* com 20 pistas, um *rink* de patinagem no gelo com 1.500 lugares e um parque. A companhia administradora, a organização Rank, não revelou o custo do sistema de refrigeração para a pista de gelo, instalada num prédio com uma temperatura ambiente de cerca de 28 graus centígrados.

Tudo isto leva à marginalização, pelas nações desportivamente mais desenvolvidas, dos eventos do Terceiro Mundo, bem como dos seus atletas e modalidades; ao reforço da imagem dos poderosos; à perpetuação da dependência económica; e à tendência de confiar e importar tecnologia, pessoal especializado e valores das nações desenvolvidas. ●

Garry Whannel, escritor e professor britânico. Estudo preparado por 'Third World Network/Malaysia' (versão condensada sob a nossa responsabilidade)

Ag. Novosti

Cadernos do
terceiro mundo

Assine

Todos os meses,
em sua casa,
informação
especializada
com menor custo.



E o privilégio de
20% de desconto
em todas
as nossas
edições

Cadernos do
terceiro mundo

Cadernos do
terceiro mundo

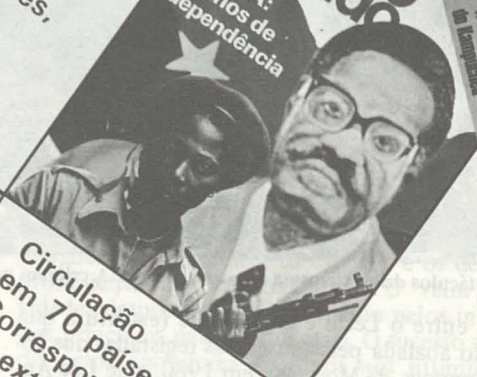
**CONVENÇÃO DE LOMÉ
UMA RELAÇÃO
NORTE-SUL
DIFERENTE?**



Tricontinental Editora, Lda.
Calçada do Combro, 10-1.º
1200 LISBOA
Telefones 320650/320751
Telex 42720 CTM TE P

Cadernos do
terceiro mundo

ANGOLA:
Dez anos de
independência



Circulação
em 70 países.
Correspondentes
no exterior
4 edições em 3
idiomas. Matérias
exclusivas.
Desde 1978
em Portugal

Cadernos do
terceiro mundo



Assinaturas

Portugal
anual (12 números+ 1) 850\$
semestral (6 números) 500\$
Espanha (12 números+ 1) 900\$
Estrangeiro
Anual (12 números+ 1)
por via aérea
Europa, Angola, Moçambique,
Cabo Verde, Guiné-Bissau e São
Tomé e Príncipe: 23 dólares USA
Restantes Países: 28 dólares USA

África: o desafio do desporto ao alcance de todos

O ano de 1986 poderá significar para a África o início da era do diálogo sério em direcção às bases programáticas de uma nova ordem desportiva continental.

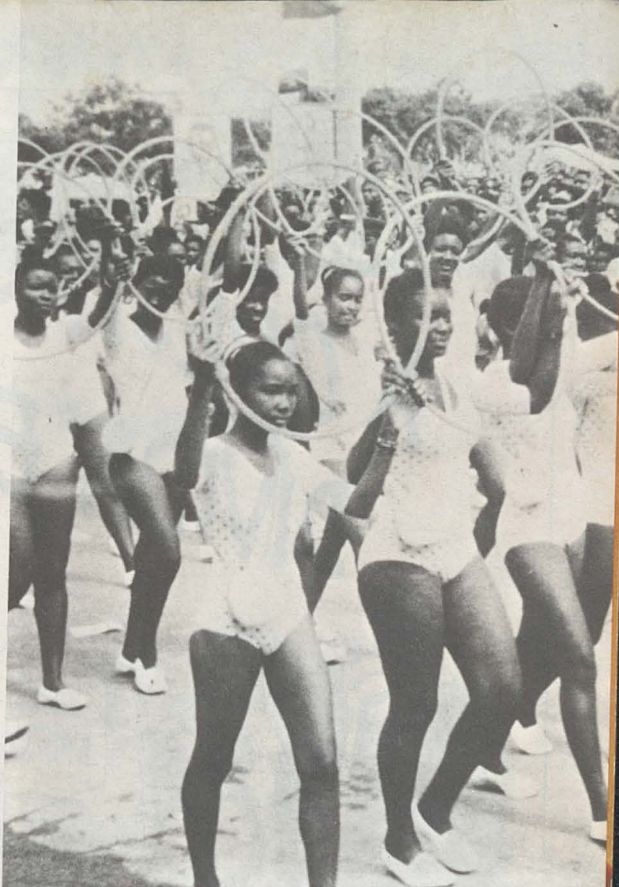
Não se refere esta nova ordem continental ao conceito puro e generalizado de reivindicação política a favor do estabelecimento de uma Nova Ordem Desportiva Mundial, propriamente dita, que já vai tendo também os seus precursores. Trata-se, em primeira instância, de uma necessidade de programação global do desporto à escala continental. Para alcançar esse objectivo é necessário definir o apoio financeiro a projectos desportivos verdadeiramente populares, evitando assim a restrição da prática desportiva às elites, que mais tarde fabricam êxitos em nome de outros países que não os africanos.

A África vai ter que reivindicar para si nas instâncias desportivas mundiais maior apoio monetário, técnico e em equipamentos materiais, que até aqui têm chegado ao continente sob a humilhante forma de caridosos gestos de quem os patrocina.

O Conselho Superior do Desporto em África (CSSA) — organismo especializado da Organização de Unidade Africana (OUA) — deverá intervir como órgão reitor e reivindicativo em nome do continente, para obter apoios à causa da expansão da prática do desporto a todos os sectores sociais.

O continente africano, até agora não conseguiu ser auto-suficiente em matéria de programação e execução dos planos de desenvolvimento desportivo.

Alguns países, entretanto, atingiram algum grau apreciável de desenvolvimento desportivo, porém, tão baixo em relação, por exemplo, aos menos de-



envolvidos do continente europeu, que provoca consternação.

A tendência, no último decénio, prolongou a evidência de uma grande verdade: os países menos desenvolvidos continuaram a sê-lo e os mais desenvolvidos ficaram cada vez mais apetrechados com as gordas somas em dinheiro resultantes, curiosamente, da organização de Olimpíadas.

Estas jamais foram organizadas por um país do continente africano e não há indícios de que nos próximos anos isso venha a acontecer. ●

Quintino Costa, exclusivo da ANGOP para cadernos do terceiro mundo.

Desporto de massas, o grande objectivo

☐ O ano de 1986, em Angola, dá início ao segundo quinquénio de desporto planificado. O ano transacto foi pioneiro da planificação do desenvolvimento de todas as componentes do desporto de massas, meta agora reconfirmada pelo II Congresso do MPLA — Partido do Trabalho.

Uma nova consciência da sociedade em relação ao desporto começa, aliás, a despontar. Mas a guerra de agressão da África do Sul contra Angola, como acontece noutros terrenos, também afecta o desenvolvimento desportivo.

É sintomático que um número bastante considerável de organizações sociais tenha passado a encarar com maior responsabilidade a sua participação no alargamento das áreas de participação no desporto, cultura física e recreação.

A QUESTÃO DA DÍVIDA EXTERNA



Angola, terra da liberdade.

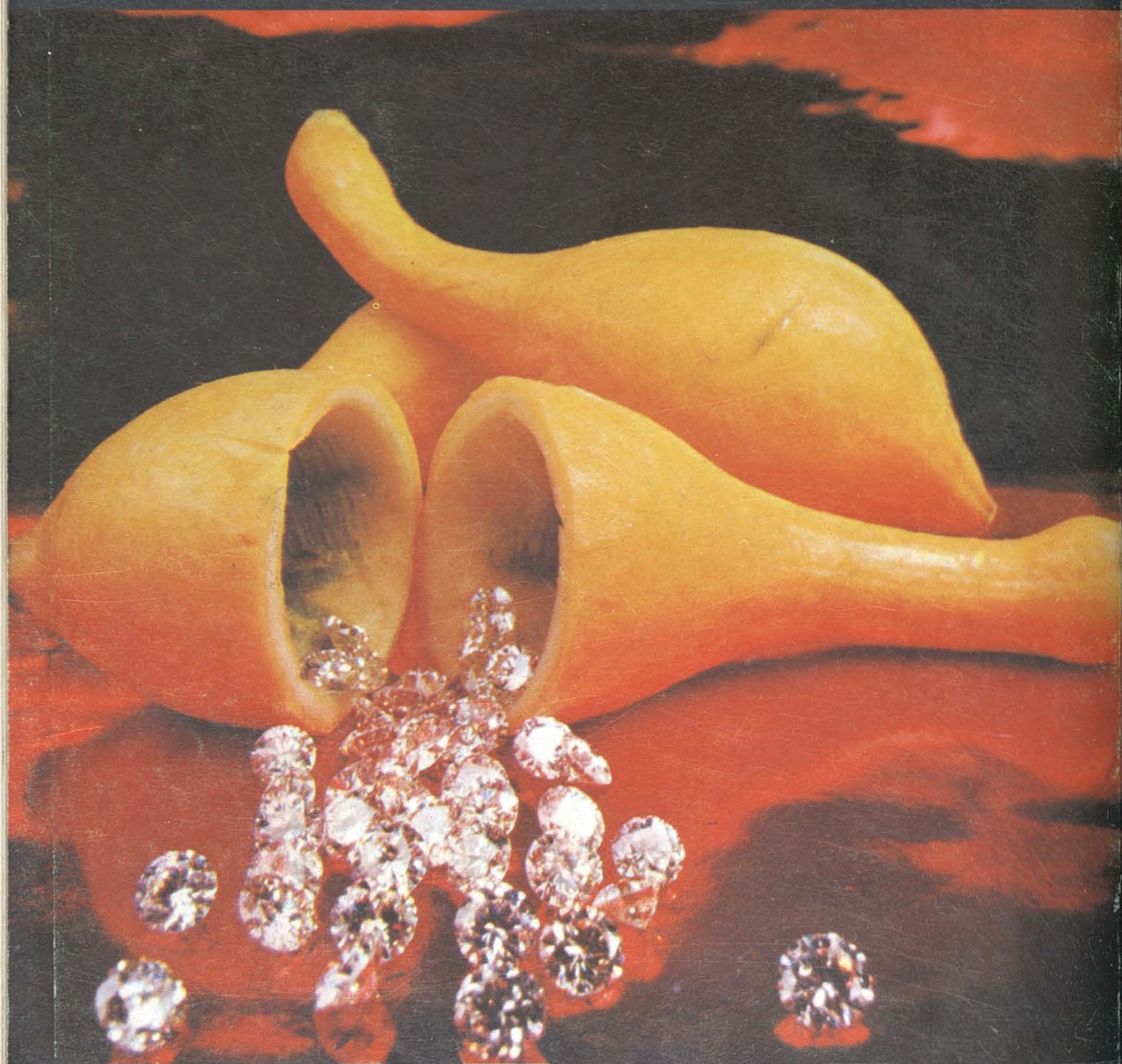


TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

Ao Serviço da Reconstrução Nacional

Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
Ao Serviço da Reconstrução Nacional